



ACADEMIA MILITAR

Uma força Expedicionária Portuguesa na Campanha da Etiópia de 1541-1543

Aspirante- Aluno de Infantaria Hugo Miguel de Almeida Pereira

Orientador: TCor INF OE Nuno Lemos Pires

Co- Orientador: Mestre Gonçalo Couceiro Feio

Relatório Científico Final do Trabalho de Investigação Aplicada

Lisboa, Julho 2012



ACADEMIA MILITAR

Uma força Expedicionária Portuguesa na Campanha da Etiópia de 1541-1543

Aspirante- Aluno de Infantaria Hugo Miguel de Almeida Pereira

Orientador: TCor INF OE Nuno Lemos Pires

Co- Orientador: Mestre Gonçalo Couceiro Feio

**Relatório Científico Final do Trabalho de Investigação Aplicada
Lisboa, Julho 2012**

Dedicatória

Ao apoio, preocupação e amizade, de todos aqueles que nestas palavras se revêm
Ao tempo que convosco não estive e pelo vosso não esquecimento.

Agradecimentos

Com o término do Trabalho de Investigação Aplicada, é chegado o momento de agradecer a todos aqueles que contribuíram para que o sonho se tornasse realidade.

Ao Orientador, Tenente Coronel Lemos Pires, pelo modo de ser, de estar; pelo exemplo que representa e como uma referência de futuro.

Ao coorientador, Professor Mestre Gonçalo Couceiro Feio, pela inestimável disponibilidade, dedicação, preocupação, preciosos conhecimentos e paciência dispensados.

À senhora Paula Franco, pelas orientações e apoio disponibilizado nas pesquisas bibliográficas.

A todos os oficiais e docentes civis pela exigência, rigor, valores e dedicação demonstrado.

À Academia Militar, que me formou como homem e como militar, uma verdadeira escola de vida.

À Escola Prática de Infantaria, pela honra e orgulho em ser Infante.

Aos camaradas de curso, pela caça que fizemos em conjunto

Aos meus pais, irmão e amigos, pela preocupação, amizade, apoio e compreensão da minha ausência constante.

A todos, o meu muito obrigado.

À MUI NOBRE, HONROSA E AUGUSTA ARMA DE INFANTARIA
AD UNUM

Resumo

O presente Trabalho de Investigação Aplicada, tem como estudo a Campanha da Etiópia de 1541-1543. Com um contingente de aproximadamente quatrocentos homens, os portugueses vão em auxílio do imperador da Etiópia, também designado por Preste João. Habitados e adaptados a uma forma de combater muito própria, vão revelar aspetos da guerra moderna que não se sabia que dominavam. Esta lacuna deve-se à inexistência de doutrina militar escrita.

Desta forma, o objetivo visa compreender as novidades que distinguem esta campanha de outras da sua época.

Relativamente à metodologia, utiliza-se o método comparativo, aplicando a análise sincrónica.

A estrutura do trabalho foi feita em sete capítulos, sendo que os primeiros cinco destinam-se a apresentar o mundo e Portugal neste período, além de todo o decurso da campanha. O capítulo seis corresponde ao trabalho de campo, para responder às questões derivadas e respetivas hipóteses. No último, as conclusões. Nestas, são mencionados vários aspetos. A influência dos ensinamentos da guerra de Itália [o poder da artilharia móvel; as técnicas de fortificação; o comando de homens pela experiência e não pela nascença; o combate organizado] aliado à liderança pelo exemplo de D. Cristóvão. Ímpar até à data, a duração da campanha de dois anos e meio e sem linhas de abastecimento e comunicações com forças portuguesas na região.

Palavras-chave: D. Cristóvão; Preste; Etiópia; Turcos; Zeyla

Abstract

This Applied Research Work focuses upon the so called Ethiopian Campaign which took place between 1541 and 1543, when a Portuguese contingent of about four hundred men decided to give support to the Emperor of Ethiopia, also known as Prester John. Accustomed and adapted to a very particular way of combating, the Portuguese would then reveal certain aspects of modern war which were not expected to be known amongst them let alone to be dominated by them. A possible explanation for this might be the lack of written military doctrine.

Thus, the objective of this work is to understand the novelties/innovations that made it possible to distinguish this campaign from others occurring in that same period.

Regarding the methodology, this work applied the synchronic analysis in order to use the read across.

The work is structured into seven chapters. The first five chapters intend to make a presentation of the World and Portugal in the period of the campaign, along with the whole course of the campaign itself. Chapter six details the field work in order to answer the questions aroused from the main question and its corresponding hypotheses. The last chapter comprises the conclusions in which various aspects are mentioned, such as: The influence of the lessons learned from the war in Italy [the power of mobile artillery, fortification techniques, the command of men by experience and not by birth; organized combat] allied to the way D. Christopher led by example.

Last but not least it is of utmost importance to remark the duration of this unique campaign: two and a half years without any supply lines and communications with the Portuguese forces in the region.

Key Words: D. Christopher; Prester; Ethiopia; Turks; Zeyla

Índice

Dedicatória	i
Agradecimentos.....	ii
Resumo	iii
Abstract	iv
Índice Geral	v
Índice Figuras	viii
Lista de Anexos	ix
Capítulo 1 - Introdução	1
Capítulo 2 - Estado da Arte.....	5
Capítulo 3 - Enquadramento Histórico.....	7
3.1. O Mundo no século XV e XVI.....	8
3.2. Portugal no século XV e XVI.....	10
3.3. Contributo dos Portugueses no desenvolvimento tecnológico	15
3.3.1. Cartografia.....	15
3.3.2. Navegação	16
3.3.3. O Quadro Naval	17
3.3.4. Artilharia Naval.....	18
Capítulo 4 - Síntese da Campanha	19
Capítulo 5 - Etiópia no Século XVI	22
5.1. Estudo Geopolítico da Região	24

5.1.1. Fator Físico.....	24
5.1.2. Fator Humano.....	26
5.1.3. Fator Recursos Naturais	27
5.1.4. Fator Circulação	27
5.1.5. Fator Estruturas	28
Capítulo 6 - Análise da Campanha da Etiópia.....	29
6.1. Fatores Influenciadores	29
6.1.1. Hipótese: Doutrina/ Boa Organização.....	29
6.1.1.1. Arte Militar em Portugal no Século XVI.....	29
6.1.1.2. Documentos Oficiais.....	31
6.1.1.3. Análise Crítica	32
6.1.2. Hipótese: Desenvolvimento Tecnológico	36
6.1.2.1. Análise Crítica	36
6.1.3. Hipótese: Liderança	38
6.1.3.1. D. Cristóvão da Gama.....	38
6.1.3.2. Rey de Zeyla	39
6.1.3.3. Imperador Cláudio II – Preste João	39
6.1.3.4. Análise Crítica	39
6.1.4. Hipótese: Terreno.....	42
6.1.4.1. Análise Crítica	42
6.1.5. Fator Moral, Fator Intelectual e Inimigo Fraco.....	44
6.1.5.1. Hipótese: Fator Moral	44
6.1.5.2. Hipótese: Fator Intelectual.....	44
6.1.5.3. Hipótese: Inimigo Fraco	45
6.2. Lições Aprendidas	46
6.2.1. Análise Crítica.....	46
Capítulo 7 - Conclusões	48
Bibliografia.....	51
Anexos.....	58
Anexo A: A Campanha da Etiópia.....	A1

Anexo B: História da Etiópia.....	B1
Anexo C: Guerras de Itália	C1
Anexo D: Espadas.....	D1
Anexo E: Armas de Fogo.....	E1
Anexo F: Artilharia.....	F1
Anexo G: Experiência em Combate	G1

Índice de Figuras

Figura 1 – A Campanha dirigida por D. Cristóvão da Gama, de 1541 a 1543	A1
--	-----------

Lista de Anexos

Anexo A: A Campanha da Etiópia	A1
Anexo B: História da Etiópia	B1
Anexo C: Guerras de Itália	C1
Anexo D: Espadas	D1
Anexo E: Armas de Fogo	E1
Anexo F: Artilharia	F1
Anexo G: Experiência em Combate	G1

Capítulo 1

Introdução

O presente Trabalho de Investigação Aplicada (TIA) enquadra-se no Estágio de natureza profissional (ENP), que é parte integrante do Tirocínio para Oficial da Arma de Infantaria, a fim de concluir o Mestrado Integrado em Ciências Militares.

A importância do TIA, parafraseando a opinião de Eco (1982, p. 53), refere que “a experiência de investigação imposta por uma tese serve sempre para a nossa vida futura (profissionalmente ou política), e não tanto pelo tema que se escolher quanto pela preparação que isto impõe, pela escola de rigor, pela capacidade de organização do material que ela requer.”

Tratando-se de um trabalho no âmbito da História Militar de Portugal e do século XVI, é sempre um motivo de orgulho e de interesse¹. Aprender sobre as nossas raízes, sobre o nosso passado² é importante, pois assim sabemos de onde viemos. O modo como se fazia a guerra neste período é alvo de imensas noites perdidas por historiadores, na tentativa de descobrir um pouco mais sobre este modo de estar constante. Uma mais-valia deste trabalho é a de dar a conhecer uma campanha que para a maior parte de todos nós é desconhecida e desmistificar a questão do Preste João.

O tema deste trabalho insere-se na expansão marítima portuguesa do século XVI. Nesta época era normal os portugueses combaterem no Norte de África e na Índia. As razões eram diferentes, desde a conquista ou simplesmente para controlar/estabelecer um acordo comercial. Contudo, num dos périplos pelo Mar Vermelho, eis que chega um

¹ Este interesse é sempre relativo, mas, como militar, é importante ter alguma cultura geral sobre aquilo que é o nosso meio.

² “Mas porque somos fiéis à vontade da História, cumpre-nos lembrar aos outros países que no início do século XV já gozávamos de uma existência autónoma no conjunto dos vários estados europeus. Enquanto uns viviam dilacerados por lutas intestinas (a França e a Inglaterra), outros buscavam ainda os caminhos da unidade nacional (a Espanha) e outros nem sequer existiam como estados políticos autónomos (a Alemanha e a Itália). Por esse tempo, já Portugal oferecia o robusto aspeto de ser, ao mesmo tempo, um Estado, uma Nação e uma Pátria. Mesmo que essa realidade nos conforte apenas pelo seu valor Histórico, no mundo hodierno que coloca a vida dos povos nos exclusivos parâmetros da supremacia política e económica, cumpre-nos relembrar verdades que são inapagáveis no património universal” (Bessa, 1994, pp. 30-31).

pedido de ajuda do reino cristão do Preste João. Com uma componente terrestre portuguesa, habituada a combater em território com características algo diferentes, é enviada uma força portuguesa constituída por quatrocentos homens, aproximadamente o mesmo que hoje apresenta um batalhão. Habitados a um determinado modo de combater, nesta campanha vão evidenciar práticas da guerra moderna que não tínhamos na nossa “doutrina”, nem a colocaram em prática noutros locais. Esta campanha distingue-se de todas as outras do seu tempo pela sua duração e autonomia.

O objetivo deste trabalho visa compreender de que forma nesta época, na ausência de uma doutrina militar formal, escrita, adotámos um dispositivo e apresentámos algumas características que tornam esta campanha diferente do modo de combater que praticávamos no Norte de Africa e na Índia

Antes de avançar para a metodologia, devemos mencionar um aspeto bastante importante. Ao longo de todo o trabalho, houve a tentativa de evitar o anacronismo. Contudo, como homens do século XXI, por vezes podemos deixar cair nessa tentação e expressar-nos, entenda-se, escrever ou ter um modo de pensar muito atual e não nos colocarmos no modo de pensar/estar de há cinco séculos atrás.

Na fase metodológica, segundo Fontaine (1999, p. 40), “o investigador determina os métodos que utilizará para obter as respostas às questões de investigação colocadas ou às hipóteses formuladas. É necessário escolher um desenho apropriado.” Quanto a este desenho, o autor define como “o desenho da investigação é o plano lógico elaborado e utilizado pelo investigador para obter respostas às questões de investigação.” Desta forma, o método utilizado foi o comparativo, com a aplicação da análise sincrónica. Na pesquisa documental³ realizada, a fim de responder às questões e hipóteses levantadas, utilizou-se uma técnica particular que é a pesquisa bibliográfica⁴. De mencionar ainda, o enquadrar na investigação histórica este tipo de trabalhos, como refere Coutinho (2011, p. 322), “na investigação histórica, o objetivo é descrever e interpretar uma situação prática ou acontecimento.”⁵ Além da pesquisa bibliográfica, de registar os encontros, com um

³ “A pesquisa documental (...), por natureza trabalha sobre o que já existe. Em contrapartida, quando existem dados, um procedimento metódico de documentação permite a sua deteção, recolha e crítica, tendo em vista a sua interpretação no quadro da investigação empreendida. A pesquisa documental, na sua aceção completa, implica as fontes escritas ou não” (Albarelo *et al.*, 1997, pp.16-29).

⁴ “Fala-se de pesquisa bibliográfica quando se trata de descobrir textos (livros, artigos, documentos), sem omitir uma referência essencial, mas sem se deixar submergir pelo que não tem interesse. Neste caso, já só estão em causa documentos escritos” (Albarelo *et al.*, 1997, p.32).

⁵ “O investigador não observa diretamente, não mede ou faz experimentação em factos existentes, nem testa estatisticamente a significância dos resultados a que chega. Pelo contrário usa a indução lógica para analisar qualitativamente traços do que já ocorreu a partir de documentos ou de testemunhos orais” McMillan e Schumaker (1997 como citado em Coutinho, 2011, p.322).

especialista destas matérias do século XVI, o coorientador Mestre Gonçalo Couceiro Feio. As pesquisas bibliográficas, foram essencialmente feitas na Biblioteca da Academia Militar, na sede em Lisboa e na Amadora; no Arquivo Histórico Militar; no Instituto de Estudos Superiores Militares; na Biblioteca da Escola Prática de Infantaria (EPI) e em algumas bibliotecas municipais. Como elementos de referência para a redação do trabalho, a Norma de Execução Permanente (NEP) 520, que, em caso de lacuna remete para a American Psychological Association (APA), na sua quinta edição.

Visto a metodologia empregue, segue-se o desmontar do trabalho, desde a questão central aos itens dos subtítulos. Com a questão central, *Na campanha da Etiópia em 1541-1543, quais os fatores diferenciadores presentes na preparação e execução da força, que permitiram o sucesso a um grupo pequeno de homens?* pretende-se saber que novidade trouxe esta campanha e o que a difere das outra da sua época, exclusivamente no âmbito militar. Para tal, chegámos à conclusão de que, para obtermos uma resposta a esta questão, tivemos necessidade de a decompor em duas questões derivadas, sendo estas, *Quais os fatores influenciadores da Campanha Portuguesa? Quais as Lições aprendidas⁶ obtidas?* Na primeira questão derivada, colocámos algumas hipóteses para verificarmos qual ou quais possam ter tido maior impacto/ influência. Estas hipóteses foram: Doutrina, Desenvolvimento Tecnológico; Liderança, Terreno, Fator Moral, Fator Intelectual e Inimigo Fraco. Na doutrina, verificámos o que existia em Portugal, as novas tendências que se mostravam nas guerras de Itália e analisámos o *modus operandi* ao longo da campanha. No desenvolvimento tecnológico, identificámos o material, com exceção das proteções do corpo, que acompanhou cada força a fim de tentar compreender se as diferenças eram grandes ou predominava o equilíbrio. Na liderança, tentámos descortinar se o perfil dos comandantes, com base nos seus comportamentos e atitudes, podem ou não ter influenciado. Veremos com maior ênfase a liderança de D. Cristóvão, seguindo-se o rei de Zeyla e por fim o Preste João. Esta ênfase tem a ver com a informação disponível. Na hipótese terreno, comparámos nas forças intervenientes a relação modo de deslocamento (cavalo ou a pé) - carga- irregularidade do terreno- condições meteorológicas, com o intuito de verificar em qual delas o desgaste possa ter sido maior. No fator moral, acima de tudo, pretendeu-se verificar se o moral dos homens ao longo da campanha sofreu grandes oscilações. Na vertente do fator intelectual, é abordada a questão da experiência em

⁶ Entende-se por lições aprendidas, todos os aspetos positivos e menos bons que ocorreram ao longo da campanha. Não se deve efetuar a tradução para o inglês (lessons learned) pois é um conceito do século XXI e com outro significado.

combate e a cultura militar dos intervenientes. Por fim, a questão do inimigo fraco, onde se refere de que forma pode ser aceite. Estas hipóteses irão confirmar, não confirmar ou confirmar em parte se, cada um, teve peso suficiente para se tornar influente. Com a segunda questão derivada, pretende-se registar o que se aprendeu com esta campanha. Uma vez respondidas as duas questões derivadas, estas no capítulo conclusões, vão gerar a resposta.

Relativamente à estrutura do trabalho, o mesmo está dividido em sete capítulos. No capítulo um - Introdução, tem como finalidade, apresentar o trabalho respondendo a algumas considerações como, enquadrar com a temática; sua finalidade, justificação, e delimitação; seus objetivos; a metodologia aplicada; limitações e por último a respetiva estrutura deste. O Estado da Arte - capítulo dois, pretende dar a conhecer todas as obras existentes, no âmbito da questão em estudo. Estão mencionadas as fontes primárias e de seguida as secundárias. O capítulo três - Enquadramento, está estruturado de forma a dar a conhecer o mundo no século XVI, estreitando depois para o caso português. Relativamente ao capítulo quatro – Síntese da Campanha, é, em traços gerais, toda a campanha desde o dia em que desembarcaram até ao fim dos combates. Em Etiópia no século XVI- capítulo cinco, visa entender a sua situação interna e desmistificar o conceito de Preste João. Esta é a área de operação de toda a campanha. No capítulo seis- Trabalho de Campo, é dividido em dois subcapítulos. O primeiro subcapítulo - Fatores Influenciadores, visa desenvolver as hipóteses Doutrina; Desenvolvimento Tecnológico; Liderança; Terreno; Fator Moral; Fator Intelectual e Inimigo Fraco. No segundo subcapítulo - Lições aprendidas, deseja-se reconhecer as principais potencialidades e vulnerabilidades da campanha. Por fim, no capítulo sete - Conclusões, onde se regista o que é que esta campanha oferece de novo para a arte militar portuguesa de Quinhentos e que a distingue de outras suas contemporâneas.

Capítulo 2

Estado da Arte

O presente trabalho de investigação aplicado, tem a Etiópia, o lendário Preste João e a Campanha Portuguesa, em auxílio do reino cristão isolado, como motivos de interesse. Importa salientar que para o período em estudo, o século XVI, é difícil encontrar informação especializada e direta sobre alguns assuntos. Dito isto, seguem-se as obras de referência. Numa primeira linha, estão os autores contemporâneos da campanha portuguesa por estas terras e outros que estiveram *in loco* na Etiópia, mas passados alguns anos, entrando já no século XVII. Uma dessas obras é “a do P. Francisco Álvares que em 1521 acompanhou à Abissínia a embaixada de D. Rodrigo de Lima, e publicou em 1541 a sua *Verdadeira Informação das Terras do Preste João das Índia*” (Pais, 1945, p. XV).

ho livro do Prefte Joã das indias em q fe conta todos hos fítios das terras, & dos tratos & comercio dellas, & do que paffara na viaje de dom Rodrigo de lima (...) & affi das cartas & prefentes que ho Prefte Joã mandou a el Rey noflo fenhor, cõ outras coufas notáveis q há na terra. Ho qual vio & efcreevo ho padre Frâcifco alvarez capella del Rey nofflo fenhor com muita diligencia & verdade (Alvares, 1889, p. 207).

Na mesma linha, destaca-se ainda a *História de Etiópia a Alta*, de Baltasar Teles.⁷; a *Breve Relação de Embaxada que o Patriarcha dõ João Bermudes trouxe do Emperador de Ethiopia, vulgarmente chamado Preste João*, de D. João Bermudes:

Concordam todos os bibliographos em que esta obra é uma das coisas mais raras da imprensa portugueza do século XVI. De Goa partiu para a Ethiopia com o embaixador D. Rodrigo de Lima, que el-rei D. Manuel nandou ao Preste João, imperador da Abyssinia (Bermudes, 1875, pp. III-IV).

e ainda a *História da Etiópia*, do P. Pêro Pais. “É uma vasta compilação, que abrange extensas citações traduzidas das primitivas crónicas dos abexins⁸ e livros teológicos da

⁷ “Esta História da Etiópia a Alta, foi redigida por fases. Foi dito, ter sido o jesuíta padre Pedro Pais quem para ela coligiu os primeiros apontamentos mas não se sabe em que estado de adiantamento deixou as suas notas; para uma segunda versão, esses apontamentos passaram à posse de um outro jesuíta, o padre Manuel de Almeida. O padre Almeida não dispôs de tempo para concluir a crónica, e o material reunido passou para a posse do padre Baltasar Teles, nascido e falecido em Lisboa (1595-1675) e que teve na companhia de Jesus uma carreira fulgurante” (Teles, 1989, p. 308).

⁸ Refere-se aos naturais da Etiópia

Abissínia” (Pais, 1945, p. XIX). Outra obra que merece destaque são as *Viagens de Pêro da Covilhã*, do Conde de Ficalho. Também inserida nesta época, temos a obra *Fides, Religio, Moresque, Aethiopum sub Imperio preciosi Joannis*⁹, de Damião de Gois. De grande valor, temos ainda a *Rerum Aethiopicarum Scriptores Occidentales inediti a saeculis XVI ad XIX*.¹⁰, de Beccari. Com uma vertente mais centrada na presença militar dos portugueses, liderada por D. Cristóvão, escreveu Miguel de Castanhoso a sua obra, *Historia das cousas que o mui esforçado capitão Cristóvão da Gama fez nos reinos de preste João com quatrocentos portugueses que consigo levou*.¹¹ Para se ver a importância desta campanha, “o Corpo do Estado-maior do exército de Itália traduziu esta obra, e a publicou com o título: *Spendizione Portoghese in Abissinia- Nel Secolo XVI*, narrata da Michele de Castagnoso; Roma, 1888” (Castanhoso, 1898, p. XLIV). “Michele da Costanhoso, uomo nobile e bravo cavaleire, che fu compagno di fatiche di D. Cristoforo, e che tutto scrive come testimonio di vida” (Castagnoso, 1888, p. VIII).

Numa segunda linha, refiro outras obras, em que a sua leitura, enriquece o nosso conhecimento. Neste patamar, as referências são, *Em demanda do Preste João* de Elaine Sanceau, que é uma narrativa eloquente da presença dos portugueses na Etiópia; *A Campanha da Etiópia-1541-1543* de Luís Costa e Sousa que já introduz a componente militar mais ao pormenor como a tática, equipamento, contingentes (...).

Desta forma, este trabalho de investigação aplicado, não pretende estudar a História da Etiópia; ou as suas relações com Portugal ou com qualquer outro reino nem a presença dos jesuítas (...). O presente trabalho tem como estudo a componente militar terrestre portuguesa. Dentro desta, direciona-se o esforço para identificar as inovações presentes na campanha, que a torna diferente das outras suas contemporâneas.

⁹ Obra sobre o descobrimento da Etiópia e das relações de Portugal com o reino do Preste João desde a chegada de Pedro da Cavilham. Contém cartas transcritas do Legatio David, que Damião de Góis não escreveu, mas do qual se serviu como documentos: a carta do Preste João ao rei D. Manuel I; escrita no ano 1509, a cartas do rei David da Etiópia escrita ao rei D. Manuel no ano de 1521; a carta do rei David da Etiópia a D. João III em 1522; as cartas do Rei David da Etiópia ao Papa Paulo III no ano 1524; e a explicação da observância e da Fé dos Etiopes. Livraria Castro e Silva (2003). *Fides, Religio, moresque Aethiopum sub Imperio Preciosi Ioannis. Recuperado em 14 de Julho, 2003 em <http://www.castroesilva.com/store/viewItem.asp?idProduct=9340>*

¹⁰ “Esta série monumental encerra as obras de Manuel de Almeida e Pêro Pais, os trabalhos de Manuel Barradas e Afonso Mendes, e a maior parte da correspondência dos Jesuítas” (Pais, 1945, p. 249).

¹¹ “Outra versão extraída de um manuscrito da Biblioteca da Ajuda foi publicada por Esteves Pereira. Lisboa, 1896, intitulada: *Dos feitos de D. Christovão da Gama*, tratado composto por Miguel de Castanhoso. Esta edição tem notas e apêndices muito uteis” (Sanceau, 1983, p. 248).

Capítulo 3

Enquadramento Histórico

As armas e os Barões assinalados
Que da Ocidental praia Lusitana
Por mares nunca dantes navegados
Passaram ainda além da Taprobana
Em perigos e guerras esforçados
Mais do que prometia a força humana
E entre gente remota edificaram
Novo Reino, que tantos sublimaram¹²

(Os Lusíadas, I,1)

“A vida só se compreende mediante um retorno ao passado, mas só se vive para diante”¹³ Fazendo uma analogia com a frase anterior, para se tentar compreender o mundo e o Portugal do século XVI, é “obrigatório” olhar para trás no tempo a fim de tomar contacto de todas as modificações que se verificaram. Esta viagem ao passado visa tornar perceptíveis as transformações que ocorreram na sociedade, fruto de uma nova mentalidade e de um projeto político ambicioso. Esta mudança, só foi possível em Portugal, pois teve no seu leme homens com uma visão que, citando Fernando Pessoa¹⁴ “Porque eu sou do tamanho do que vejo e não, do tamanho da minha altura.” Antes de passarmos à compreensão deste fabuloso Portugal de Quinhentos, que permitiu deixar-nos um cunho muito pessoal na História da Europa e do Mundo, vamos de uma maneira muito geral, visualizar os momentos mais marcantes que se registaram pelo globo.

¹² “Camões propõe o assunto do seu poema: enaltecer os feitos gloriosos dos navegadores portugueses, de modo particular a viagem de Vasco da Gama à Índia, que lhe proporciona ocasião para cantar toda a história de Portugal e seus heróis. 1- Barões assinalados: homens ilustres, famosos; 2- Ocidental praia lusitana: Portugal; 4- Taprobana: ilha de Ceilão, no Oceano Índico; 8- Novo Reino: o Império do Oriente, a Índia. Sublimaram: engrandeceram” (Leitão & Benedito, 2002, p. 1).

¹³ Søren Kierkegaard (2012). Citador-Autores. Recuperado em 24 de Junho, 2003 em <http://www.citador.pt/frases/a-vida-so-se-compreende-mediante-um-retorno-ao-pa-soren-kierkegaard-3921>

¹⁴ Fernando Pessoa (2012). Citador-Autores. Recuperado em 11 de Junho, 2003 em <http://www.citador.pt/poemas/eu-sou-do-tamanho-do-que-vejo-alberto-caeirobrheteronimo-de-fernando-pessoa>

3.1.O Mundo no século XV e XVI

Se suprimíssemos dos livros de História os dois termos solidários –e solidariamente inexactos - «Idade Média» e «Renascimento», a nossa compreensão do período que se estende de Filipe, O Belo, até Henrique IV encontrar-se-ia facilitada. Ao mesmo tempo, abandonaríamos todo um lote de convencionalismos. Desembaraçar-nos-ia, em particular da ideia segundo a qual um corte brutal terá separado um tempo de trevas de uma época de luz.

O mais elementar dever de lucidez obriga, pelo contrário, a declarar que os séculos XV e XVI viram, de certa maneira, crescer o obscurantismo – o dos alquimistas, dos astrónomos, das bruxas e dos caçadores de bruxas.

É raro encontrar na história um período no qual se veja tão bem o melhor andar a par com o pior. O renascimento foi ambas as coisas, e nisto reside o seu carácter desconcertante, a sua complexidade e a sua inesgotável riqueza (Delumeau, 1984, pp. 9-12).

No contexto internacional, muitas foram as individualidades e acontecimentos que marcaram o século XV, mas, as seguintes deixaram obras/realizaram feitos que lhes permitiu gravar o seu nome para sempre na História Mundial.

Na opinião de Briggs *et al.* (1995), figuram os nomes de *Boticcelli* (1444-1510)¹⁵; *Leonardo Da Vinci* (1452-1519)¹⁶; *Miguel Ângelo* (1475-1564)¹⁷, *Leon Battista Alberti* (1404-1472)¹⁸; *Donatello* (1386-1466)¹⁹; *Joana d’Arc* (1412-1431)²⁰; *João Gutenberg*

¹⁵ “Pintor florentino cujo estilo peculiar, o fez alcançar um êxito absoluto em vida. A imagem de A Primavera – como a de O Nascimento de Vénus – para alguns historiadores estabeleceu a iconografia da cultura florentina contemporânea de Botticelli” (Miguel, Yusta, Caba, & Caba, 2005, p. 39).

¹⁶ “Fabuloso pintor da Renascença. A obra que o viria a notabilizar foi «A Última Ceia». «Mona Lisa», também conhecida pela designação de «Gioconda», nenhuma das suas pinturas se tornou tão universal e tão eterna como esta” (Souto, p. 146).

¹⁷ “A abóboda da Sistina é a conquista do Mundo”. Miguel Ângelo nasce em Itália (...) numa profusão de talentos e de génios. Aquando da sua morte: “nada pode afastar a morte de caminho do homem, mesmo que ele seja o génio mais incomparável” (Arbour, 1985, pp. 112-230).

¹⁸ “É o cérebro mais especulativo do século; das suas experiências sairá a arte de Bramante” (Pernes, 1976, p. 182).

¹⁹ “As suas imagens ultrapassam uma representação naturalista e e revestem-se de uma beleza própria, formal e abstracta. As estátuas de Donatello para a catedral de Florença têm a gravidade da melhor arte romana. A maior parte dos outros escultores florentinos do século XV fora influenciada por Donatello” (Barnes, et al., 1965, p. 7).

²⁰ “A história da pequena camponesa de dezasseis anos que era Joana d’Arc de Domremy, na Lorena é tão miraculosa que se tomariam por lenda se os factos não tivessem sido registados. Na primavera de 1428, Joana apresentou-se ao capitão Beaudricourt, comandante da praça de Vaucouleurs, declarando-lhe que Deus lhe mandara salvar a França (...). Prometeu fazer com que lhe restituíssem o reino, (ao Delfim, Carlos V), o coroassem em Remos e ainda expulsar de França os Ingleses. Vestida de homem, empunhando um estandarte (...) tomou o comando de um exército que Carlos lhe forneceu e caminhou em auxílio de Orleães. Á sua firmeza de alma, o entusiasmo e a confiança que comunicou aos que a seguiam, permitiram-lhe libertar Orleães. No cerco de Compïenha foi ferida e caiu em poder dos Borguinhões; o chefe destes, não sentiu pejo em entrega-la aos Ingleses, a troco de dinheiro. No dia 30 de Maio de 1431 expirou, na cidade de Ruão, na fogueira” (Renner, (s.d), p. 187).

(1398-1468)²¹; *Henrique VIII* (1491-1547)²²; *Maquiavel* (1469-1527)²³; *Copérnico* (1473-1543)²⁴; *Francisco Pizarro* (1476-1541)²⁵; *Thomas More* (1478-1535)²⁶; *Martinho Lutero* (1483-1546)²⁷. No que concerne a acontecimentos marcantes, destacam-se a *Guerra dos Cem Anos* (1337-1453)²⁸; *Guerra das Rosas na Inglaterra* (1450-1485)²⁹; *Conquista de Constantinopla em 1453*³⁰; *Colombo desembarca na Ilha de San Salvador, 1492*³¹ (Briggs, et al., 1995, p. 424). Relativamente ao século XVI, de acordo com a opinião de Ferreira (2000), este fica recordado por alguns marcos históricos como são o início da expansão a todos os continentes acompanhado por conflitos que também extravasam a Europa; as reformas na igreja; as guerras de Itália³² e o aumento do poderio turco. Além destes acontecimentos, em termos de individualidades, a acrescentar aos anteriores referenciados;

²¹ “Foram as invenções de Johannes Gutenberg que realmente iniciaram a marcha dos tipos e das impressoras, em benefício da Humanidade. Graças à invenção da prensa tipográfica, quase todo o mundo tem livros, hoje em dia. Os livros impressos espalham conhecimentos entre os povos de todos os continentes” (Eberle, 1941, pp. 9-15).

²² “Governou a Inglaterra de 1509 a 1547. O seu reinado assistiu à dissolução dos conventos e à separação da Igreja de Inglaterra ao catolicismo de Roma” (Budgen & Folly, 1989, p. 40).

²³ “Político, historiador, homem de letras. Uma ideia-chave de Maquiavel era a de que não se podia confiar a defesa de uma cidade ou de um Estado a tropas mercenários”. Na sua obra mais famosa, “O Príncipe, é o primeiro que trata cientificamente, tecnicamente, e com linguagem apropriada, da arte de governar” (Martins, 1972, pp. 16-121).

²⁴ “Matemático e astronómico, revolucionou o mundo científico do seu tempo, ao assinalar á terra o seu exacto lugar, como mais um dos tantos planetas que giram á volta do sol, e não como até então era considerada o centro do Universo” (Souto, p. 11).

²⁵ “Francisco Pizarro empreendeu a conquista do Império Inca com um punhado de homens sedentos de ouro” (Pérez, 2001, p. 1717).

²⁶ “Escritor Inglês, escreveu em latim, um primeiro esboço da ilha imaginária de Utopia. Em virtude da sua recusa em renegar a figura do papa como chefe de igreja foi acusado de traição (...) e condenando à morte e decapitado em 1535” (Castro, et al., 2001, p. 427).

²⁷ “As 95 teses eram um remate de um longo itinerário espiritual. Dirigiam-se especialmente contra a venda das indulgências e punham em causa a extensão recentemente determinada do poder pontifício” (Bérenger, Contamine, Durand, & Rapp, 1980, p. 245).

²⁸ “A Guerra dos Cem Anos, nome que se dá ao período de conflitos que opôs a França e a Inglaterra no período compreendido entre 1337-1453, entrecortado por tempos de trégua (...) tendo por causa próxima a pretensão de Eduardo III de Inglaterra ao trono de França (Carlos V, filho de Filipe IV, O Belo, morrera sem deixar herdeiros diretos)” (Lemos, 2001, p. 231).

²⁹ “Depois que a presença Inglesa na França, foi praticamente erradicada, a aristocracia não pode mais ter a esperança de enriquecer com os despojos da guerra exterior. O monarca reinante, Henrique VI (1422-1461), era um dos mais incompetentes que a Inglaterra já tivera (...), paralisou e confundiu todo o processo de governo inglês, com uma irresponsabilidade real e uma insanidade sem precedentes. Seu voluntarismo ajudou a provocar as guerras das Rosas, que duraram intermitentemente, de 1455 a 1485. Tais conflitos ganharam o nome que têm a partir dos emblemas das duas facções em luta: a rosa vermelha da família Lancaster, de Henrique, e a rosa branca, da casa rival de York. Esta última conquistou o trono” (Lerner & Meacham, 1988, p. 326).

³⁰ “Situada no principal ponto de contato da Europa com a Ásia, era a capital natural de um império cujas províncias se estendiam pelos dois continentes. Com a entrada em Constantinopla, o Estado Otomano transforma-se num dos grandes impérios da história, obra de arte e força da natureza” (Coles, (s.d.), pp. 23-26).

³¹ “Em 1492, os Europeus começaram a conhecer a área onde estava um terço das terras emersas” (Franco & Vieira, 1989, p. 72).

³² As guerras de Itália (1494-1559), que como vai ser descrito mais adiante, têm uma influência indireta na campanha da Etiópia.

segundo a opinião Lerner e Meacham (1988), inclui-se ainda *Calvino* (1509-1564)³³. Após esta contextualização, que serve para identificar e compreender o ambiente em que estávamos inseridos, no caso particular de Portugal, as transformações foram imensas. Dessa forma, irei recuar um século, para uma melhor perceção dos acontecimentos, pois caso contrário, seria como colocar um Etíope do século XVI na 5ª Avenida em Nova Iorque...sentir-se-ia perdido, confuso e sem rumo.

3.2. Portugal no século XV e XVI

Na opinião de Mattoso (1998a), em 1400, Portugal, assim como a Europa encontrava-se isolado do resto do mundo. Contudo, esse isolacionismo só continuará mais algum tempo pois Portugal vai ser, como afirma o autor, o *principal motor da expansão europeia* que terá consequências na *mutação da mentalidade ocidental*. Este afirma ainda que, ocorre a passagem do *mundo medieval para o mundo moderno*. “Abriu-se a Idade Moderna³⁴ com os descobrimentos marítimos Portugueses³⁵” (Osório, 1956, p. 11). Segundo Matos (1998), foram diversos fatores que permitiram a Portugal lançar-se na expansão marítima. Ele destaca contudo, como os mais relevantes, a posição geográfica do reino, o reinado de D. João I que a partir de certo momento garantiu paz e tranquilidade e a definição das fronteiras (que remonta ao Tratado de Alcanises de 1297³⁶). “A atividade nova dos descobrimentos e das conquistas e colonizações ultramarinas deu também na História Humana o primeiro lugar à Capital da Nação que, por seu génio, heroísmo, saber e persistência, iniciou o novo ciclo, atlântico, da Civilização” (Osório, 1956, p. 11). Contudo, existia um adversário de enorme respeito. Esse adversário era o Oceano Atlântico numa primeira fase, o Índico depois, e o Pacífico mais tarde. Para Mattoso (1998b), o oceano era um mundo sem fim, ainda inexplorável, cheio de monstros ao contrário dos mares interiores tais como o Mediterrâneo, onde a navegação era do domínio do homem. Desta forma, o oceano afigurava-se um obstáculo difícil de transpor. Mas, partilhando da

³³ “A igreja calvinista é dirigida efetivamente por pastores e leigos, desde a paróquia até à escala nacional. Os conselheiros são escolhidos e designados pelos magistrados. Foi esse talvez o aspeto mais revolucionário do calvinismo, retirando da igreja aos príncipes para entregar ao povo através dos seus representantes” (Bérenger, Contamine, Durand, & Rapp, 1980, p. 262).

³⁴ O início da Idade Moderna não é unânime entre os historiadores. Alguns defendem que essa passagem se deu com a queda de Constantinopla 1453; outros com a descoberta do caminho marítimo para a Índia e ainda quem defende em 1522 com as 95 teses de Martinho Lutero.

³⁵ Esta é uma visão e opinião claramente Portuguesa. De facto para os portugueses foi o início de um ciclo.

³⁶ “As conversações entre os dois monarcas (D. Dinis de Portugal e Fernando IV de Castela) acabariam por se traduzir no conhecido Tratado de Alcanises, firmado em 12 de Setembro de 1297 (...) torna na mais antiga linha de fronteira estável da Europa e uma das mais antigas do mundo” (Barroca, 2003, pp. 65-66).

opinião de Saint Exupéry, “o homem descobre-se quando se mede com um obstáculo”³⁷. Nas palavras de Bombi, Lichtenberger, e Malabarba (1983), ouve um homem iluminado que mudou o curso da história e ficou conhecido como o «Navegador». Partilha dessas palavras, Serrão (1994, p. 29), que também afirma “4 de Março de 1394 (...) assinala a vinda³⁸ ao mundo de um príncipe que teve a visão luminosa de que o futuro se encontrava nas terras além-mar.” Este foi o grande homem que impulsionou a expansão marítima portuguesa e entre os diversos objetivos delineados, Couto e Loureiro (2007, p. 19) refere “um dos objetivos das viagens de exploração iniciadas pelo Infante D. Henrique foi o desejo de entrar em contacto com o Preste.” Contudo, Selvagem (1960, p. 281), “e, a bem dizer, finava-se-lhe a vida sem ver realizado nenhum dos seus grandes sonhos”. Outro grande homem deste século, foi D. João III. No seu reinado³⁹, “a política ultramarina recebeu de D. João II um impulso notável, sendo ele quem verdadeiramente abriu as portas da Índia, firmou o comércio de África e garantiu a defesa dos nossos interesses no mundo de então” (Ferreira, 2000, p. 51). A sua ascensão ao trono de Portugal, numa época em que o mundo muçulmano se expandia⁴⁰ empurrando a Europa cristã para dentro das suas fronteiras, eleva a questão do Preste João para um patamar muito importante para o reino.

A ideia de aliança com o Preste João, o soberano cristão da Etiópia, (o reino desconhecido, que se localizava algures na retaguarda do bloco islâmico e próximo das Índias) era um velho sonho europeu da época das Cruzadas, esperando os Ocidentais, através dessa aliança, destruir a potência do império mameluco, instalado no Egito e na Palestina (onde controlava os Lugares Santos), assim como a dos outros poderes muçulmanos do oceano Índico (Couto & Loureiro, 2007, p. 19).

“Durante o seu reinado, e já muito perto de falecer, estabeleceu a partilha do mundo” (Bessa, 1994, p. 63). A 7 de Junho de 1494 foi assinado em Tordesilhas um tratado em que D. João II de Portugal e os Reis Católicos de Espanha acordaram dividir o Mundo em dois (...) houve quem o considerasse o mais importante tratado da história. Este tratado foi o reflexo do reinado de D. João II, como refere Peres (1931, p. 573) “a política hábil, sábia e persistente de D. João II” mas também legava ao seu sucessor “tremendas

³⁷ Saint Exupery (2003). Citador-autores. Recuperado em 5 Fevereiro, 2012, em <http://www.citador.pt/frases/o-homem-descobre-se-quando-se-mede-com-um-obstacu-antoine-de-saintexupery-15256>

³⁸ “No Portuguese could better deserve the famous verse of Camoens: «Happy the land that bore her such a son»” (Cortesão A. , 1971, p. 88)

³⁹ “A política ultramarina recebeu de D. João II um impulso notável, sendo ele quem verdadeiramente abriu as portas da Índia, firmou o comércio de África e garantiu a defesa dos nossos interesses no mundo de então” (Ferreira, 2000, p. 51).

⁴⁰ “Efetivamente, quando os turcos tomaram Constantinopla, em 1453, e aí estabeleceram a sua sede, iniciaram um movimento de expansão para oriente e para ocidente” (Junqueiro, 1983, p. 98).

responsabilidades dum problema inteiramente novo na Europa- a organização e a administração dum império ultramarino derramado por três continentes nos confins do globo conhecido” (Selvagem, 1931, p. 252). E com a morte de D. João II, praticamente chegamos ao fim do século XV. Portugal era por esta altura, “o centro do mundo; Lisboa, por seu turno, tornava-se o porto de maior importância, uma autêntica metrópole, centro dos grandes eventos comerciais e intelectuais” (Cardoso, 1963, p. 68).

Eis então, chegados ao século XVI, também conhecido como “o período áureo das artes, das ciências e das letras que é para nós o século XVI, dar-nos-ia, e ao mundo, novos mundos” (Santos, 1951, p. 19). Contudo “basta um relance de olhos sobre a situação do reino no começo do século XVI para se poder avaliar da desproporção enorme entre a gigantesca tarefa que se lhe oferecia e os meios de que dispunha para a realizar” (Selvagem, 1931, p. 253). “Em 1527- 32 foi ordenado, por decisão de D. João III, o primeiro censo da história portuguesa. Mostrou a existência de 280 528 fogos, ou seja, um mínimo de 1 000 000 a um máximo de 1 500 000 de almas” (Azevedo, 1982, p. 289). Para termos uma ideia relativamente a outros países, Page (2002, p. 107) refere “Portugal (..) had a population of under 1.5 million – an eighth that of Italy, less than a quarter that of Spain, and less than half that of England”⁴¹

Em jeito de retrato do Portugal do século XVI:

Com a palavra «Índia», os Portugueses do século XVI designavam não só a Península Indostânica, mas todo o mundo oriental, desde o cabo da Boa Esperança até ao Japão. Por toda essa imensa área se estabeleceram a partir de 1500. Grandes feitos de armas (...) alternam com massacres de guarnições. Foi mais de um século de contínua guerra na terra e no mar, guerra travada na África e no Oriente, mas contabilizada em Lisboa (Saraiva J. H., 2005, pp. 155-165).

No que diz respeito ao trono de Portugal, no início do século XVI, é reinado por D. Manuel I, « *O Venturoso* ». É um rei afortunado que vai acabar o que os seus grandes predecessores, o Infante D. Henrique e D. João, « *O Príncipe Perfeito* », começaram, prepararam, organizaram e construíram” (Habsburg & Marjay, 1970, p. 15). Durante a sua permanência no trono, D. Manuel estabeleceu o Norte de África como um assunto de grande relevo para o reino, por diferentes razões. A conquista de Marrocos assumia, pois, uma função geoestratégica a dois níveis diferentes: “como formação de um reduto cristão que fosse impeditivo de um eventual estabelecimento turco; como base militar portuguesa

⁴¹ Portugal tinha uma população de aproximadamente 1,5 milhões, o que equivale a um oitavo da população Italiana; menos de um quarto da Espanhola e menos de metade da Inglesa. Tradução livre da responsabilidade do autor. Esta comparação serve para se ter a noção de que, apesar de poucos recursos humanos quando comparados com outros reinos, os portugueses conseguiam, à semelhança dos espanhóis na sua região do globo [tratado de Tordesilhas], explorar /desenvolver/conquistar a sua parte referente

e ponto de partida para a dupla ofensiva a ocidente, e depois a oriente do mar Roxo” (Junqueiro, 1983, p. 98). A questão do Preste João tem algumas analogias com a situação de Marrocos: é um reduto cristão isolado; pensa-se ser muito rico e pode ser uma base para as operações no Mar Vermelho. Mas, a questão de Marrocos; a presença dos portugueses nesta região não era tão pacífica e unânime como possa parecer de início: “Marrocos era, um sorvedouro de homens e dinheiro (...) depois, havia, (...)a Índia⁴² e o Brasil⁴³” (Anônimo, 1959, p. 20). “Ao título de senhor da Guiné, que D. João II se arrogara, D. Manuel acrescentou-lhe outros três de «Senhor da Navegação, Conquista e Comércio da Etiópia⁴⁴, Arábia, Pérsia e Índia»⁴⁵” (Cortesão J. , 1968, pp. 54-55). Após D. Manuel I, sucedeu ao trono de Portugal, o rei D. João III. Foi no seu reinado que, entre outras decisões, surge a campanha da Etiópia, em “resposta ao súbito pedido de ajuda do imperador Galawedos da Abissínia” (Sousa, 2008, p. 5). No seu reinado, segundo Selvagem (1931, p. 306) Lisboa “ocultava a negra miséria do País e a falência financeira do Estado”. De acordo com este autor, isso deveu-se às despesas exorbitantes das praças de Marrocos mas estas eram as únicas que *serviam de escola prática de guerra e primeira estância de aclimação aos capitães e soldados que iam mais tarde servir às Índias ou nas fortalezas da Africa Oriental*. Os grandes capitães, tais como Manuel da Cunha; João da Fonseca; Onofre de Abreu; Francisco de Abreu e Francisco Velho⁴⁶, todos eles passaram por esta escola. Contudo “sem os ensinamentos de Marrocos talvez a Índia, o Brasil não tivessem sido possíveis” (Anônimo, 1959, p. 21).

⁴² “A chegada à Índia abre perspectivas de uma via marítima comercial pelo Cabo da Boa Esperança, mais económica (...), estabelecemos ao longo da costa feitorias que eram apenas um dos organismos intervenientes no comércio dos produtos orientais ” (Comissão para o Estudo das Campanhas de África, 1988, pp. 27-28).

⁴³ “A principal riqueza da terra recém-descoberta foi, durante muitos anos, o pau-brasil, árvore cujo cerne, intensamente vermelho, tinha aplicação na tinturaria e cuja madeira, de uma grande resistência, era usada na construção de móveis e de navios. O inventário da carta de uma nau, em 1511, dá-nos uma ideia clara do que foi a actividade económica nesse período: o navio vinha carregado com cinco mil toros de pau-brasil, alguns escravos, e numerosos macacos e papagaios” (Saraiva J. H., 2005, pp. 167-168).

⁴⁴ “A acção do nobre português D. Rodrigo de Lima foi facilitada, de modo a por em pratica uma obra de civilização e de amizade entre as duas cortes. Daqui resultou que o rei de Portugal passou a usar, precedido do que já usava: senhor do Comercio da Etiópia. Em compensação, Portugal tinha de guardar os portos da Etiópia e assegurar-lhes a sua independência. Logo se construíram fortalezas e praças-fortes, algumas as quais de pé (Gondar, Gymb). Também no governo de Diogo Lopes de Sequeira, por alturas de 1520, foram enviados muitos artífices portugueses, para o fabrico de espingardas e de outras armas de guerra, carpinteiros, pedreiros, pintores, alfaiates, agricultores, etc. Construíram-se mosteiros, igrejas, habitações, segundo indicações dos artistas portugueses” (Moura, 1963, p. 202).

⁴⁵ “O monarca reivindicava, urbi et orbi, os direitos que as sucessivas bulas dos papas e por fim o tratado de Tordesilhas lhe outorgavam” (Cortesão J. , 1968, pp. 54-55).

⁴⁶ “Estes foram os capitães que acompanharam D. Cristóvão da Gama na expedição à Etiópia em 1541-43

Relativamente aos outros pontos do globo onde nos encontrávamos na, “Ásia⁴⁷(...) provinham as cobiçadas especiarias, assim como os materiais corantes, o marfim, as pedras preciosas e todo o género de mercadorias requintadas” (Marques A. H., 1997, p. 230). Do Brasil, além dos produtos da floresta, açúcar, algodão e tabaco” (Saraiva J. H., 2005, p. 168).

Anteriormente fez-se referência a um conjunto de condições que se criaram e permitiram catapultar Portugal para a vanguarda da expansão europeia. Contudo, Boxer, (1969), estabelece como principais motivações uma mescla de fatores religiosos (cruzada contra os muçulmanos); económicos (o ouro da Guiné); estratégicos (o reino cristão do Preste João) e políticos (as especiarias orientais), sendo que, em dado momento, um tem mais peso que os outros. Nos fatores religiosos, *o conceito de «serviço de Deus»⁴⁸*, no século XV, aparece como a condicionante de todas as ações do comportamento sócio cristão. O *«serviço de Deus»*, aparece interligado aos conceitos de *«serviço do Rei»* e de *«serviço do Reino»*” (Junqueiro, 1983, pp. 93-94). Na campanha da Etiópia 1541-43, esta motivação esteve presente desde o primeiro dia, não fosse Portugal um reino cristão e que combatesse o infiel, entenda-se, os muçulmanos. Em segunda ordem, surge o desejo de se apoderarem do ouro de Guiné. Esta ocupação materializou-se sobretudo, segundo Riley (1998) ao longo da costa através de feitorias e em locais que balizavam as rotas marítimas.

⁴⁷ (...) “Até ao falecimento de D. João III, os esforços da nossa política em relação ao Império do Oriente culminam nas laboriosas negociações que se arrastam de 1521 a 1529, entre aquele monarca e o Imperador Carlos V, para fixar no Pacífico os limites dos domínios coloniais respectivos” (Cortesão J. , 1968, p. 59). “A questão das Molucas é uma consequência direta do tratado de Tordesilhas. Sebastião d’Elcano, durante a viagem de circum-navegação carregou de cravo um dos seus navios nas ilhas Molucas. Protestou D. João III, alegando que as ilhas se encontravam no “hemisfério português.” O tratado de Saragoça, veio pôr fim ao conflito, tendo Carlos V vendido a Portugal, por 350000 ducados, em ouro, o direito de posse, navegação e comércio dos mares de Moluco” (Ferreira, 2000, p. 77).

⁴⁸ “As múltiplas motivações impulsionadoras dos Descobrimentos portugueses estão claramente expressas nas bulas papais promulgadas ainda em vida do Infante D. Henrique e no tempo dos seus sucessores imediatos. Provou-se que o que está escrito nesses documentos segue de perto o conteúdo dos pedidos preliminares de promulgação, feitos pela Coroa portuguesa. As três bulas mais importantes foram a Dum diversas, de 18 de Julho de 1452, a Romanus Pontifex, de 8 de Janeiro de 1455, e a Inter caetera, de 13 de Março de 1456. Na primeira, o Pontífice autoriza o rei de Portugal a atacar, conquistar e submeter Sarracenos, pagãos, e outros descrentes inimigos de Cristo; a capturar os seus bens e territórios; a reduzi-los a escravatura perpétua e a transferir as suas terras e territórios para o rei de Portugal e para os seus sucessores. A segunda bula, a Romanus Pontifex, (...) começa por resumir a obra de descoberta, conquista e colonização realizada pelo Infante D. Henrique desde 1419. O seu zelo apostólico de verdadeiro soldado de Cristo e defensor da Fé é louvado em termos eloquentes. Atribui-lhe a ele, especialmente a intenção de circum-navegar a África, e, assim de estabelecer contacto por mar com os habitantes das Índias, «que, segundo se diz, honram o nome de Cristo», e, em aliança com eles, de prosseguir a luta contra Sarracenos e outros inimigos da Fé. Na bula Inter caetera, de 13 de Março de 1456, o papa Calisto III confirmava o que fora estabelecido pela Romanus Pontifex, e, a pedido de D. Afonso V e do seu tio, o Infante D. Henrique, concedia à Ordem de Cristo, da qual este último era administrador e mestre, a jurisdição espiritual sobre todas as regiões conquistadas pelos Portugueses, no presente e no futuro, «dos cabos Bojador e Não, por via da Guiné e mais além, para o Sul, até às Índias»” (Boxer, 1969, pp. 39-40).

Ainda de acordo com este autor, com a construção do Castelo de São Jorge da Mina, garantiu-se o estabelecimento de relações comerciais e o intuito de *salvaguardar o monopólio régio do trato do ouro*. Sustenta a mesma opinião, Sanceau (1959, p. 238), “Graças ao Castelo de S. Jorge, a Mina estava segura (...) todos os anos afluiria ouro aos cofres reais” Desta forma, seria possível continuar a sonhar com um dos objetivos há muito ambicionada; a questão do Preste João.

Com os recursos alcançados pelo florescente comércio do ouro e de escravos, D. João II estava em condições de prosseguir na procura do Preste João, que se tinha tornado uma obsessão para ele (...) associado à procura das especiarias asiáticas (diferentes das africanas) (Boxer, 1969, p. 48).

Este último aspeto, a procura das especiarias asiáticas/orientais era importante pois “D. João II (...) herdara a missão do Infante, e enquanto esta se não completasse, todas as riquezas constituiriam um meio, mas não um fim. Esse seria a Índia” (Sanceau, 1959, p. 238).

3.3. Contributo dos Portugueses no desenvolvimento tecnológico

Correspondendo às novas necessidades aparecem novas ciências que se desenvolveram extraordinariamente ao lado de outras. Portugal levou o mundo ao estudo e investigação de muitas outras, mercê do espírito prático e experimental dos povos que seguiam as directrizes de cientistas portugueses como Pedro Nunes⁴⁹, Garcia da Horta⁵⁰ e João de Castro⁵¹ (Cardoso, 1963, p. 78).

3.3.1. Cartografia

A renascença da cartografia, que se afirma de forma inequívoca nos séculos XV e XVI, corresponde em Portugal, segundo A. Cortesão (1969-1970), ao seu período de «esplendor», que terminaria em 1580. Este decurso do tempo foi marcado essencialmente por três factos, cuja influência se fez sentir em toda a Europa: a) a aplicação aos mapas das

⁴⁹ “Pedro Nunes (1502-1578), é considerado o maior matemático português do século XVI. Nomeado cosmógrafo-mor do reino em 1557, teve a seu cargo toda a preparação técnica das navegações até a sua morte, bem como o exame dos candidatos a pilotos” (Albuquerque, 1990, p. 51).

⁵⁰ “As boas tradições do espírito português, na literatura como na ciência (...) entre esses homens aparecem Garcia da Horta, como o mais ilustre representante das ciências naturais [os conhecimentos de mathematica, de physica, de história natural e de medicina ainda andavam mais ou menos fundidos e confundidos]” (Ficalho, 1983, pp. 32-392).

⁵¹ “Cientista notável, soldado aguerrido, navegador exímio, décimo terceiro governador da Índia e seu quarto vice-rei. no estudo da Astronomia Náutica e da Oceanografia. Os seus roteiros, esplendorosa obra de registo de dados e reflexão filosófica, mostram o que de melhor se produziu no meio náutico português” Instituto Camões (2012). Navegações Portuguesas. Recuperado em 27 de Julho, 2012, em <http://cvc.instituto-camoes.pt/navegapor/a16.html>

técnicas de impressão; b) a redescoberta da Geografia de Ptolomeu⁵² e a sua tradução para latim, primeiro sob forma manuscrita (desde 1407 ou 1408), impressa a partir de 1475, em edição só com textos, e desde 1477 com mapas; c) o registo em mapas das novas terras descobertas, especialmente por portugueses e espanhóis (A. Cortesão (1969-1970 como citado em Alegria, Garcia, & Relanõ, 1998, p.54). Na opinião de Alegria, Garcia, e Relanõ (1998), as incógnitas, o desconhecido, foram desfeitos e em muito contribuíram as viagens de Bartolomeu Dias, que dobrou o Cabo da Boa Esperança em 1488, assim como a circum-navegação de Fernão Magalhães e Elcano em 1521-22. Até então, o mapa Martellus (1489), registava as descobertas portuguesas até ao Cabo da Boa Esperança, contudo, o planisfério de Diogo Ribeiro (1529), considerado uma cópia do «Padrón Real» espanhol representava todo o périplo de portugueses e espanhóis. Aquando da campanha da Etiópia em 1541, fruto de muitas e muitas viagens ao longo da costa Africana em direção essencialmente à Índia, os corredores marítimos já não ofereciam problemas, contudo, no que diz respeito aos mapas terrestres, as áreas, distâncias, altimetria, eram mais difíceis e tinham de ser acompanhados por um guia sob pena de se perderem, como foi caso desta expedição.

3.3.2. Navegação

“Com a definição dos limites territoriais, após a conquista do Algarve, no reinado de D. Afonso III, (...) aos fossados terrestres⁵³ sucedem-se os fossados marítimos” (Matos, 1998, p. 72). Segundo Matos (1998), devido ao aumento abusivo da pirataria que se fazia sentir no estreito de Gibraltar, o rei D. Dinis, sentiu-se no dever de tomar medidas. Devido a falta de conhecimentos, de homens experientes, contratou Manuel Pessanha, um genovês e lançou, definitivamente a marinha de guerra do Estado português.

Assim, “afigura-se-nos muito provável que os pilotos henriquinos tivessem aprendido dos italianos a arte de navegar que lhes serviu na primeira fase das viagens” (Saraiva A. J., 1955, p. 394). Em meados do século XVI, efetuar uma viagem para a Índia

⁵² “Efetivamente, Ptolomeu foi um precursor do espírito científico. Não houve ramo da ciência física que não tenha estudado e organizado em novas e uteis técnicas. O mais conhecido de todos eles foi o tratado de astronomia, o *Almagesto*. A sua Geografia, que pretendia cartografar todo o mundo conhecido, foi pioneira na listagem sistemática de lugares por latitudes e longitude. A teoria Geocêntrica, ou ptolemaica, do universo tornar-se-ia num sinónimo de erro astronómico (...) mas sobreviveria a Copérnico, que no início de uma nova época mudou o centro do sistema solar, ainda confirmou na sua forma em muito o conteúdo do *Almagesto*” (Boorstin, 1987, pp. 31-35).

⁵³ “Tratava-se de uma expedição militar, só de cavaleiros ou de cavaleiros e peões, que entrava em território inimigo para talar os campos e colher os despojos possíveis, regressando depois ao ponto de partida” (Marques A. , 1998, p. 11).

já não era novidade. A enorme experiência adquirida permitiu dominar os conhecimentos da arte de navegar, e desta forma, os homens que iam embarcados não chegavam ao destino com um grande desgaste emocional/psicológico que as viagens iniciais proporcionavam. Este aspeto é muito importante, visto que, na campanha da Etiópia 1541-43, a força que se desloca para o terreno, atravessa dois oceanos e milhares de quilómetros desde Portugal. Exemplo do contributo dado pelos portugueses na navegação, é por exemplo:

A invenção da náutica⁵⁴ astronómica: a navegação por alturas, isto é, medindo a bordo e em terra as alturas das estrelas e do sol para calcular a latitude; passa-se deste modo a uma forma mais rigorosa de representação do espaço do globo terrestre, a escala de latitudes corrigida e precisando a estima das distâncias e o rumar pela agulha. O homem vem assim a situar-se no espaço porque inventa os instrumentos⁵⁵ para nele operar, graças aos quais reconstrói pela referenciação de posições, medidas de distâncias, determinação de formas, isto é, configurações, proporção de dimensões” (Godinho, 1963, p. 19).

3.3.3. O Quadro Naval

“As navegações portuguesas nos séculos XV e XVI foram levadas a cabo por tipos diferenciados de embarcações, num processo onde são visíveis tanto a adaptação dos recursos disponíveis como a busca continuada de novas soluções tecnológicas” (Domingues F. C., 1998, p. 62). Dentro destas *novas soluções tecnológicas* desenvolvidas pelos portugueses, encontram-se a caravela latina de dois mastros, a *caravela dos descobrimentos* ou *caravela de descobrir*”⁵⁶ Domingues (1998, p. 64). Também as embarcações tiveram obrigatoriamente de sofrer modificações para poderem enfrentar uma viagem tão longínqua. As principais vulnerabilidades registadas, segundo Domingues (1998), prendem-se sobretudo com a capacidade de carga para se manterem no mar por longos períodos e o reabastecimento de água potável. Perante estas fragilidades, eis que surgem duas embarcações com funções dispare, a nau e o galeão. Como refere Domingues (1998, p. 69), “a nau aparece essencialmente vocacionada para o trânsito

⁵⁴ “É um facto histórico que os inventos científicos ou a sua aplicação tecnológica, são consequência da necessidade e oportunidade da sua utilização para fins práticos. A mais flagrante é a criação portuguesa da navegação astronómica, resultante da necessidade de se orientar em segurança no mar alto” (Cortesão A. , 1960).

⁵⁵ “Os marinheiros quatrocentistas se viram forçados a recorrer a observações astronómicas (...) tinham ao dispor os instrumentos que os astrólogos há muito usavam, nomeadamente o quadrante e o astrolábio, que eram para fins mais expeditos; além disso (...) a bastilha” (Albuquerque, 1989, p. 227).

⁵⁶ “Como características morfológicas principais (...) graças ao seu aparelho navegava à bolina com facilidade, o que tudo junto a tornava uma embarcação ideal para singrar em mares com regimes de ventos e correntes desconhecidos” (Barata (1975 como citado em Domingues, 1998, p.66).

comercial, o galeão apresenta características morfológicas mais apropriadas para um vaso de guerra.”

3.3.4. Artilharia Naval

Desde muito cedo os Portugueses introduziram no Índico uma tática de combate naval revolucionária, que fazia depender a sorte das batalhas do compromisso entre a enorme capacidade de manobra dos seus navios e o poder de fogo da sua artilharia, abandonando o método tradicional da investida-abordagem utilizado pelas marinhas orientais e ocidentais (Parker e Pedrosa (1988a, 1998 como citado em Rodrigues, 2004, p. 198)). A excelente qualidade da artilharia portuguesa, dotada de um grande número de peças de bronze, e o desempenho superior dos seus bombardeiros, aliados à grande capacidade de manobra dos navios, permitia-lhes que, depois de colocados a barlavento, não só evitassem a aproximação das frotas inimigas, mas que as destruíssem a tiros de canhão, uma vez que as possibilidades de fuga daquelas eram reduzidas por se encontrarem contra o vento (Rodrigues, 2004, p. 199).

Estas foram algumas das inovações que Portugal, fruto das necessidades que diariamente sentia, desenvolveu, tendo em vista o cumprimento do projeto político delineado ...um dos quais o reino do Preste João.

Portugal, este pequeno reino, apresenta-se no século XVI, com uma vasta dispersão.

No Oriente estava representado por uma cadeia de fortes e de feitorias que se estendiam de Sofala e Ormuz, na margem ocidental da Ásia das Monções, até às Molucas e a Macau (em 1557), na costa do Pacífico. Estendia-se igualmente no Ocidente, possuindo praças-fortes em Marrocos (Ceuta, Tanger, Mazagão) feitorias e alguns fortes entre Cabo Verde e Luanda (em 1575) na costa Ocidental africana, as ilhas do golfo da Guiné e algumas colónias guerreiras ao longo da costa brasileira” (Boxer, 1969, p. 65).

A todo este período, compreendido desde os primórdios da expansão marítima portuguesa até ao seu culminar é comparado com a conquista do espaço. Na opinião do coronel Frank Borman⁵⁷, “«o nosso voo foi muito mais do que um sucesso Americano, tal como os feitos dos vossos antigos exploradores foram muito mais do que um triunfo português»⁵⁸” (Habsburg & Marjay, 1970, p. 5).

⁵⁷Segundo Habsburg & Marjay (1970, p. 5), “Coronel Frank Borman, comandante da missão «Apolo 8», que efectuou a primeira missão de circum-navegação em torno da lua, esteve a cerca de quinze quilómetros desta”.

⁵⁸ “Esta foi a resposta ao “prof. Armando Cortesão que classificou a missão «Apolo 8», como «o maior feito na história da Humanidade» ” (Habsburg & Marjay, 1970, p. 5).

Capítulo 4

Síntese da Campanha

A campanha da Etiópia de 1541-1543⁵⁹, surgiu de uma forma inesperada. Em mais um périplo pelo Mar Vermelho, a fim de conquistar pontos geoestratégicos para negar o acesso ao oceano Índico aos turcos Otomanos, houve necessidade de aportar em Máçua, na Abissínia. Aqui, um emissário do Preste João estabeleceu contato com os portugueses. O seu objetivo foi de pedir auxílio na luta contra os muçulmanos e turcos, que pretendiam erradicar o reino cristão daquela região. D. Estevão da Gama, o então governador do Estado da Índia, decidiu aceitar o pedido, pois representava ser um “grande serviço a Deus e ao rei de Ethiopia, e cumprir os desejos d’el Rei de Portugal”⁶⁰. Para tal desígnio, escolhe o seu irmão mais novo, D. Cristóvão da Gama como comandante da força. Concede-lhe um contingente de “quatrocentos homens, que eram os melhores da armada, e se foram oferecer; e lhe deu oito peças de artilharia, cem mosquetes, e muitas munições; e além das armas que os soldados levavam lhe mandou dar outras tantas de sobrecellentes”⁶¹. Após uma viagem da Índia até à Abissínia, em 9 de Julho 1541, e após as devidas despedidas, a força inicia o deslocamento para o interior deste território. Este é o meio de transporte que vai predominar em toda a campanha, o pedestre. A partir deste momento, estão condicionados ao que o território tem para oferecer e à carga que transporta. Inicia-se o deslocamento, indo a força portuguesa e duzentos abexins [naturais], num território com um terreno e condições meteorológicas agrestes. Caminharam durante seis dias até chegarem a Debarwa⁶². Uma vez que o inverno se iniciava, decidiu esperar que este acabasse por duas razões. Uma delas, é que o inverno é rigoroso e a outra justificação é a de que aproveitou para treinar a sua força [articulação e composição desta; treino operacional, treino de tarefas críticas (...)] e obter informações sobre a região e o adversário. Entretanto, determinou juntar a rainha Sabla Vangel ao arraial. Uma vez terminado o inverno, em 15 de Dezembro, inicia novamente a marcha durante oito dias até Salava, onde descansaram e festejaram o Natal. Depois de comemorado, em 25 de

⁵⁹ Ver Anexo A: A Campanha da Etiópia.

⁶⁰ (Castanhoso, 1898, p. XXX).

⁶¹ (Castanhoso, 1898, p. XXX).

⁶² “Debarwa ou Debaroa, para usar um termo aportuguesado” (Sousa, 2008, p. 73).

Dezembro de 1541, reiniciam a marcha durante mais cinco dias até alcançarem Agame. Aproveitou para fazer descansar a força e, sabendo de uma força adversária ali perto, decidiu assaltar a sua posição em Amba Sanayt. Neste assalto, aproveitou para sistematizar os procedimentos que haviam treinado. Uma vez conquistada a serra [Amba Sanayt], aproveitou para descansar e permanecer naquele local até ao final de Fevereiro. Retemperadas as forças, retoma a marcha mas logo assentou o arraial, ao saber da proximidade do Rei de Zeila.⁶³ Neste momento encontra-se Sahart⁶⁴, onde por duas ocasiões vão defrontar os muçulmanos. Nestas batalhas, os portugueses e os duzentos abexins vão alcançar o sucesso perante os muçulmanos [os naturais e os turcos que apoiavam estes.]. Apesar de um efetivo muito maior e de ter nas suas fileiras os aguerridos combatentes turcos, do outro lado, a forma de combater organizada, o apoio da artilharia móvel (entre outros aspetos), revelou que o confronto podia ser equilibrado. Findo estes dois combates, D. Cristóvão leva a força para a serra de Ofla, onde passou o inverno de 1542. Concluído este, novo confronto ocorreu. Durante todo este interregno, Ahmad, tendo ficado furioso e desiludo com o que anteriormente acontecera, pediu “socorro ao báxa de Zabid, que lhe mandou novecentos Turcos espingardeiros, e dez bombardas”⁶⁵. Em 28 de Agosto de 1542, neste novo confronto, o potencial de combate de cada uma das forças era teoricamente desequilibrado. E foi isso, que na prática aconteceu no terreno. Com o reforço do Ahmad e os portugueses sem qualquer tipo de abastecimento [recursos humanos ou materiais], o resultado do combate foi uma estrondosa derrota portuguesa [e abexin]. Originou a fuga de D. Cristóvão, devido a ter sido gravemente ferido, tendo sido capturado pelos muçulmanos e levado a Ahmad, onde o próprio acabou por lhe cortar a cabeça. Os restantes, de forma desorganizada fugiram do campo de batalha.

Terminada a batalha, e com a morte de D. Cristóvão, Ahmad pensou que os portugueses faziam parte do passado e que seria uma questão de tempo até eliminar os restantes abexins. Contudo, após um período de alguma acalmia, que serviu para recuperar e reorganizar, em “seis de Fevereiro de 1543, com oito mil homens de pee frecheyros e adargueyros, e quinhentos de cavallo, e todos mui boa gente e luzida, e cento e vinte Portugueses” estavam pronto para a vingança. Sob o comando do Preste João [imperador Cláudio II], ofereceram novo combate a Ahmad, que não esperava tal reação. Uma vez, ambos os dispositivos organizados no terreno, inicia-se a batalha. Uma curiosidade desta

⁶³ Rei de Zeila, ou o comandante das forças de Adal.; ou o granhe, são a mesma pessoa, o Ahmad bin Ibrahim el-Ghazi (Ahmad Gran).

⁶⁴ Sahart ou “campos de Iarte”, significam o mesmo.

⁶⁵ (Castanhoso, 1898, p. XXXII) .

batalha é a presença de portugueses a cavalo. Esta batalha vai ter um resultado bastante relevante para o futuro da região. Nesta, Ahmad é morto; originando a debandada da sua força do terreno. O mais importante a reter, é que com esta morte, os muçulmanos nunca mais voltaram a ter um líder unanimemente aceite e capaz de importunar o reino cristão do Preste João. Com a missão cumprida após mais de dois anos, era tempo de os portugueses regressarem a casa, no entanto, tal não se sucedeu. Permaneceram na Etiópia e não mais voltaram a servir em nome do rei de Portugal.

Capítulo 5

Etiópia no Século XVI

Fazer o estudo de qualquer região é sempre um exercício difícil de realizar. Contudo, nos dias de hoje, devido à panóplia de informação que chegou até aos nossos dias aliada à tecnologia existente, muitas vezes o difícil é escolher o mais adequado. Em pleno século XVI, diversas eram as dificuldades, nomeadamente em recursos humanos e materiais. Recursos humanos, no que diz respeito, a existir alguém capaz de documentar, ou seja, escrever. No que se refere aos meios materiais, a tecnologia desta época não permitia ter aparelhos que garantissem/confirmassem os resultados efetuados⁶⁶ manualmente ou por mera estimativa. O estudo que se segue realizado sobre a Etiópia é dividido em três fases: a primeira remete para a história desta até aos acontecimentos que despoletaram o pedido de auxílio aos Portugueses; a segunda fase pretende esclarecer um pouco mais a ligação que existe entre a Etiópia e o mítico Preste João. Por último, tendo por base os fatores geopolíticos⁶⁷, que segundo Dias (2005) são eles o fator físico, humano, recursos naturais, circulação, tecnológico e estruturas, efetua-se o estudo da Etiópia em função das informações que existem desta no século XVI. Contudo, não vamos estudar em pormenor todos eles nem os seus subfactores pois, esta diferenciação é realizada pelo homem do século XXI, e não existe documentação sobre todos. Dito isto, é o momento oportuno de esclarecer uma definição, Etiópia ou Abissínia? De acordo com Couceiro (1936, p. 249), “ Abissínia é nome relativamente moderno que deriva de *abexim*, deturpação portuguesa da palavra Habax ou Habech com que os árabes designavam a Etiópia “

Após a leitura da História da Etiópia⁶⁸, segue-se o estudo da figura do Preste João. Mas, afinal, quem é esta figura? De onde surge?

A geografia medieval punha a Ásia a começar no Nilo, e não no mar Vermelho, incluindo portanto nela a maior parte da moderna Etiópia. Alargava também o

⁶⁶ Nesta época na Etiópia, o tempo estimado ou a distância entre dois pontos eram medidos em dias de caminho. Estas deduções têm sempre uma enorme subjetividade.

⁶⁷ “Fatores geopolíticos/geoestratégicos são “um conjunto de agentes, elementos, condições ou causas de natureza geográfica, susceptíveis de serem operados no levantamento de hipóteses para a construção de modelos dinâmicos de interpretação da realidade, enquanto perspetivação consistente de apoio à Política e à Estratégia” (Dias, 2005, p. 222).

⁶⁸ Ver Anexo B: História da Etiópia.

sentido da palavra «Índia», parte da qual englobava o Nordeste da actual África. Havia várias «Índias», e numa delas vivia um grande imperador cristão, governando um vasto território, densamente povoado, intensamente rico e espantosamente poderoso (Marques A. H., 1997, p. 231).

Este “grande imperador cristão”, que vivia em parte incerta⁶⁹, segundo Chagas (1900), é referenciado desde o século XII por diversos homens, tais como “Jacques de Vitry, Matheus Paris, du Plande Carpin, Joinville, Marco Polo”. “Era conhecido como o *Preste João*, visto ser ao mesmo tempo padre (presbítero) e rei” (Marques A. H., 1997, p. 231).

Sabe-se hoje que o conceito medieval de “Preste João” (cujo nome parece derivar de *zan hoy*, “meu senhor”, forma como os etíopes se dirigiam ao seu rei) fundia e confundia diversas tradições e informações relativas a três núcleos de cristãos distintos e a várias entidades e realidades políticas: reino cristão-monofisita da Abissínia ou Aksum, as comunidades cristãos – nestorianas da Ásia Central, e os grupos nestorianos espalhados pela Índia. Como mito também se associavam e identificavam, com frequência, os imperadores mongóis, no seu constante ataque aos reinos “pagãos” e islâmicos de toda a Ásia, o que explica as repetidas tentativas ocidentais de entrar em relação com eles (Azevedo, 1982, p. 230).

O reino cristão do mítico Preste João, nas palavras de Couceiro (1936), foi um objetivo identificado desde os tempos do Infante D. Henrique. No tempo de D. João II, “o reino fez diligências decisivas ao enviar expedições de reconhecimento, cuidadosamente organizadas, para procurarem⁷⁰ o Preste João e as especiarias, por terra e por mar, a meio da década de 80” (Boxer, 1969, p. 49). Com a subida ao trono de D. Manuel I,

⁶⁹ “O veneziano Marco Polo contou, num livro famoso na Europa, as viagens que fez no Oriente de 1270 a 1296, e nele afirma que o preste João fora em tempo o soberano tartaro Unc-Can, morto em guerra por Gengis –Can (...). Por seu turno, o franciscano Odorico de Pordenone, que visitou quase toda a Ásia entre 1318 a 1330, pretendeu que ele era senhor duma ilha na China, mas não o diz cristão e redu-lo a modestas proporções” (Leite, 1958, p. 25).

⁷⁰ “A viagem marítima mais importante foi a comandada por Bartolomeu Dias, que largou de Lisboa em 1487. Foi o primeiro a dobrar o cabo da Boa Esperança, nos princípios de 1488. A maioria dos emissários enviados por terra parece terem-se perdido, mas um deles, o escudeiro que sabia falar árabe, chamado Pêro da Covilhã, que partiu de Lisboa no mesmo ano que Bartolomeu Dias, atingiu a costa ocidental da Índia em 1488. Esta viagem aventureira, que durou mais de dois anos, deu-lhe uma ótima visão do comércio do Índico em geral e das especiarias em particular. Durante a viagem de regresso a Portugal, nos fins de 1490, encontrou no Cairo um mensageiro do rei que lhe transmitiu a ordem de continuar até ao reino de Preste João, que tinha sido então localizado nas montanhas da Abissínia. Pêro da Covilhã obedeceu. Foi recebido com todas as honras pelo imperador da Etiópia (ou negus da Abissínia), mas não foi autorizado a sair do país; “foi-lhe dada uma mulher e terras e teve de ficar no país até à sua morte, que ocorreu cerca de trinta anos mais tarde” (Boxer, 1969, p. 49).

as relações entre Portugal e a Abissínia⁷¹ se mantinham com frequência, embora sem regularidade. Eram muito dificultadas pela distância e pela posição geográfica daquele império, cercado pelo mundo árabe, que o conteve, por assim dizer, isolado do resto da Humanidade (Domingues M. , 1962, p. 157).

De acordo com Mattoso (1952), havia grande interesse dos sultões do Egito, em que este reino cristão continuasse isolado, pois poderia servir de aliado e de base para a luta dos cristãos contra o Islamismo. Após o contacto com a história da Etiópia e desta figura mítica do Preste João, é chegado o momento de termos a percepção das características da região onde combateram os quatrocentos portugueses.

5.1. Estudo Geopolítico da Região

5.1.1. Fator Físico⁷²

Nas palavras de Sousa (2008), a Etiópia localiza-se numa *região de contrastes geográficos*, pois, é caracterizado por um *maciço montanhoso central* e por *dois planaltos separados pelo grande vale do Rift*. Refere ainda *Ras Dejen*, localizado nas *montanhas do Simien* como um dos pontos mais altos da Etiópia com 4200 metros, e no campo oposto, a *planície semi-desértica* localizada a leste, dá-se pelo nome de *depressão de Danakil* que nos seus limites tem o porto de Massuá (a norte) e a cidade de Zeila (a sudeste).

Sua compridão corre de norte a sul, e toda ella está posta entre os Trópicos debaixo da zona tórrida; e começa de perto de Çuaquêm de huma terra q se chama Focâi; e vai percorrendo pera o sul até a terra q chamão Bahâr Gamô (...) perguntei a muitos quantos dias serão de caminho e achei muita variedade entre eles: (...) huns disseram q erão dous meses de caminho; (...) 45 dias de caminho; outros disseram q erão 50.⁷³ Sua largura, por onde a tem maior, começa do estremo da Provincia de Bur, de huma terra q se chama Hazô (...) e vai

⁷¹ “E fegundo, o que per eftas peffoas temos alcançado, o Rey daquelas partes, a que já per direito de poffe tem entre nós adquirido nome de Prefte Joã, he hum Principe Chriftão Jacobita, a que os feus póvos chamam em geral Rey da terra Abaffia, e elle em fuas cartas fe intitula affi : David amado de Deos, columna da fê, parente da eftirpe de Judá, filho de David, filho de Salomão, filho da columna de Siom, filho da femente de Jacob, filho da mão de Maria, filho de Nabú per carne, Emperador da grande, e alta Ethiopia, e dos feus grandes Reynos, e Provincias, Rey de Xoá, de Gaffate, de Fatigar, de Angóte, de Buze, de Adea, de Vangue, de Gojame onde nafce o Nilo, de Damára, de Bagamedre, de Ambea, de Vague, de Tigre Mahom, de Sabay donde foi a rainha Sabá, de Barnagax, fenhôr té Nobia onde he a fim do Egypto” (Barros, 1777, p. 366).

⁷² “O fator geopolítico/geoestratégico em questão é um dos mais significativos por duas razões essenciais: a primeira diz respeito à importância que o seu conteúdo revela na caracterização de determinada entidade; a segunda respeita à permanência e previa existência do conhecimento, permitindo que o mesmo seja conhecido antecipadamente com bastante rigor. Quando falamos de um fator físico, pretendemos significar o território definidor da existência física de uma entidade política, jurídica e administrativa” (Dias, 2005, p. 224).

⁷³ “Contados a 8 legoas q poderão andar cada dia, são 400 legoas, e se quisermos entender a 10 por dia, então somão 500” (Pais, 1945, p. 14).

discorrendo quasi pera o Essudueste atee uma terra , q chamão Ombareâ, e dizem q serão trinta dias de caminho⁷⁴ (Pais, 1945, p. 14).

Vendo as terras que senhorea o Preste João, digo q são 35 reynos e 18 provincias; E começando pella banda do mar roxo, o primeiro reyno se chama Tigrê, depois se segue Dancalí, Angôt, Dobâ Seltân, Motâ, Ançâ, Amharâ, Olacâ, Ôye, Bâli, Hadeâ, Alamalê, Xâoa, Ifât, Guedên, Ganh, Doarô, Fatagâr, Oxlô, Ganz, Beleramorâ, Guraguê, Cuerâ, Brizanâ, Sufgamô, Bahargamô, Cambât, Boxâ, Gumâr, Zenyerô, Nareâ, Conch, Damôt, Gojâm, Begmêder, Dambiâ. Estes tem qua por reynos, ainda q alguns pode ser q não merecem tal nome. As províncias se chamão Gadanchô, Arench, Orgâr, Cagmâ, Mergâi, Xareâ, Gamarô, Abexgaî, Talaceôn, Oagrâ, Çemen, Çalamt, Borâ, Abargalê, Salaoâ, Çagade, Oalcaît, Maçagâ (Pais, 1945, pp. 15-16).

Como principal referência hidrográfica Sousa (2008), alude ao Nilo Azul que nasce a norte no lago Tana. Menciona ainda, as épocas das chuvas, que são registadas em duas fases, sendo a primeira entre Fevereiro e Abril, e a segunda, com maior pluviosidade no mês de Junho. Além do Nilo, o principal rio da região, existem ainda outros rios e lagoas, tais como:

Tem o rio Marâb sua fonte como duas legoas pera Occidente de hua villa, q chamão Debaroâ. Tacaçê, q he rio muito maior sem comparação q Marâb. Passei muitas vezes hindo de Dambiâ a Tigre. Tem suas fontes muito perto dos limites do reyno de Angôt. Rio Zebê, seu nacimiento em hua terra do reyno de Nareâ. Rio Haoâx, e sae do pee de hu monte q se chama Gecualâ esta entre o reyno de Fatagâr e o de Ôyr, pera sul, e o reyno de Xâoa pera o Norte (Pais, 1945, pp. 225-231).

As lagoas mencionadas são:

Zoâit no reyno de Ôye. Hâic no reyno de Angôt porto do reyno de Amharâ. Dambiâ Bahar entre o reyno de Gojâm ao sul e o de Dambiâ ao Norte (principal lagoa). Em esta lagoa há muito grande abundancia de peixe de diferentes sortes, assi do q tem escamas como do q não. A cousa mais fera e monstruosa q nesta lagoa há, he hu animal a q a gente da terra chama gumari e os portugueses, q vierão co Christovão da Gama chamavam cavallo marinho (Pais, 1945, pp. 231-234).

⁷⁴ “de huma parte a outra, q contados a 8 legoas, são 240, e se quisermos q também se contem a 10, então serão 300 legoas” (Pais, 1945, p. 14).

5.1.2. Fator Humano⁷⁵

Os moradores destes reynos e províncias comemente, são de côr baça (...); outros são muito pretos. Tem ordinariamente boas feçoens no rosto, os corpos fortes e robustos, soffredores sobremaneira de trabalhos, fomes, sedes, calmas frios e vigias. As mininas e mininos f.^{os} de gente baixa andão dispidos ao sol, e ao frio atee q vistão bem, andão descalços, e com a cabeça descuberta atee q são grandes e emquanto são pequenos trazem topetes muito bem coçertados; e os cabelos do mais alto da cabeça compridos e trançados (...). De se criarem desta maneira e sem mimo lhes vem serem depois robustos, e de boa saúde⁷⁶; e ordinariamente paixão dos 80 annos com boas forças e disposição (Pais, 1945, p. 16). As lingoas q há em este Imperio são muitas e muy diferentes, ainda em hu só reyno; a mais universal e cortesaam he a q chamão amharâ, lingoa q na eloquência se parece muito co a latina. As nações são também muitas e muy diferentes, mas podemse reduzir a 4: Christãos⁷⁷, Mouros, Judeos, e Gentios; e nos mais dos reynos se achão todas inuntas (Pais, 1945, p. 18).

Depois da língua e religiões predominantes, seguem-se os costumes deste povo.

No entendimento q he o melhor do homem, não lhes fazem comumente vantagem os melhores de Europa, como o temos bem experimentado na agente nobre. Refrião suas paixoens naturais; dissimulão q por mais agastados q estejam hus dos outros; não tratar nunca negócio grave de rosto a rosto tudo corre por terceiros, e recados por muito menor perda a do tempo q se gasta nestas embaixadas, q a da honra, e primor, q se pode menoscarar cô alguma mostra de paixão ou descompostura nas palavras q muitas vezes não são tão medidas quando o ânimo está perturbado (Pais, 1945, pp. 16-17).

⁷⁵ “O fator humano é um dos fatores políticos mais importantes, dado que o Homem, na tentativa de garantir a sua segurança, o seu progresso e bem-estar, é o responsável e parte integrante das organizações instituídas, dos diferentes âmbitos; é o responsável pelas ações, mais ou menos nacionais, mais ou menos justificadas, efetuadas ou a efetuar, é o responsável pela definição de objetivos a atingir; é o responsável pelas interações com os outros, considerados individuais ou colectivamente; é o responsável pelo desenvolvimento em geral; é o responsável pela sua própria manipulação; é o responsável pela sua própria organização e educação; é o responsável e parte integrante das elites existentes, dos governantes e dirigentes; e não é igual no “seu universo”: na cultura, na civilização, na religião, na língua, na cor” (Dias, 2005, p. 238).

⁷⁶ “Apesar da boa saúde, “os naturais de Ethiopia, agoa pera hua graue doença, q tem os naturais de Ethiopia, q são hus bichos como lombrigas, mas muito compridos, q se lhes crião no estomago, parece q da carne crua q comem; porq os estrangeiros não têm tal cousa” (Pais, 1945, p. 71).

⁷⁷ “No caso do cristianismo, este manteve uma forte presença na região do Tigray, como o demonstra a mais de uma centena de igrejas ainda existentes na região, e muitas delas desconhecidas até há bem pouco tempo; permitiu ainda, a sua sobrevivência em face ao Islão militante de Ahmad Gran” (Sousa, 2008, p. 21).

5.1.3. Fator Recursos Naturais⁷⁸

Apesar de sempre ter sido mencionado como um reino extremamente rico e onde abundava de tudo, afinal, nas palavras de Pais (1945, p. XIII), “não era tão rico e poderoso como fôra pintado”. Quanto aos recursos alimentares:

O milho responde muito, há trigo de muitas feiçoens; ceuada; grãos; fauas; lentilhas; feijoens e outras sementes em abundancia. Há canas d’açucar, gengibre, cardamano, cominhos pretos, endro, funcho, coentro, mastruço e alguas alfaces roins. Aruores de fruto, não há tantas diferenças, mas há muitos pessegueiros, romeiras, figueiras das de Portugal e da India (...) há lorangeiras, cidreiras, limoeiros galegos e outras q dão o fruto muito grande. Tamarinheiros, Jambolans (...) também semearam Palmeiras de coco. Há muito algodão, de q fazem alguns panos muito bons, mas ordinariamente não são como os da India. As aruores silvestres comumente são espinheiros (...) há também muitos cedros altos (he madeira cheirosa e muito boa pera casa) (Pais, 1945, pp. 209-211).

Contudo, o mesmo refere que, ciclicamente, surgem pragas de gafanhotos que provocam falta de alimentos em muitas regiões

Relativamente a recursos minerais,

Minas de ouro hua alga, particularmente no Reyno de Nareâ. Também em outra terra, q pouco há q sojeitar Erâz Cela Christôs, há bom ouro, mas ne aly o sabem tirar. Em reyno de Tigre (...) dizem q se achou primeiro hua mina d’ouro. Há também minas de prata na Provincia de Tamben e na de Zalâmt. Ferro em muitas partes, e chumbo em alguas mas disto tão pouco q quasi não lhes basta pera pelouros de suas espingardas (Pais, 1945, pp. 208-209).

5.1.4. Fator Circulação⁷⁹

De acordo com Sousa (2008) , devido ao terreno acidentado que apresenta, as comunicações na Etiópia são muito dificultadas, e aumentam com as épocas das chuvas, tornando-se impossíveis em determinadas regiões. Couceiro (1936, p. 252), refere ainda

⁷⁸ “A existência ou não de recursos naturais tem papel determinante no valor de determinação espaço territorial e no Poder do ator que aí exerce soberania. Por outro lado, á existência têm que ser associadas as capacidades de exploração e de transformação das diferentes matérias-primas (conjugação com disponibilidade de mão-de-obra, de tecnologia, de diferentes equipamentos), assim como a disponibilidade dos mercados interno e externo” (Dias, 2005, p. 245).

⁷⁹ “Numa abordagem geral abrangente, poderemos afirmar que o fator circulação tem a ver com a dinâmica da economia e com a própria ação política no desenvolvimento, na medida em que “representa a acessibilidade do território e da população a bens e ideias”. Do ponto de vista da identificação das pessoas com os países, no plano das ideias, dos valores e do seu culto, o fator circulação, designadamente, no que respeita às comunicações de relação, assume importância fundamental, quer na potenciação da coesão interna, quer no que respeita ao seu uso para o veicular de mensagens desagregadoras; de igual forma, este tipo de comunicações, por efeito da tecnologia associada e do alcance (universo-alvo e distância), informa as sociedades e começa a ter grande influência nos processos educativos” (Dias, 2005, p. 246).

que “abaixo do grande maciço etíope, correm as terras litorais, do Mar Rubro, ou do Golfo de Adén, cujos portos são as testas das linhas de comunicação da Abissínia para o mar”.

5.1.5. Fator Estruturas⁸⁰

Por esta altura, segundo Pais (1945, p. 90), era o “Emperador Cláudio a que em Ethiopia chamão Glaueôs; e como lhe derão o Império, se intitulou Atanâf Çaguêd” que era a entidade máxima na Etiópia. O comércio é identificado da seguinte forma:

O modo, q comumente tem de comprar e vender, he trocar huas cousas por outras; como mantimento por manteiga ou pannos d’Algodão, ou por pedras de sal, q cada hua tem outo dedos de comprido e dous e meio de largo pouco mais ou menos; e com estas pedras se acha melhor o q querem, q com ouro em muitas partes, e ualem mais ou menos conforme a maior ou menor distancia da parte onde se cortão (q só em hua terra se tirão, ainda q em outras há sal miudo) (Pais, 1945, p. 182).

Na componente militar:

As armas de q usão são arcos, e flechas comumente, eruoladas, espadas, e lanças compridas, e outras mais curtas, q arremessão; e huas machadinhas de pao muito duro, com q atirão de longe; agora tem muitas Espingardas, q antigamente não hauia, mas rebentão muitas uezes por não saberem temperar bem o ferro. Não sabem fundir artilharia, ne ainda aproveitarse de outo cameletes q primeiro tomarão aos turcos. Tem também armas defensivas, como capacetes, sayas de malha, adargas brancas, e pretas de couro de Bufaros muito fortes (Pais, 1945, p. 183).

Em jeito de conclusão do estudo da Etiópia, fica uma frase que demonstra o nosso papel por estas longínquas paragens:

De facto a obra civilizadora dos portugueses foi tão extraordinária e a sua memória ficou tão profundamente gravada na mente do povo etíope que após o desaparecimento da sua influência, os homens de destaque e relevo, os ministros e governadores, eram denominados «portugueses» (Schmulevitz, 1944, pp. 26-27).

⁸⁰ “Com a análise deste fator, pretende-se identificar, reconhecer e caracterizar a forma como determinada sociedade se encontra organizada, nas suas diferentes e diversas vertentes; esta caracterização tem que ser relacionada com as “performances” dessa sociedade que por sua vez, influenciam as interações nos espaços regional e mundial. Cabe aqui uma chamada de atenção sobre o estudo das influências nos espaços mencionados; esse não poderá ser efetuado com alguma credibilidade, seriedade e rigor, senão considerar o contexto cultural e civilizacional (quando aplicável), assim com o seu “caminho” histórico. O estudo deste fator é de difícil execução; no entanto deve ser efetuado de forma exaustiva e rigorosa, “pois as estruturas são veículos de vontade, instrumentos de execução de possibilidades e de minimização das vulnerabilidades: são componentes importantes da expressão do Poder” (Dias, 2005, p. 249).

Capítulo 6

Análise da Campanha da Etiópia

O trabalho de campo é composto por duas fases. A primeira, pretende dar resposta à questão derivada, *Quais os fatores influenciadores da Campanha Portuguesa?* O estudo e a respetiva análise crítica de cada uma das hipóteses visam responder a esta questão. Na segunda fase, e à questão, *Quais as Lições aprendidas?*, é feita uma análise crítica sobre a campanha, tendo em atenção os aspetos positivos e as suas vulnerabilidades.

6.1. Fatores Influenciadores

6.1.1. Hipótese: Doutrina/ Boa Organização

6.1.1.1. Arte Militar em Portugal no Século XVI

“Em Portugal, a evolução da arte militar desenvolverá sobretudo a vertente naval⁸¹ do poderio militar” (Sousa, 2008, p. 24). Neste capítulo, Portugal, segundo Sousa (2008), foi pioneiro na construção de uma embarcação para a guerra no mar, que com a sua artilharia embarcada⁸², permitiu efetuar operações militares em que as embarcações artilhadas apoiavam as forças terrestres que efetuavam o assalto. Estas operações anfíbias, “se serviam do efeito e da vantagem de poderem escolher onde e quando atacar” (Rodrigues, 2004, p. 199).

⁸¹ “Este era o ponto forte da arte militar, pois desenvolveram-se, “admiráveis portos e ancoradouros do seu extenso litoral; intenso tráfico marítimo, múltiplos estaleiros e bons construtores navais, a mais proficiente escola de navegação, os mais perfeitos processos técnicos de navegar, as melhores cartas náuticas, o conhecimento directo de quasi todas as vias marítimas do globo e uma admirável massa de navegadores, pilotos e marinheiros” (Selvagem, 1931, p. 257).

⁸² Segundo o mesmo autor, se não fomos os pioneiros, fomos dos primeiros.

Em outra vertente, Sousa (2008), menciona a arquitetura militar⁸³ que por altura evidenciava um grande desenvolvimento, apontando como expoente máximo a “fortificação de Mazagão”. Desenvolveu-se tanto e foi tão importante que levou “Alberti a afirmar que as vitórias militares se deviam mais à competência do arquiteto do que à conduta ou sorte dos generais” (Pires, 1988, p. 85). Por sua vez, a componente terrestre, pode ser descrita da seguinte maneira:

Portugal pode constituir um interessantíssimo campo de observação de um «caso contrastante⁸⁴». Pois a sua história militar é a de um país que, durante mais de 150 anos (entre Toro [1476] e a Aclamação [1640]), não participa em operações militares na Europa, onde as grandes inovações se iam verificando, e que, de experiência, apenas conhecia a guerra ultramarina, em que se defrontavam tradições e práticas bélicas, e em que a componente da guerra terrestre, central no modelo militar europeu, era substituída por uma fortíssima componente naval, ou, pelo menos anfíbia, fortemente apoiada pela artilharia embarcada (Hespanha, 2004, p. 9).

Sousa (2008, p. 26), corrobora da opinião de Hespanha, acrescentando que tanto no Norte de Africa como no Oriente o modo de combater é semelhante, ou seja, com exceção de algumas operações de maior envergadura, pratica-se a designada «*pequena guerra*», cujas raízes se misturam com o tradicional modo árabe de combater na qual se cultivava a audácia e os atos individuais dos fidalgos ou cavaleiros, ou *émotive et désordonnée*, nas palavras de Jean Aubin.”⁸⁵ Assim, a “guerra terrestre parece constituir o parente pobre deste tríptico – guerra naval, arte militar e arquitetura militar” (Sousa, 2008, p. 50).

Na Europa, segundo Selvagem (1931, pp. 256-257), durante o período da Renascença os exércitos caracterizavam-se por “exércitos permanentes, pela

⁸³ A arquitetura militar, segundo Pires (1988, p. 85), sofreu uma enorme mutação “devido a artilharia ter tornado obsoleto o castelo medieval.” É neste binómio castelo-artilharia, que vão surgir, de acordo com Hespanha (2004), os arquitetos italianos, que fruto das guerras de Itália (1494-1559) e das lições aprendidas em combate, vão contribuir com o seu *trace italienne*.” Entenda-se por *trace italienne*: grossos muros, mais baixos e mais fortes, construídos de materiais absorventes do impacto, como a terra ou o adobe, inclinados para trás, para diminuir o ângulo de impacto; bastiões avançados, dando ao conjunto a forma de estrela, para permitir aumentar o ângulo de tiro da artilharia da praça e permitir o fogo de flanco” (Hespanha, 2004, p. 16). Nas palavras de Pires (1988, p. 55), o “termo castelo medieval é substituído por fortaleza ou fortificação, e nesta passagem, o termo de transição é simplesmente a adaptação da fortaleza ao grande desenvolvimento da artilharia pirobalística do século XVI.”

Em Portugal, segundo Sousa (2008), a introdução dessa nova arquitetura em território nacional não ocorreu devido à inexistência de inimigo, contudo, nos territórios conquistados foi bastante utilizada e desenvolvida.

⁸⁴ De acordo com Sousa (2008), isso deveu-se às fronteiras desde cedo estarem delimitadas; a vontade de expansão continental se ter dissipado e o mar ser visto como uma nova “área de influência”.

⁸⁵ Na vertente naval, “um aspeto importante é o elevado grau de coordenação com que os assaltos são executados, tendo em consideração a época em que ocorrem (Sousa, 2008, p. 25).

preponderância da infantaria sobre a cavalaria e pela importância crescente das armas de fogo na atividade dos exércitos.”⁸⁶

6.1.1.2. Documentos Oficiais

6.1.1.2.1. As Ordenanças Manuelinas

É no seu reinado, segundo Sousa (2008), que no ano de 1508, se publicam dois alvarás que se designam por “ordenanças manuelinas.” Nestes, segundo Morais (1954, p. 156), “regula o serviço da «gente da ordenança», cujo comando foi dado a D. Nuno, com o título de capitão general (...), investido no comando das cem lanças da guarda.” De acordo com Sousa (2008, p. 28), as cem lanças⁸⁷ foram divididas por cinco capitães⁸⁸, todos eles, experientes da guerra moderna.”⁸⁹ Esta tentativa, de acordo com Sousa (2008), de reorganização da componente terrestre, não teve tempo para amadurecer, e uma dessas causas foi a falta de um sistema de recrutamento eficiente.

6.1.1.2.2. Ordenanças de D. João III

No reinado de D. João III, Sousa (2008, p. 34), refere que por “duas vezes, em 1526, e depois em 1549, tentou introduzir um sistema⁹⁰ de recrutamento e de adestramento controlado pelo estado.” Tentou colmatar as lacunas identificadas na reorganização

⁸⁶ Ver Anexo C: Guerras de Itália

⁸⁷ “E ordenamos que cada um daqueles que nos servirem, e entrarem no número da dita gente da ordenança, que ordenamos haver e nos servir em nossa côrte, haja por mez de soldo dous cruzados, e em fim de cada um mez lhe será pago o dito soldo polo ponto de seu serviço e mandados do dito D. Nuno, como dito é. A gente da dita ordenança, que assi em nossa côrte servir e andar, serão obrigados ter as armas seguintes: S. um peito com sua espaldeira, armadura de cabeça. S. cellada e braceira, alabarda” (Morais, 1954, p. 164).

⁸⁸ “Villalobos e Diogo Alvares e o Soares e Moralez e Ruy Gonçalves e quaisquer outras pessoas desta qualidade que temos recebido (...) as pessoas dos capitães, e as outras pessoas que são vindas de Itália” (Morais, 1954, pp. 162-165).

⁸⁹ Um bom exemplo disso, diz Sousa (2008, p. 30), ocorreu na Índia, onde foi ordenado que “fossem suíços e andassem em ordenança. Nesta passagem constatamos que se pretendia que os soldados se agrupassem em formaturas regulares - andassem em ordenança -, formações essas designadas pelo nome «suíços» ou «suíças», em referência à ordem de batalha dos soldados suíços, que revolucionou os campos de batalha europeus no fim de século XV.

⁹⁰ “Este sistema pretendia organizar os soldados em companhias de ordenanças enquadradas por oficiais, estipulando ainda um regime fixo de treino” (Sousa, 2008, p. 34).

realizada por D. Manuel, mas como refere Sousa (2008, p. 34), foi “notória a incapacidade do rei.”⁹¹

6.1.1.2.3. Os Tratados de Arte Militar⁹²

6.1.1.2.3.1 Regimento de Guerra⁹³

Segundo Sousa (2008, p. 64), “este texto é invulgarmente rico pela quantidade de informação prática contida - um autentico manual de doutrina táctica do século XVI.” Diz ainda que, um aspeto muito importante registado nesta obra é a existência de tabelas que organizam os soldados no terreno e ainda, vai de encontro às tendências da época, em que reduzia as companhias que eram formadas por arcabuzeiros e piqueiros excluindo efetivos armados com espada. Durante este século, ainda se podem mencionar outros tratados, tais como, “o Quarto Livro de Isidoro de Almeida das Instruções Militares, de Isidoro de Almeida, e as Anotações ao 4º Livro das Instruções Militares de Isidoro de Almeida, de Luís Álvaro Seco.” (Sousa, 2008, p. 63) Contudo, quando são editados, já se encontram fora do período de estudo, logo não acrescentam valor para este trabalho.

6.1.1.3. Análise Crítica

Aquilo que hoje entendemos por doutrina e que encontramos, por exemplo, nas publicações doutrinárias do Exército (PDE) é um conceito inexistente no Portugal do século XVI. Uma das possíveis razões que podemos apontar para esta realidade prende-se com as elevadas taxas de analfabetismo da época pois, saber ler e escrever não era um quesito nacional. Decerto que nesta época, as preocupações não passavam por deixar um testemunho do que se fazia nas mais diversas áreas, neste caso particular, o militar, até porque provavelmente, a projeção das gerações vindouras seria de continuarem maioritariamente analfabetas. A juntar a isto, a impressão de livros era extremamente

⁹¹ “A falta de soldados portugueses para preencher os seus efetivos obriga a frequentes recrutamentos em Espanha, especialmente na Andaluzia, o que acaba por contornar o problema. Esta é uma situação que se vai repetindo ao longo do tempo em virtude do crescente agravamento da situação militar no teatro de operações Marroquino” (Sousa, 2008, p. 34).

⁹² “Em Portugal, os autores dos textos teóricos enquadram-se também na tendência generalizada em Espanha, que aponta para o protagonismo dos práticos da guerra na veiculação de um conhecimento militar mais atualizado” (Sousa, 2008, p. 63).

⁹³ “É um texto escrito por um soldado veterano e experimentado no comando de tropas, quer em batalha quer nas evoluções próprias destinadas ao campo de parada. O autor do Regimento de Guerra segue assim o percurso clássico dos militares portugueses, combinando a experiência adquirida nos teatros de guerra africanos e asiáticos” (Sousa, 2008, p. 63).

dispendiosa, sendo costume, dedicar o autor a obra a quem a custeava ou, quem o autor gostaria que a custeasse. Assim, o conhecimento era sobretudo transmitido na forma oral e prática. Relativamente aos reinados de D. Manuel I e de D. João III, os textos elaborados para a reorganização terrestre, de facto, pouco ou nada dizem. No primeiro, nas “ordenanças manuelinas”, é sobretudo a guarda real que sofre remodelações e divide os homens em cinco capitánias, comandadas por “capitães, e as outras pessoas que são vindas de Itália”.⁹⁴ Aqui, coloca-se em evidência uma diferença do que anteriormente se praticava, a partir de agora, não era obrigatório ser nobre ou fidalgo para comandar uma capitania.⁹⁵ No segundo, em 1526, tentou-se resolver a questão do recrutamento, mas sem grande sucesso. Existe ainda o Regimento de Guerra, provavelmente mais útil mas ainda assim escasso⁹⁶, para quem combate no Norte de Africa e na Índia.⁹⁷ Assim sendo, pergunta-se: se não existe nada escrito como é que estes homens combatem? O Norte de Africa (Marrocos), era a nossa escola de guerra, em virtude de, desde 1415 que as operações militares ali decorrem e, no contexto europeu, não estávamos em guerra. Foi neste território que os portugueses aprenderam a combater e, durante os combates, aquilo a que hoje designamos por “on job training”⁹⁸. Era, de forma básica, por tentativa e erro, que os portugueses neste período aprendiam a combater, alcançando a excelência na sua arte militar. Nesta característica muito própria de combater, sofremos algumas influências. Estas, registadas inicialmente na Índia, identificam a forma e a prática de como combatíamos, “fossem suíços e andassem em ordenança.”⁹⁹ E, desta forma, quase a virar para a segunda metade de quinhentos, surge a campanha da Etiópia.

Segue-se a análise da campanha.

Esta campanha destaca-se logo à partida das demais pela sua duração, sensivelmente dois anos e meio. Durante todo este período de tempo, o abastecimento de água e alimentação, equipamento e munições feito a partir dos recursos locais e do que se desembarcou em Maçuá em 1541. Quando partimos para esta campanha, a força destacada

⁹⁴ (Moraes, 1954, pp. 162-165).

⁹⁵ Contudo, no que diz respeito à organização, disposição da força, nada acrescenta.

⁹⁶ Escasso, na medida em que se refere à experiência de um único homem, não pode ser considerado doutrina.

⁹⁷ Devo referir que enquanto o objetivo em Marrocos era a conquista, na Índia, não se pretendia combater mas sim estabelecer portos de comércio a fim de cortar as influências dos turcos otomanos na região. No entanto, quando em combate, as operações anfíbias eram as mais comuns, devido à artilharia embarcada ser uma mais-valia em apoio da vertente terrestre.

⁹⁸ Significa aprender e fazer em simultâneo. Cariz mais prático onde se aprende com a tentativa-erro.

⁹⁹ (Sousa, 2008, p. 30). Esta expressão significa que andavam com o pique, característica dos suíços, (forma) e em ordenança, ou seja, numa determinada ordem. (prática). Esta prática foi desenvolvida e aperfeiçoada pelos espanhóis e imitada pelos portugueses.

já ia preparada para uma campanha demorada¹⁰⁰ mas não penso que tenha sido para tanto tempo como acabou por acontecer. Exemplos disso são a falta de reforços portugueses. Os únicos reforços¹⁰¹ que foram possíveis, pertenceram às forças Abexins, e apenas por duas vezes, sendo uma delas no reunir de forças após a morte de D. Cristóvão. Outro exemplo mais visível, foi a falta de pólvora, que se teve de obter a partir de métodos expeditos.¹⁰² Nesta vertente, com este magro efetivo quando comparado com as outras forças em questão, e partindo do pressuposto de que vão para a guerra e iam ter mortos, poderia estar-se aqui a criar condições para o não cumprimento do objetivo. Outro aspeto relevante, os abexins disponíveis ao longo de quase toda a campanha foram de apenas duzentos homens, pois os restantes encontravam-se com o Preste João com quem se iam encontrar. As forças de Adal, por sua vez, eram rapidamente recompletadas¹⁰³, visto os seus recursos humanos serem vastos. Contudo, a clara superioridade numérica do adversário¹⁰⁴, foi desfeita devido à nossa tática em combate. Esta tática, era para nós também inovadora pois empregámos, em conjunto, vertentes até então nunca experimentados, mas que estavam em voga na guerra moderna que ocorria em Itália. Infantaria, artilharia e fortificação da forma como foi empregue, distingue esta campanha de todas as outras até então realizadas. Em termos táticos, esta força apresenta uma clara influência espanhola, presente na técnica de combate adotada¹⁰⁵ Quando diz “ordenou cinco capitães entre esta gente”¹⁰⁶; demonstra um corte com o passado/presente, onde só os nobres e os fidalgos é que comandavam. Tal como estava escrito nas Ordenanças Manuelinas¹⁰⁷ de 1508, aqui foi operacionalizado. No deslocamento da força, predominam dois fatores; a segurança¹⁰⁸ e as informações.¹⁰⁹ Outro

¹⁰⁰ “O governador nomeou-lhe quatrocentos homens, que eram dos melhores da armada, e se foram oferecer; e lhe deu oito peças de artilharia, cem mosquetes, e muitas munições; e além das armas que os soldados levavam, lhe mandou dar outras tantas de sobrecellente” (Castanhoso, 1898, p. XXX).

¹⁰¹ “O primeiro reforço: A dous dias chegarão os portugueses que erão hidos a Ma[çua e com eles o Barnaguais] com obra de xxx de cavallos, [e quinhentos de pee]” (Castanhoso, 1898, p. 37). “Após a morte de D. Cristóvão: Onde ajuntaria oito mil de pee, e equipamentos de cavallo” (Castanhoso, 1898, p. 55).

¹⁰² “Fizemos muita pólvora, porque nesta serra dos judeos há muito salitre e enxofre, e todo o necessário” (Castanhoso, 1898, p. 56).

¹⁰³ “Era chegado hum capitão seu com quinhentos de cavallo e três mil de pee; e se mais aguardáramos muito mais gente lhe viera, porque tinha seus capitães espalhados pela terra” (Castanhoso, 1898, p. 35).

¹⁰⁴ “E cincoenta Portugueses naquela terra he mayor socorro, que mil naturais” (Castanhoso, 1898, p. 57).

¹⁰⁵ “E diante da tenda da Raynha fizemos socia com caracol cerrado e aberto duas vezes” (Castanhoso, 1898, p. 12).

¹⁰⁶ (Castanhoso, 1898, p. 6).

¹⁰⁷ “as pessoas dos capitães, e as outras pessoas que são vindas de Itália” (Moraes, 1954, pp. 162-165).

¹⁰⁸ “E hindo pelo caminho, vierão para Dom Christovão os capitães que estavam recolhidos em serras fortes” (Castanhoso, 1898, p. 19).

¹⁰⁹ “Caminhávamos levando na dianteyra dous homens de cavallo com três ou quatro Abexins a cavallo descobrindo o campo, a fora outras espias” (Castanhoso, 1898, p. 15).

aspecto da segurança presente é o dispositivo adotado em marcha¹¹⁰ ou com o arraial montado¹¹¹. Em termos de informações¹¹², elas também são obtidas em combate, o que demonstra que sabia perfeitamente o que pretendia em cada momento. Importa mencionar o fato de, quando D. Cristóvão da Gama diz “cousas necessárias para a guerra”¹¹³, foi neste inverno que provavelmente, além de preparar a tropa, se inteirou do modo de atuar das forças de Adal, do seu equipamento, o tamanho da força, os locais mais perigosos, os locais onde podem abastecer de água e comida (...). A análise deste comandante português far-se-á abaixo mas para já, coloca-se a questão de como é que alguém tão jovem¹¹⁴, possui tão vastos conhecimentos sobre o comando de tropa, especialmente do combate organizado e da guerra moderna.

Depois da componente tática, seguem-se as especialidades.

A colocação da artilharia¹¹⁵ móvel na frente de combate, foi uma aprendizagem da batalha de Marignano, em Itália. Até então, os portugueses estavam habituados a usar artilharia mas embarcada. Esta aprendizagem foi fundamental para o desenrolar de toda a campanha até à entrada dos turcos otomanos com a sua artilharia.¹¹⁶ Curiosamente, ou não, também estes colocavam a artilharia na sua vanguarda. A partir desse momento, a diferença ficou desfeita e a balança começou a pender culminando com a morte de D. Cristóvão.

¹¹⁰ “Hião dous capitaens com sua gente hum dia a pee com os carros por bom caminho (...); assim que, em quantos estes dous capitaens hião a pee, a mais gente hia armada dando guarda a tudo; e a Raynha vinha mais de tras, e em sua guarda hia eu com cincoenta Portugueses todos arcabuzeiros e armados comos morroens acesos” (Castanhoso, 1898, pp. 14-15).

¹¹¹ “Esforçandoa muito a metemos no meyo do arrayal, o qual neste próprio dia fo posto por ordem, e concertado para ali esperarmos os mouros, porque era mui aparelhada para isso, e tínhamos nós o melhor do campo, porque estávamos sobre um tezo que elle fazia” (Castanhoso, 1898, p. 27).

¹¹² “E como D. Christovão vio o que queria, retirou-se, e quando os mouros isto virão, parecendo-lhes que os não podião entrar, foi seu prazer tamanho (...), e que pella manhã veria S.A. como os Portugueses pelejavão, e que homens erão” (Castanhoso, 1898, p. 22).

¹¹³ “A frase completa é: E determinou Dom Christovão de gastar o inverno em cousas necessárias para a guerra, em carros para levar a artelharia e monição, e para fazermos forte o nosso arrayal” (Castanhoso, 1898, p. 12).

¹¹⁴ “Não são conhecidas ao certo a data e a terra do seu nascimento; mas foi no anno de 1516, ou pouco depois” (Castanhoso, 1898, p. IX).

¹¹⁵ “E chegando a artelharia muito perto, posse em ordem” (Castanhoso, 1898, p. 22). “A nossa artilharia nos ajudou muito, porque tirava toda por alto, e metia grande medo aos mouros, que não ousavam chegar tanto” (Castanhoso, 1898, p. 23). “E nisto começamos a fazer nosso officio com a espingardaria e artelharia, que não fazião senão jogar por todas as partes” (Castanhoso, 1898, p. 32).

¹¹⁶ “Vierão novecentos todos espingardeyros, e gente mui luzida e mui boa; e assim lhe mandou dez bombardas de campo, sabendo que todo o dano que recebera de nós, fora da artelharia e espingardas” (Castanhoso, 1898, p. 39).

A fortificação¹¹⁷, foi outro aspeto aprimorado das campanhas de Itália, nomeadamente nas batalhas de Ravena, Bicoca e Pavia. Esta combinação de artilharia com a fortificação permitiu de forma incrível derrotar por diversas vezes, mesmo em cerco¹¹⁸, as forças de Adal, que se apresentava normalmente constituída por milhares de homens.

No que concerne à cavalaria, os Abexins e a força de Adal, deslocavam-se a cavalo, e era vista como a arma mais prestigiante. Importa mencionar que os duzentos abexins que se encontravam com os portugueses iam a pé com a restante força. Por sua vez, os otomanos, apesar de terem uma cavalaria de elite, não a utilizaram nesta campanha. Os portugueses trouxeram só infantaria. Este é um fato curioso, pois, uma das ilações de Itália é a conjugação da cavalaria, não a da época medieval mas a cavalaria ligeira¹¹⁹ com a infantaria e a artilharia. Esta ausência foi sentida e por diversas vezes teria sido muito útil.¹²⁰ Ainda importa aludir que, apesar de serem infantes, os homens que sobreviveram e acabam por vingar a morte de D. Cristóvão da Gama, deslocam-se conjuntamente com o exército do Preste João a cavalo, e alguns combatem mesmo a cavalo¹²¹ com ótimos resultados.

6.1.2. Hipótese: Desenvolvimento Tecnológico

O percurso das armas de fogo e o da pólvora fizeram-no paralelamente: o comprimento do tubo, o diâmetro do calibre, o tipo de culatra e a própria natureza do tiro dependiam das características comburentes da pólvora (Duarte, 2003, p. 359).

6.1.2.1. Análise Crítica

Na campanha da Etiópia, o material que cada força ostentava era diferente, devido maioritariamente, ao seu dispar nível de desenvolvimento militar. O material militar

¹¹⁷ “As tranqueiras do nosso arraial não eram tão fortes” (Castanhoso, 1898, p. 44). Estas tranqueiras eram os carros de transporte utilizados para o transporte da artilharia que em posição defensiva serviam como proteção.

¹¹⁸ “E determinou o mouro de nos ter assim cercados (...) e cheragrão mais para nós, os quais erão quinze mil homens de pee, todos frecheyros e adargueyros, e mil e quinhentos de cavallo, e duzentos Turcos arcabuzeiros, de que eles faziam muita conta” (Castanhoso, 1898, pp. 31-32). “No final de mais uma batalha: “e nesta batalha primeyra (...) vencela” (Castanhoso, 1898, p. 35).

¹¹⁹ “Não a velha cavalaria das hostes feudais, em que cada homem carregava por si (...) mas uma arma combinada com outras armas, à disposição, como outras armas, do querer de um general em comando” (Howard, 1997, p. 28).

¹²⁰ “Onde tomamos muitas mulas, em que nos encavalgamos, que athe aqui viemos a pee” (Castanhoso, 1898, p. 14). “E Dom Cristovão, vendo que não tinha gente de cavallo para os seguir” (Castanhoso, 1898, p. 33). “E este dia se acabara a conquista, se tivéramos cem cavallos para seguir a victoria” (Castanhoso, 1898, p. 36).

¹²¹ “Porque os Portugueses de cavallo, que erão sessenta, faziam maravilhas” (Castanhoso, 1898, p. 60).

identificado nas forças abexins¹²², era um pouco arcaico, contudo, até à morte de D. Cristóvão não são influentes uma vez que, não¹²³ entram em combate. Nas forças de Adal¹²⁴, o armamento não era muito diferente, neste caso, num confronto direto, sem a ajuda de ninguém, não deveria de existir logo à partida, um vencedor e um vencido. Eram duas forças muito semelhantes. No que concerne aos turcos¹²⁵ otomanos e aos portugueses¹²⁶ também acabam por se assemelhar. Estes homens que formavam estas forças tinham treino¹²⁷ e muita experiência com diverso material. As espadas¹²⁸ usadas em combate eram as habituais, contudo, os turcos poderiam possuir alguma vantagem¹²⁹ devido ao golpe da sua lâmina. Quanto às armas de fogo¹³⁰, arcabuzes e mosquetes, também aqui os turcos aparentam ter alguma vantagem. Os piques, era uma arma que os portugueses levavam e que, contra a cavalaria era a arma ideal. Por fim, a artilharia¹³¹. Esta arma, que era de difícil transporte¹³², tinha, à semelhança da artilharia que os turcos depois colocaram no terreno e em maior quantidade, um poder de destruição elevado.¹³³ Esta

¹²² “frecheyros e adargueiros” (Castanhoso, 1898, pp. 56-57). “Os guerreiros destinados ao combate próximo usavam escudos brancos (...) que parece indicar que poderiam ter como arma a lança ou espada. A principal arma de arremesso era um arco comprido cujas flechas eram por vezes embebidas numa substância tóxica” (Sousa, 2008, p. 60).

¹²³ “Estes duzentos Abexins, que acima digo, para nos ajudar; os quais traziam a recovagem” (Castanhoso, 1898, p. 14).

¹²⁴ “Frecheiros e adargueiros. Os adargueiros referidos por Castanhoso, parecem sugerir que a principal arma da infantaria seria a espada e o escudo, ao contrário da cavalaria, que parece ter preferido a lança. Os cavaleiros Somális ao serviço de Adal usavam arco e flecha” (Sousa, 2008, p. 65).

¹²⁵ “Vierão novecentos todos espingardeyros, e gente mui luzida e mui boa; e assim lhe mandou dez bombardas de campo, sabendo que todo o dano que recebera de nós, fora da artelharia e espingardas” (Castanhoso, 1898, p. 39).

¹²⁶ “oito peças de artilharia, cem mosquetes, e muitas munições; e além das armas que os soldados levavam, lhe mandou dar outras tantas de sobrecellente”¹²⁶ (Castanhoso, 1898, p. XXX).

¹²⁷ “os soldados às ordem de Cristóvão da Gama estavam adestrados tanto no uso de armas de fogo como armas brancas. – os “piques” ou as espadas” (Sousa, 2008, p. 58). “Turcos, que se chegarão muito a nós, e pelejarão grandemente” (Castanhoso, 1898, p. 36).

¹²⁸ Ver Anexo D: Espadas.

¹²⁹ “E estando a batalha em este estado, que digo, que serão já horas do meyo dia” (Castanhoso, 1898, p. 33). Significa isto que demorou o tempo suficiente para perder a noção de há quanto tempo estão em combate. Nesta situação, o cansaço acentua-se e as espadas portuguesas prejudicam pois aumentam mais o cansaço.

¹³⁰ “Também as armas de fogo com que estavam equipados conferiam aos janizeros uma superioridade importante sobre os seus congéneres europeus. Comparando com os arcabuzes utilizados pelos cristãos, os mosquetes otomanos lançam grande pelouro de muito maior compridão que os nossos, por onde fazem maior chegada as balas eram mais pesadas – “são escopetas grandes como mosquetes e que tiram onça e meia de bala...”, e como o observador indica, apenas os mosquetes europeus se lhes podiam comparar tanto em alcance como em poder de fogo” (Sousa, 2008, p. 68). Ver Anexo E: Armas de Fogo

¹³¹ Ver Anexo F: Artilharia.

¹³² “E assim fizemos onze grades para os carros, em que hão (...) a nossa artelharia:, que digo, e seys meynos berços, e dous berços; e estas oito peças hão em cada carro a sua; e os outros cinco carros levavão pólvora e pelouro” (Castanhoso, 1898, p. 13).

¹³³ “E que não pelejassem senão com a artelharia, com a qual lhes fizemos muito dano” (Castanhoso, 1898, p. 32).

artilharia móvel¹³⁴, aparenta ter sido um elemento importante nesta campanha, uma vez que, quando usada só pelos portugueses, permitiu algum sucesso. Outro aspeto potencialmente revelador, os turcos otomanos, inicialmente apareceram prontos para combater apenas com mosquetes e espingardas, contudo, aquando do reforço, trouxeram também a artilharia móvel.

6.1.3. Hipótese: Liderança

6.1.3.1. D. Cristóvão da Gama

D. Christovam da Gama era o quarto filho de D. Vasco da Gama. Não são conhecidas ao certo a data e a terra do seu nascimento; mas foi no anno de 1516, ou pouco depois, provavelmente na cidade de Évora, onde seus pais residiram desde 1507 até 1519 em umas casas da rua, que hoje tem o nome de Vasco da Gama. A educação de D. Christovam da Gama parece ter sido muito cuidada e bastante completa, e sem dúvida foi dirigida com o fim de seguir a carreira das armas, como seus irmãos, e de servir na Índia, cujo caminho por mar seu pae havia descoberto. A primeira vez que D. Christovam da Gama da Gama foi para a Índia tinha cerca de dezasseis anos. Em março de 1532 partiu de Lisboa.¹³⁵ D. Christovam da Gama permaneceu no reino cêrca de quatro anos; el Rey D. João III fez-lhe diversas mercês, e nomeou-o cavaleiro de sua casa com a moradia de 3:200 reaes; e atendendo aos seus serviços deu-lhe a capitania da fortaleza de Malaca por tempo de três anos, com 600:000 reaes de ordenado cada anno, por carta dada em Lisboa a 12 de janeiro de 1538. No meado de março de 1538 partiu de Lisboa para governar a Índia, com o título de Visorei, D. Garcia de Noronha, levando uma armada de onze naus, em que ia grande número de fidalgos e mais de quatro mil homens. Um dos capitães era D. Christovam da Gama (Castanhoso, 1898, pp. IX-XV).

“A sua presença na expedição naval ao Mar Vermelho foi o corolário da sua ilustre carreira militar, que atingiu o seu ponto alto quando lhe foi atribuído o comando da expedição de socorro ao imperador da Abissínia Cláudio II” (Sousa, 2008, p. 69). Relativamente à sua experiencia em combate¹³⁶, apesar de tão tenra idade para o comando de homens, já possui no seu histórico diversas participações em operações, especialmente na Índia. No decurso da campanha, vários foram os momentos onde demonstrou a sua liderança.

¹³⁴ “La nación que tuvo primeiro piezas apta para seguir y apoyar a un ejército, por lo menos en gran cantidad, fué Francia. La artillería española (...) se mostró superior a la francesa en la dirección del tiro, contribuyendo en gran parte a las victorias de la campaña de Italia” (Jou, 1942, p. 31).

¹³⁵ D. Cristóvão da Gama, após ter estado na Índia, regressou ao reino nos finais de 1534.

¹³⁶ Ver Anexo G: Experiência em Combate

6.1.3.2. Rey de Zeyla

Ahmad bin Ibrahim al- Ghazi terá nascido perto da cidade de Zeyla, (...) usava a mão esquerda quer na escrita, quer a combater, razão por que ficou pelo nome de Ahmed Gran (esquerdino), e entre os portugueses como o *granhe* ou “canhoto”. De carater extrovertido e com uma personalidade vincada e dominadora, profundamente imbuído de um islamismo militante, o *Granhe* viu as suas qualidades de liderança reconhecidas pelo *imam* Mafude de Zeila. A morte de Mafude, no decorrer da campanha militar levada a cabo por David em 1517 lançou o sultanato de Adal numa mortífera guerra civil (Sousa, 2008, p. 70). A partir de 1526 os muçulmanos reagruparam-se, liderados por Ahmad bin Ibrahim al Ghazi. Depois de assassinar o sultão Abu Bakr,¹³⁷ o granhe governou sem contestação o sultanato até à sua morte, em 1543. Procedeu à atualização do exército através da importação de armamento moderno e contratação de mercenários turcos, movendo uma guerra sem tréguas contra a Abissínia, que colocou o reino cristão à beira do fim. Corria o ano de 1526, Ahmad Gran quando encetou o primeiro ataque de grande envergadura contra os cristãos na província de Dawaro (Sousa, 2008, p. 41).

6.1.3.3. Imperador Cláudio II- Preste João

De acordo com Sousa (2008), Cláudio II é filho de David II, que em 1517 derrotou os muçulmanos e pôs em paz durante uma década aquela região. Essa paz manteve-se até ao reagrupar por parte dos muçulmanos sob a liderança de Ahmad bin Ibrahim el-Ghazi, em 1526. A partir deste momento, toda esta região não teve paz nem sossego. Com a morte em 1540 do seu pai, ascende ao trono, tornando-se imperador, e tendo em mãos uma situação complicadíssima, mas seu pai, antes de morrer, pediu auxílio aos portugueses.

6.1.3.4. Análise Crítica

O conceito de liderança no século XVI é com certeza um pouco diferente daquele que hoje é definido pois trata-se de duas sociedades completamente diferentes. Nesta época, em nome de Deus e do Rei, a motivação era suficiente, mas, era importante que o comandante fosse alguém a quem os homens reconhecessem qualidades. De entre todos os comandantes¹³⁸ envolvidos na campanha da Etiópia, D. Cristóvão da Gama; Ahmad bin Ibrahim el-Ghazi (o rei de Zeyla) e o Imperador Cláudio (o Preste João), a informação sobre a interação destes com os seus homens são escassos, ou mesmo inexistente.

¹³⁷ “Enquanto esteve ao serviço de Mafude, o seu pai foi assassinado pelo sultão de Zeila, Abu Bakr; este fato não será esquecido pelo Granhe, mais tarde lhe destinou a mesma sorte” (Sousa, 2008, p. 70).

¹³⁸ Importa referir que os Turcos otomanos encontravam-se às ordens de el Rey de Zeyla

D. Cristóvão demonstra ao longo de toda a campanha a preocupação¹³⁹ com os seus homens; espírito de abnegação¹⁴⁰ e de nunca fugir à sua responsabilidade.¹⁴¹ Era um homem que comandava pelo exemplo, e isso era transversal desde as situações teoricamente mais fáceis de resolver¹⁴² passando pelas situações em combate¹⁴³. Foi um comandante extremamente lúcido e frio na hora de tomar as decisões, e mesmo na adversidade, era constante a sua presença a motivar os homens.¹⁴⁴ Quanto a este último ponto é importante mencionar alguns aspetos. D. Cristóvão da Gama era, como anteriormente foi dito, apesar de novo, um comandante com alguma experiência no comando de homens segundo a forma de combater naquele território. Esta campanha, como foi visto na hipótese Doutrina/ Boa Organização, apresenta características diferentes das restantes e, por isso, também seria necessário um comandante diferente dos demais. Um dos pontos, que demonstra a sua relação com os seus capitães, é que debate a sua modalidade de ação com eles¹⁴⁵, homens mais maduros e experientes da guerra *moderna*, ou seja, possuem conhecimentos que lhe podem ser úteis no comando dos homens. Por outro lado, apresenta um conhecimento das tendências que transpiravam de Itália. Mas como/onde é que ele aprende a dominar estas variáveis? O uso da artilharia móvel, dado que na sua experiência de combates apenas existia a artilharia embarcada; a fortificação, que também é novidade e o combate organizado, visto que o seu pai, Vasco da Gama, mostrou ter conhecimentos alargados no que concerne à guerra terrestre e o seu irmão D. Estevão da Gama combate na Índia numa forma já sua conhecida. Este comandante moderno português já estava habituado a comandar os homens; já aceitava de forma voluntária que o adversário fosse mais numeroso que a sua força, e também já estava acostumado a defrontar os turcos. Importa realçar a sua grande capacidade de adaptação, visto que teve uma formação virada para uma determinada forma de combate e nesta campanha, reformulou e aplicou no terreno as novas tendências da época.

¹³⁹ “E Dom Christovão cada dia duas vezes corria todo o arrayal (...) e via como hião, e se tinham necessidade de alguma coisa” (Castanhoso, 1898, p. 15).

¹⁴⁰ “Porque curou de todos os feridos por sua mão (...) assim que depois de os curar a todos, se curou a si por derradeyro” (Castanhoso, 1898, p. 34).

¹⁴¹ “Dom Christovão andava esforçando a gente, pondose sempre nos mayores perigos” (Castanhoso, 1898, p. 33).

¹⁴² “D. Christovão vendo que os carros não podiam passar, mandouos desfazer (...) era o primeyro qu elevava as costas o que podia” (Castanhoso, 1898, p. 15).

¹⁴³ “Dom Christovão, vendo o mau trato que nos davão, acometeo muito rijo a subida, e [todos o seguimos (...)]” (Castanhoso, 1898, p. 23).

¹⁴⁴ “Assim ferido andava visitando as estâncias, e esforçando a gente, que estes são os dias em que se os capitaens conhecem” (Castanhoso, 1898, p. 45).

¹⁴⁵ “E como D. Christovão isto vio, conheceo o socorro que lhes veyo; e houve com todos conselho do que devia fazer” (Castanhoso, 1898, p. 43).

Relativamente a Ahmad bin Ibrahim al- Ghazi, ele não se empenhava no combate, ele comandava os seus capitães e estes com os seus homens executavam no terreno. Ao longo desta campanha, aquando da primeira vez que tentou chegar à frente para incutir maior agressividade nos homens, resultou no seu ferimento.¹⁴⁶ De resto, no texto escrito por Castanhoso, o rei de Zeyla aparenta, fruto quiçá do ainda desconhecimento do poderio dos portugueses, ter falta de humildade¹⁴⁷, visto desprezar e tentar humilhar¹⁴⁸ D. Cristóvão e os seus homens. Se por um lado se pode interrogar a sua competência como comandante de homens, visto que, antes de lá chegarem os portugueses ou mesmo já com estes, os abexins eram combatentes sem grandes recursos materiais e em termos individuais fracos, no que diz respeito ao seu poder aglutinador de massas, não restam dúvidas de que é uma entidade unanimemente aceite. Exemplo prático disso, foi o reagrupar em torno de si todos os muçulmanos que depois da morte de Mafude ficaram sem líder. Um outro exemplo em que a sua presença era motivadora, foi o dos acontecimentos depois da sua morte. Sem este homem para congregar esforços, os muçulmanos deixaram de constituir um problema¹⁴⁹ para os abexins, pois, a vontade e a capacidade de combate morreu com este líder muçulmano.

O imperador Cláudio II, ou Preste João, ao longo da campanha foi praticamente inexistente. Já com D. Cristóvão morto pelo rei de Zeyla, finalmente o Preste João se encontra com os portugueses, e é ele que vai comandar uma última batalha contra os muçulmanos que culmina com a morte do *Granhe*. Cláudio II, como imperador da Abissínia é respeitado e intocável, pois ninguém discorda da sua autoridade e poder. Contudo, apesar de ser quase como um deus, demonstra ser uma pessoa humilde¹⁵⁰, pois reconhece todo o esforço e competência dos portugueses, propondo-lhes que fossem eles a comandar o ultimo combate, também em jeito de vingança. Por outro lado, aparenta ser um

¹⁴⁶ “Que parecendonos a nos levávamos o peor da batalha,pareceo a el Rey de Zeyla, que estava vendo de fora, o contrário; e logo veyo a favorecer os seos; e chegou-se tanto a nós, que o ferirão de huma espingarda por huma coxa” (Castanhoso, 1898, p. 33).

¹⁴⁷ “Mandou el Rey de Zeyla hum rey de armas a Dom Christovão; e mandou-lhe dizer, que se espantava muito como tivera tamanha ousadia de com tão pequeno poder parecer elle; que bem parecia tão moço, como lhe dizião, e inocente sem experiencia” (Castanhoso, 1898, p. 29).

¹⁴⁸ “E por tamanho atrevimento, como elle tivera em lhe ter o rostro direyto (cousa que em catorze anos não achara naquela terra),lhe perdoava tamanha ousadia” (Castanhoso, 1898, p. 29).

¹⁴⁹ “Cincoenta Portugueses de lhe pedir licença para se também virem, que na terra não havia já que fazer, nemerão já necessários” (Castanhoso, 1898, p. 72).

¹⁵⁰ “E o Preste quizera fazer entre nós hum capitão, e nós não quisemos senão que a bandeyra ou elle o fossem” (Castanhoso, 1898, p. 57).

homem preocupado com o bem-estar¹⁵¹ do seu povo, daí, ter esta capacidade de juntar à sua volta todos os homens disponíveis.

Nesta campanha, sem querer atribuir um lugar do pódio a todos eles, D. Cristóvão foi o que mais se distinguiu, e pode-se constatar isso:

Assim que depois que el Rey de Zeyla cortou a cabeça a Dom Christovão, soubese pelas tendas dos Turcos, aos quais pesou muito em extremo, e forão se logo a el Rey mui irados, que como matara o capitão dos Portugueses, sem lho fazer saber; porque nenhuma cousa poderão levar daquela terra ao Grão Turco, com que mais folgara, que com elle, sabendo quão esforçado era, e que o levavão em sinal de tão grande victoria (Castanhoso, 1898, p. 51).

6.1.4. Hipótese: Terreno

6.1.4.1. Análise Crítica

O terreno é sempre um fator extremamente importante a considerar. Saber tirar o melhor partido deste é essencial para a vitória. Para um comandante de homens no terreno, a obtenção de informações¹⁵² é essencial para poder deslocar a força em segurança e pelo melhor itinerário. Bem como a confirmação do melhor local¹⁵³ para estabelecer o arraial, preparando este para o combate ou simplesmente para o descanso. Este terreno, já estudado anteriormente mas numa visão abrangente de todo o reino, era bastante difícil¹⁵⁴ para quem tem de se deslocar a pé e, se se juntar todo o material que foi desembarcado para transportar, a missão é ainda mais complexa. Exemplo neste terreno, de uma árdua travessia¹⁵⁵, foi quando os próprios animais não foram capazes de transportar a carga, aumentando desta forma, o desgaste nos homens. Este é um ponto que difere de outras campanhas. Estes homens faziam muitos dias a andar¹⁵⁶ debaixo de temperaturas

¹⁵¹ “Porque o Preste anda sempre no campo, como digo, no verão, e sempre he tudo franco por onde anda; e esta he a causa porque o segue todo o povo” (Castanhoso, 1898, p. 69).

¹⁵² “Assim que Dom Christovão, como [soube que] esta serra [estava] no caminho informouse della, e determinou de a tomar por não deixar atras cousa, que lhe fizesse dano” (Castanhoso, 1898, p. 21).

¹⁵³ “E chegando a huns campos grandes vierão a nós dous de cavallo, que na dianteyra andavam descobrindo o campo” (Castanhoso, 1898, p. 27).

¹⁵⁴ “Era muito áspero e longo o trajecto desde o forno de Maçuá ao interior da Etiópia. As caminhadas tornavam-se mais fatigantes sob o sol ardente, pisando um terreno duro que magoava e feria os pés. A água faltava com frequência” (Domingues M., 1962, p. 172).

¹⁵⁵ “Quando atingiram as serranias, peçadas de encostas escarpadas e desfiladeiros abruptos, os camelos recusavam-se a transportar cargas. Então os homens substituíram-se aos animais, levando aos ombros os incómodos fardos e carregando sobre o dorso as bombardas de bronze que pesavam toneladas” (Domingues M., 1962, p. 172).

¹⁵⁶ “Caminhamos dous dias por caminho mui áspero, por onde os carros hião com muito trabalho nosso” (Castanhoso, 1898, p. 16). “Desta maneira caminharão seis dias até sahirem das serras a aly descansarão dous dias, e o seguinte chegarão a hua villa q chamão Debarôa” (Pais, 1945, p. 247).

extremas¹⁵⁷ e com todo o seu arraial, algo que em outras paragens não acontecia, aumentando exponencialmente o desgaste em todos. Como medidas para diminuir esse cansaço, por vezes, quando não era de todo possível iniciar a caminhada, esperavam pela noite para tal¹⁵⁸. O valor tático do terreno já foi abordado anteriormente (hipótese 1-Doutrina/ Boa Organização), contudo, é de valor mencionar que, em todo o reino, os locais de maior elevação¹⁵⁹ eram os pontos fortes de defesa, ocupados por população abexin ou por homens do rei de Zeyla. Apesar de ser um território predominantemente hostil para a sobrevivência, existiam alguns locais onde seria possível reabastecer e descansar¹⁶⁰. Estes (assim como outros), eram os possíveis destinos da força sempre que se retiravam de um local para o outro. Normalmente estes locais localizavam-se em serras pois, dessa maneira garantiam também a sua defesa, uma vez que, ninguém possuía tecnologia que pudesse destruir muralhas com exceção dos portugueses com a sua artilharia. Enquanto não chegavam ao destino, era necessário montar o arraial, e nestas condições, tentava-se escolher o terreno mais favorável em termos defensivos e que pudesse suprir as carências da força.¹⁶¹ Este terreno, aliado às suas condições climatéricas desgastaram bastante ambos os lados, no entanto, um aspeto é diferenciador, enquanto os portugueses e abexins se deslocavam pelo próprio pé, a força do rei de Zeyla deslocava-se maioritariamente a cavalo.¹⁶²

¹⁵⁷ “ser aqlla terra m.^{to} quente, e fragosa e virem quase todos a pee, q escassamente acharão camelos e mullas bastantes pera carregar o fatto, muniçoens e artilharia, e em m.^{tas} partes era necessário descarregar, e levar tudo as costas bom espaço” (Pais, 1945, p. 246).

¹⁵⁸ “Caminhamos seis dias todos de noite por ser a terra muito quente, e de mui pouca agoa” (Castanhoso, 1898, p. 2).

¹⁵⁹ “Muito perto daqui soube Dom Christovão que estava huma serra no emio de hum campo, por onde havíamos de passar, a qual estava por el Rey de Zeyla; [e nella hum capitão] seu mouro com mil e quinhentos [frecheyros] e adargueiros; e [a serra em si era] muito forte” (Castanhoso, 1898, p. 19).

¹⁶⁰ “se chama Ofala.. e ali invernaem, porque (...) na terra há muitos mantimentos em abastança” (Castanhoso, 1898, p. 38). “Baçanete; e aqui estivemos todo este mez descansado (...) nos acudirão os naturais com muitos mantimentos, e com tudo o que nós havíamos mister” (Castanhoso, 1898, p. 25).

¹⁶¹ “e como chegámos á vista da ribeyra (...), e quis ali descansar poe ser já tarde, e a terra aparelhada para isso” (Castanhoso, 1898, p. 37). “fomos dous dias athe chegarmos a hum senhorio, que se chama Agame (...), os lavradores nos sahirão [a receber com muitos mantimentos]” (Castanhoso, 1898, p. 18).

¹⁶² “E el Rey de Zeyla (...),subio ahum cabeça com muita gente de cavallo e alguns a pee (...), esteve quedo com trezentos de cavallo” (Castanhoso, 1898, p. 28).

6.1.5. Fator Moral, Fator Intelectual e Inimigo Fraco

6.1.5.1. Hipótese: Fator Moral¹⁶³

A moral cristã, patente nas forças abexins e portuguesas, era de perpetuar o reino cristão naquela região.¹⁶⁴ A moral muçulmana (os naturais e os turcos otomanos), estava patente no seu líder¹⁶⁵, que pretendia erradicar os cristãos daquela região do globo. O moral das forças portuguesas, e dos abexins, era elevado desde o início¹⁶⁶ e ganhou alguma consistência, à medida, que o tempo ia decorrendo¹⁶⁷, devido aos resultados que os combates iam tendo. Após a morte de D. Cristóvão, esse momento de dor pela perda do seu comandante, serviu também de união.¹⁶⁸ Da parte dos muçulmanos, onde se incluem, as forças de Adal e os turcos otomanos, no primeiro contacto estavam bastante confiantes na vitória¹⁶⁹, o moral era alto, mas com os sucessivos reveses diminuiu e pode-se vislumbrar isso no local onde o próprio rei de Zeila se desloca.¹⁷⁰

6.1.5.2. Hipótese: Fator Intelectual

Neste capítulo, entende-se por fator intelectual, a vivência e a cultura militar expressa na experiência dos homens em combate. Os homens com que os portugueses se apresentam, eram indivíduos com larga experiência em combate e habituados a uma vida

¹⁶³ “[murál]. s.f. (Do latim morālis). 1. Conjunto das práticas, sentimentos e juízos relativos ao bem e ao mal e à conduta em geral= costumes, moralidade. [murál]. s.m. (Do latim morālis). 1. Conjunto das faculdades psíquicas”. (Academia das Ciências de Lisboa; Fundação Calouste Gulbenkian, 2001, p. 2523). “O bom Moral resulta diretamente do bom comandante. A manutenção do Moral constitui uma responsabilidade do comando e compete aos comandantes de todos os escalões” (Soares & Adelino, 1963, p. 163).

¹⁶⁴ “D. Christovam da Gama com quatrocentos soldados portugueses entrou em Ethiopia, e com o seu auxílio o rei foi restabelecido no seu antigo poderio, o reino libertado da opressão dos musulmanos” (Castanhoso, 1898, p. VI).

¹⁶⁵ “Havia invadido o antigo reino de Ethiopia, vencera o seu rei em muitas batalhas, senhareara quasi todas as províncias do seu reino, destruíra numerosas aldeias, incendiara as egrejas, e vendia como escravos aquelles que não se convertiam ao islamismo” (Castanhoso, 1898, p. 1).

¹⁶⁶ “Porque elle não vinha áquella terra a outra cousa senão a lançar os mouros fora della, e morrer pela fee de Christo” (Castanhoso, 1898, p. 4).

¹⁶⁷ “A rainha ao saber o resultado do combate diz “e parecialhe que não podia ser (...), dizia que verdadeyramente eramos homens enviados por Deos, e que nenhuma cousa lhe parecia impossível para nós” (Castanhoso, 1898, p. 25).

¹⁶⁸ “Hião seguindo o alcance aos mouros principalmente os Portugueses, que se não fartavam de vingarse” (Castanhoso, 1898, p. 61).

¹⁶⁹ “Se espantava como tivera tamanha ousadia de com tão pequeno poder parecer perante ele” (Castanhoso, 1898, p. 29).

¹⁷⁰ “No primeiro contato com os portugueses. “Pareceo a el Rey de Zeyla, que estava vendo de fora.” (Castanhoso, 1898, p. 33). “No último confronto com os portugueses:”el Rey de Zeyla vinha na dianteira” (Castanhoso, 1898, p. 60).

dura. A viagem de Lisboa para a Índia, apesar de já ser norma, é sempre desgastante; a vida no destino é um vaivém em torno do Índico e na conquista de alguns pontos importantes (locais estratégicos) no mar vermelho. Se por um lado, o analfabetismo predominava entre os homens, por outro lado, a cultura militar era algo que eles dominavam, visto, o combate ser o seu “*core business*”¹⁷¹. Por parte das forças Turcas, eram também indivíduos experientes na arte militar; homens mercenários muito bem treinados e equipados. Estas eram as forças que, possivelmente poderiam fazer a diferença no terreno, devido à sua maior cultura militar. Os abexins e os muçulmanos de Adal, eram muito semelhantes em termos de cultura militar, sendo que se faziam valer essencialmente da sua vontade e abnegação do que pela sua arte militar. A sua cultura militar parece, dado o armamento disponível, centrado mais em práticas antigas do que nas inovações que aparecem, nomeadamente as armas de fogo.

6.1.5.3. Hipótese: Inimigo Fraco

Normalmente, quando se assume uma postura ofensiva, esta pode assumir várias finalidades, tais como conquistar terreno; obter informações; desestabilizar; explorar o fator surpresa; (...). Nesta campanha, o rei de Adal, contando com o apoio dos turcos, pretendia conquistar todo o território. Após alguns combates com o Preste João, assumiu que seria uma questão de tempo para conseguir o seu objetivo. Militarmente era superior em tudo ao seu adversário. Assim sendo, nesta vertente, pergunta-se: se os abexins fossem realmente um reino cristão militarmente poderoso, a conquista por parte dos muçulmanos seria imaginável? É de difícil resposta, contudo, apresentando-se aparentemente como um reino isolado, sem estabelecer contacto ou relações comerciais/militares regulares com outro reino e tendo uma componente militar medíocre, reunia as condições para que os muçulmanos atuassem sem grandes preocupações. Os abexins eram de fato pobres militarmente e em confronto direto com os muçulmanos e os turcos otomanos partiriam em desvantagem teórica, no entanto nunca desistiram de lutar. Este é de resto o único ponto de vista onde se pode considerar que o opositor é mais fraco que ele. Aquando da entrada dos portugueses, a última força a entrar em combate, estes, se por um lado possam ter desprezado o valor militar dos naturais, já o valor militar dos turcos otomanos era seu conhecido dos combates na Índia. Aliado a isto, o fato de o reforço destas forças serem

¹⁷¹ Significa [o combate], ser essa a sua principal atividade.

mais eficientes, visto terem um manancial humano muito maior, pode dar a entender que os portugueses acreditavam que podiam ganhar mas não desprezaram o adversário

6.2. Lições Aprendidas

6.2.1. Análise Crítica

A questão derivada, *Quais as Lições aprendidas?* da campanha da Etiópia 1541-1543, visa identificar os aspetos-chave que acabaram por se evidenciar dos demais. A aplicação prática das influências que fomos ao longo do tempo absorvendo, tais como a forma suíça e a prática espanhola, foi implementada e com sucesso nesta campanha. A juntar a estas, os ensinamentos da guerra de Itália¹⁷² permitiram a D. Cristóvão um leque de alternativas que, com a sua agilidade mental, lhe permitiu tirar o melhor partido destas. Em destaque, a artilharia, foi uma arma de preciosa ajuda, pois o seu poder de destruição, capaz de atingir indiscriminadamente os elementos do campo de batalha, permitiu equilibrar o desfasamento de efetivos de ambos os lados. A fortificação teve também um papel central na proteção da força.

No que diz respeito a D. Cristóvão da Gama, como comandante da força portuguesa, poderia ter tido uma conduta mais de autodefesa. Para tal, daria as orientações aos seus capitães e seguiria na retaguarda. No entanto, nunca o fez, e a sua presença na linha da frente de combate, motivava os seus homens, ou pelo menos fá-los avançar. Este aspeto de liderar na proximidade com os homens, ainda apresenta algum peso, na medida em que mesmo perante as armas de fogo ninguém retrocede. Outro ponto, é o reconhecimento de faculdades/capacidades a homens que, não sendo nobres ou fidalgos, assumem lugares vitais e revelam competência no terreno.

Relativamente ao terreno, aprendeu-se a deslocar uma força com todas as preocupações táticas inerentes, tais como a segurança de flanco, retaguarda e na vanguarda. Além disso, tiveram de ter a capacidade de ajustar o dispositivo em função do terreno que se apresentava, e por várias vezes o terreno era de difícil progressão¹⁷³. A

¹⁷² O grande laboratório que foi a Itália neste período com as suas guerras, mostrou a grande utilidade da artilharia móvel; das técnicas de fortificação e do comando de homens experientes em detrimento da sua classe social. Ainda a relevância da infantaria em formações ordenadas- ordenança. A importância da conjugação de todas as forças no terreno é o aspeto mais relevante destas guerras.

¹⁷³ Este era o itinerário selecionado pelos homens que iam na vanguarda, entre outras tarefas tais como obter informações sobre a presença/possível localização do inimigo; locais de descanso adequados, vigilância. (...)

disposição do arraial com os novos elementos, fortificação e artilharia, foi um desafio que aparenta ter sido bem resolvido pois não permitiu o seu controlo e foram de grande utilidade no combate.

A questão do moral nos homens é importantíssima. D. Cristóvão neste aspeto fez uma boa gestão pois manteve o moral num ponto de equilíbrio. Não existia excesso de confiança nem medo ou receio de combater. Quanto ao aspeto intelectual, verificou-se no terreno que as forças com maior cultura militar; com mais experiência (os portugueses e os turcos), controlava os ritmos do combate e tinham menos baixas que as restantes.

Por fim, a noção de inimigo fraco, é uma falsa hipótese para qualquer um que pense atacar um outro. Existem fatores como a vontade de combater; a determinação (...), que, não sendo fatores quantificáveis, podem influenciar imenso o resultado do combate. Em último caso, se o desnível for muito acentuado entre as forças, pode-se efetuar um pedido de auxílio a um aliado que permita equilibrar para fazer frente ao seu adversário. Estas foram as hipóteses levantadas e algumas delas apresentaram-se como aspetos bastante positivos. Outras não tiveram tanta influência. Neste capítulo, impõe-se ainda referir a importância da cavalaria. A ausência desta foi um pormenor relevante, visto que os homens tinham capacidade para combater a cavalo como no fim demonstraram, já com o Preste João no comando. A reter para futuras operações que se desenvolvam bem no interior de um território, a necessidade de ter uma linha de comunicação para sustentar a força sob pena desta não ter condições para continuar a missão.

A combinação das três armas [infantaria, cavalaria e artilharia], aliada à fortificação; uma boa liderança e um sistema de comunicação que permita abastecer a força, são vertentes que perduraram no tempo e inclusive hoje, não se podem descurar.

Capítulo 7

Conclusões

O presente Trabalho de Investigação Aplicada teve como estudo a campanha da Etiópia de 1541-1543. Esta trouxe diversas novidades para a então obsoleta componente terrestre portuguesa na guerra moderna. Deseja-se com esta pergunta de partida *Na campanha da Etiópia em 1541-1543, quais os fatores diferenciadores presentes na preparação e execução da força, que permitiram o sucesso a um grupo pequeno de homens?* identificar o que distingue esta campanha das outras suas contemporâneas, ou seja, que inovações trouxe para a arte militar portuguesa de Quinhentos. Para responder a esta questão, procedeu-se a duas questões derivadas: Quais os fatores influenciadores da Campanha Portuguesa? Quais são as *Lições aprendidas* obtidas?

Com os fatores influenciadores, pretendeu-se verificar qual ou quais deles contribuíram para que esta força tivesse sido bem-sucedida. Estes foram designados por doutrina; desenvolvimento tecnológico; terreno; liderança; fator moral; fator intelectual e inimigo fraco. Em pleno século XVI, a componente doutrinária militar terrestre, apesar de desde 1415 a combater no Norte de África e no início de 1500 alargar o combate para a Índia, encontrava-se um pouco obsoleta, relativamente às inovações da guerra moderna. Estas inovações advêm das guerras de Itália (1494-1559), onde as principais forças militares (mercenárias) se digladiam e produzem novos conhecimentos da arte militar. As inovações registadas são a utilização da artilharia móvel e das técnicas de fortificação, sendo que a primeira teve um papel primordial no desenrolar da campanha. A arte militar espanhola sobrepõe-se a todas as outras, e é fonte de inspiração para muitos reinos, incluindo o português. “Fossem suíços e andassem em ordenança”¹⁷⁴, foi o modelo que vingou e que teve um ótimo desempenho. Outro aspeto que é introduzido e ainda reflexo de Itália é a atribuição dos lugares de comandantes pelo mérito; competência; experiência em detrimento da condição social. Assim, a falta de textos que expliquem como se combate é ultrapassada com a sincronização de todas estas componentes. Aqui, resulta que o comandante D. Cristóvão, apesar de novo, deve ter tido acesso de alguma forma aos mais

¹⁷⁴ (Sousa, 2008, p. 30).

recentes conhecimentos. Desta forma, é de registar o seu desembaraço; a agilidade mental uma vez que a sua formação foi sobretudo na Índia, onde o modo de combater e o decurso das operações eram diferentes daquilo que na Etiópia se efetuou. Além da sua competência que é reconhecida, é visto também como um exemplo pelos homens devido à sua forma de estar. Com estes atributos, consegue manter o moral da tropa elevado apesar de se encontrarem num terreno muito difícil, com condições meteorológicas adversas e com um adversário aguerrido. Este terreno árduo, constituído por serras e deserto, provocava bastante mais desgaste nas forças portuguesas uma vez que se deslocavam a pé com material pesado. Todos os fatores acabaram por influenciar, com maior ou menor peso, contudo, a “doutrina”, onde se encontra os grandes ensinamentos das guerras de Itália e a liderança praticada por D. Cristóvão destacam-se dos demais.

Com as *Lições aprendidas*, pretendeu-se retirar as principais ilações, ou seja, os pontos fortes e vulnerabilidades. Na campanha, os pontos fortes registados foram a “doutrina”, ou seja, a aplicação no terreno dos ensinamentos da guerra de Itália (aqui já está incluído o desenvolvimento tecnológico e o aproveitamento do terreno). A liderança de D. Cristóvão que nunca foge da sua responsabilidade de dar o exemplo e assim é-lhe reconhecida a sua competência. O fator moral da força é importante que não esteja nos índices mais elevados pois pode gerar frustração em caso de algum insucesso ou de menor sucesso e o fator intelectual, onde se evidenciou que quanto maior a experiência de combate, maior benefício o próprio homem e o seu comandante poderiam ter, pois a sua cultura militar permite-lhe ter uma maior sobrevivência no campo de batalha. Como pontos vulneráveis, a ausência de cavalaria foi notória e em algumas ocasiões teria sido muito útil. Deve-se acrescentar que, se os turcos tivessem levado de início a artilharia que posteriormente colocaram no terreno, esta campanha teria sido mais rápida e com outro resultado. Dado que os portugueses lutaram sozinhos, esta arma foi notoriamente decisiva. Exemplos disso, enquanto só os portugueses a tinham, foram vencendo o seu adversário. A partir do momento em que o inimigo equilibrou nesta vertente, o combate foi mais nivelado. Depois, revelou-se que o magro efetivo (que era disfarçado até então pela artilharia), não era suficiente para fazer frente aos numerosos muçulmanos de Adal e aos experientes turcos otomanos.

Uma vez respondidas as duas questões derivadas, a resposta à questão central torna-se mais clara. O que torna diferente esta campanha das demais suas contemporâneas, são os seguintes aspetos. A duração da campanha, sensivelmente dois anos e meio. O facto de

durante todo este período o contingente português se encontrar longe de qualquer ponto de apoio e sem linhas de comunicação de abastecimentos com outras forças portuguesas. Este aspeto, aquando de operações bem no interior de um território, é essencial a ter como preocupação. O uso da artilharia móvel e de técnicas de fortificação. O combate organizado e o dispositivo da força nos deslocamentos. Ainda a mencionar, a presença de homens no comando, sem serem nobres ou fidalgos. Este comando, não é o de comandante, esse pertencia a D. Cristóvão, mas nos escalões intermédios. Noutro âmbito, se se pensou que a Etiópia poderia ser uma base para que a cristandade se expandisse ou, uma base para as operações no mar Vermelho, esta campanha demonstrou a dificuldade no cumprimento daquele propósito. No primeiro caso, o isolacionismo aliado aos aguerridos vizinhos muçulmanos, não o iriam permitir. No segundo caso, a extensão das linhas de comunicação e o poderio dos turcos otomanos na região inviabilizariam tal propósito.

Esta campanha foi claramente um sucesso. O objetivo inicial de ir em auxílio do Preste João, devido à vontade expressa do rei muçulmano em erradicar a fé cristã daquela região, foi claramente cumprido. Nem mesmo a morte de inúmero portugueses, ou mesmo a do seu comandante, D. Cristóvão, apaga o que ali foi conseguido. Em termos militares, as Guerras de Itália foram o grande laboratório da guerra moderna. A Etiópia, constituiu mais um passo para que a componente terrestre portuguesa, se adaptasse à guerra moderna. A duração da campanha, obrigou a uma capacidade de resiliência e lucidez notáveis.

Relativamente às dificuldades encontradas, estas resultaram das obras escritas em latim, língua esta de que somos poucos conhecedores. Acresce a falta de documentação sobre esta campanha na opinião dos muçulmanos de Adal e dos Turcos Otomanos. Assim, esta campanha é analisada com informações do ponto de vista ocidental e cristão. Uma referência ainda, para a falta de uma norma de redação dos trabalhos no âmbito de Ciências e Tecnologia Militares uma vez que a norma orientadora é de Ciências Sociais e Humanas.

Como recomendações, o estudo desta campanha como uma guerra de procuração no século XVI.

Bibliografia

- Academia das Ciências de Lisboa; Fundação Calouste Gulbenkian. (2001). *Dicionário da Língua Portuguesa Contemporânea da Academia Militar das Ciências de Lisboa* (Vol. II). Lisboa: Verbo.
- Albarelo, L., Digneffe, F., Hiernaux, J.-P., Maroy, C., Ruquoy, D., & Saint-Georges, P. d. (1997). *Práticas e Métodos de Investigação em Ciências Sociais*. Lisboa: Gradiva.
- Albuquerque, L. (1989). *Introdução à História dos Descobrimentos Portugueses*. (3ª ed.). Mem Martins: Publicações Europa América.
- Albuquerque, L. (1990). A Arte de Navegar . In I. C. Sessler, *Portugal Brasil: A Era dos Descobrimentos Atlânticos* (pp. 23-63). Lisboa: Bertrand Editora.
- Alegria, M. F., Garcia, J. C., & Relaño, F. (1998). Cartografia e Viagens. In F. Bethencourt, & K. Chaudhuri (Coord.), *História da Expansão Portuguesa: A Formação do Império (1415-1570)* (3925 ed., Vol. I, pp. 26-61). Navarra: Temas e Debates e Leitores.
- Alvares, P. F. (1889). *Verdadeira Informação das Terras do Preste João*. Lisboa: Imprensa Nacional.
- Anônimo. (1959). *Estudos Ultramarinos: 25ª Cadeira*. Academia Militar.
- Arbour, R. (1985). *Miguel Ângelo*. Barcelos: Editorial Verbo.
- Azevedo, E. R. (1982). *História Económica, Social e Cultural Portuguesa: Do século XII (1128) até finais do século XV (1498)* (2ª ed.). Lisboa: Academia Militar.
- Barnes, J., Byrne, P. D., Claridge, E., Collins, C., Fraser, J., Fuller, D., et al. (1965). *As Belas Artes: A Arte Italiana Até 1850* (Vol. II). Lisboa: Publicações e Artes Gráficas.
- Barroca, M. J. (2003). Da Reconquista a D. Dinis. In J. M. (Coord.), *Nova História Militar de Portugal: A Formação do Império (1415-1570)* (4838 ed., Vol. I, pp. 22-68). Rio de Mouro: Circulo de Leitores.
- Barros, J. d. (1777). Da Ásia- Dos Feitos, que os Portuguezes fizeram no descobrimento, e conquista dos mares, e terras do Oriente. In J. d. Barros, *Da Ásia- Decada Terceira: Parte Primeira*. Lisboa: Regia Officina Typografica.

- Bérenger, J., Contamine, P., Durand, Y., & Rapp, F. (1980). *História Geral da Europa- II: A Europa desde o início do século XVI ao final do século XVIII*. Mem Martins: Publicações Europa-América.
- Bermudes, D. J. (1875). *Breve Relação da Embaixada que o Patriarcha D. João Bermudes trouxe do imperador da ethiopia chamado vulgarmente Preste João*. Lisboa: Academia Real das Sciencias de Lisboa.
- Bessa, C. (1994). O Espirito de Tordesilhas e a Grandeza Histórica da Península Ibérica. In C. P. Militar, *V Coloquio: «Do Infante e Tordesilhas»* (pp. 63-71). Lisboa.
- Blair, C. (1983). *Pollard's History of Firearms*. Northants: Country Life Books.
- Bombi, G., Lichtenberger, A., & Malabarba, I. (1983). *Os Impérios do Comércio*. Lisboa: Distri Editora.
- Boorstin, D. (1987). *Os Descobridores: De como o homem procurou conhecer-se a si mesmo e ao mundo*. Lisboa: Gradiva.
- Boxer, C. R. (1969). *O Império Marítimo Português 1415-1825*. Lisboa: Edições 70.
- Briggs, A., Hall, A., Hawkes, N., Healey, T., Heritage, A., Kiener, R., et al. (1995). *Onde, Quando e Como Aconteceu*. Lisboa: Selecções Reader's Digest.
- Budgen, A. P., & Folly, M. (1989). *Personagens da História* (2584 ed.). Lisboa: Círculo de Leitores.
- Cardoso, H. M. (1963). *Os Descobrimentos e Suas Consequências*. Lisboa: Estudos Psíquicos .
- Castagnoso, M. d. (1888). *Spendizione Portoghese in Abissinia- Nel Secolo XVI*. Regina: Voghera Carlo.
- Castanhoso, M. d. (1898). *Dos Feitos de D. Christovam da Gama em Ethiopia*. Lisboa: Imprensa Nacional.
- Castro, A. d. (s.d.). *A Influência do Progresso do Armamento e dos Factores Morais sobre a Evolução Tática*. Lisboa.
- Castro, A., Queirós, A., Couto, A., Vidal, A., Carlos Batalhão, C. M., Vieira, D., et al. (2001). *Dicionário de Biografias*. Porto: Porto Editora.
- Castro, D. M. (1872). *Origen y Progresos Del Arte De La Guerra En España*. Madrid: Imprenta y Litografia del Depósito de la Guerra.
- Chagas, M. P. (1900). *História de Portugal* (3ª ed., Vol. III). Lisboa: Sociedade Editora.
- Cipolla, C. M. (1965). *Canhões e velas na primeira fase da expansão europeia (1400-1700)*. Lisboa: Gradiva.

- Coles, P. ((s.d.)). *Os Turcos na Europa*. Lisboa: Editorial Verbo.
- Comissão para o Estudo das Campanhas de África. (1988). *Resenha Histórica-Militar das Campanhas de África* (Vol. I). Lisboa: Estado Maior do Exército.
- Cortesão, A. (1960). *Cartografia Portuguesa Antiga*. Lisboa: Comissão Executiva das Comemorações do Quinto Centenário da Morte do Infante D. Henrique.
- Cortesão, A. (1971). *History of Portuguese Cartography* (Vol. 2). Coimbra: Junta de Investigação do Ultramar.
- Cortesão, J. (1958). *Os Descobrimentos Portugueses* (Vol. I). Lisboa: Arcadia.
- Cortesão, J. (1968). *O Império Portugues no Oriente até 1557*. Lisboa: Portugália Editora.
- Couceiro, P. (1936). *O Soldado Prático*. Lisboa.
- Coutinho, C. P. (2011). *Metodologia de Investigação em Ciências Sociais e Humanas: teoria e prática*. Coimbra: Almedina.
- Couto, D., & Loureiro, R. M. (2007). *Ormuz-1507 e 1622. Conquista e Perda*. Lisboa: Tribuna da História.
- Daehnhardt, R. (2010). *Homens, Espadas e Tomates*. Sintra: Zéfiro.
- Delumeau, J. (1984). *A Civilização do Renascimento*. Lisboa: Edições 70.
- Dias, C. M. (2005). *Geopolítica: Teorização Clássica e Ensinaamentos*. Lisboa: Prefácio.
- Domingues, F. C. (1998). A Prática de Navegar: O Quadro Naval Português nos Séculos XV e XVI. In F. Bethencourt, & K. Chaudhuri (Coord.), *História da Expansão Portuguesa: A Formação do Império (1415-1570)* (3925 ed., Vol. I, pp. 62-87). Navarra: Temas e Debates e Leitores.
- Domingues, M. (1962). *D. João III: O Homem e a sua época*. Lisboa: Livraria Romano Torres.
- Duarte, L. M. (2003). 149-1495: O Triunfo da Pólvora. In J. Mattoso, *Nova História Militar de Portugal* (4838 ed., pp. 347-442). Rio de Mouro: Círculo de Leitores e Autores.
- Eberle, I. (1941). *Inventores Famosos*. Rio de Janeiro: Editadora Lidor.
- Eco, U. (1982). *Como se faz uma tese*. Lisboa: Editorial Presença.
- Ferreira, J. J. (2000). *A Evolução do Conceito Estratégico Ultramarino Portugues: Da Conquista de Ceuta à Conferencia de Berlim* (1ª ed.). S. Pedro do Estoril: Edições Atena.
- Ficalho, C. d. (1983). *Garcia da Horta e o seu Tempo*. Lisboa: Temas Portugueses.

- Fontaine, M. F. (1999). *O Processo de Investigação: Da concepção à realização*. Loures: Lusociências .
- Franco, G., & Vieira, M. I. (1989). *História Universal: Renascimento* (2492 ed., Vol. III). Lisboa: Circulos de Leitores.
- Godinho, V. M. (1963). *Os Descobrimentos e a Economia Mundial*. Lisboa: Editora Arcádia.
- Gravett, C. (1985). *German Medieval Armies 1300-1500*. London: Osprey Publishing.
- Habsburg, O. V., & Marjay, F. (1970). *Navegadores Portugueses- Herois do Mar*. Lisboa: Livraria Bertrand.
- Hespanha, A. M. (2004). Introdução. In A. M. Hespanha (Coord.), *Nova História Militar de Portugal* (4839 ed., Vol. II, pp. 9-33). Rio de Mouro: Círculo de Leitores e Autores.
- Howard, M. (1997). *A Guerra na História da Europa*. Mem Martins: Publicações Europa-América.
- Jou, D. M. (1942). *600 Anõs de Artillería*. Barcelona: I.G. Seix y Barral Hnos.
- Junior, R. S. (1900). *Esboço Critico de História Militar da Antiguidade*. Lisboa: Typogtaphia da Cooperativa Militar.
- Junqueiro, M. C. (1983). Marrocos e a Política Expansionista Portuguesa (1481-1578). In J. H. Saraiva, *História de Portugal Vol. IV* (pp. 93-126). Lisboa: Publicações Alfa.
- Lafuente, D. M. (1888). *Historia General De España* (Vol. 7). Barcelona: Montaner y Simón.
- Leitão, A., & Benedito, S. A. (2002). *Os Lusíadas* (7ª ed.). Lisboa: Editora Ulisseia.
- Leite, D. (1958). *História dos Descobrimentos*. Lisboa: Edições Cosmos.
- Lemos, M. (2001). *Dicionário de História Universal*. Mem Martins: Editorial Inquérito.
- Lerner, R. E., & Meacham, S. (1988). *História da Civilização Ocidental 1: Do homem das cavernas às naves espaciais* (30 ed.). Rio de Janeiro: Editora Globo.
- Marques, A. (1998). A Expansão do Atlântico. In J. Serrão, & A. O. Marques, *Nova História da Expansão Portuguesa: A Expansão Quatrocentrista* (Vol. II, pp. 11-233). Lisboa: Editorial Estampa.
- Marques, A. H. (1997). *História de Portugal: Das Origens ao Renascimento* (13ª ed., Vol. I). Lisboa: Editorial Presença.
- Martins, J. V. (1972). *Maquiavel*. Lisboa: Editorial Verbo.

- Matos, L. J. (1998). A Prática de Navegar: A Navegação, Os caminhos de uma ciência indispensável. In F. Bethencourt, & K. Chaudhuri (Coord.), *História da Expansão Portuguesa: A Formação do Império (1415-1570)* (3925 ed., Vol. I, pp. 72- 87). Navarra: Temas e Debates e Leitores.
- Mattoso, A. G. (1952). *História da Civilização: Idade Média, Moderna e Contemporânea*. Lisboa: Livraria Sá da Costa.
- Mattoso, J. (1998a). Antecedentes Medievais da Expansão Portuguesa. In F. Bethencourt, & K. Chaudhuri (Coord.), *História da Expansão Portuguesa: A Formação do Império (1415-1570)* (3925 ed., Vol. I, pp. 12-25). Navarra: Temas e Debates e Leitores.
- Mattoso, J. (1998b). O Alargamento do Horizonte de Experiências. In F. Bethencourt, & K. Chaudhuri (Coord.), *História da Expansão Portuguesa: A Formação do Império (1415-1570)* (3925 ed., Vol. I, pp. 12-25). Navarra: Temas e Debates e Leitores.
- Miguel, J. A., Yusta, C. N., Caba, F. J., & Caba, V. S. (2005). *Dicionário de Pintura: Séculos XIV- XVIII*. Lisboa: Editorial Estampa.
- Miller, D. (1976). *The Landsknechts*. London: Osprey Publishing.
- Monteiro, J. G., & Braga, J. E. (2009). *Vegécio- Compêndio da Arte Militar*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.
- Morais, A. F. (1954). *Ordenanças e Ginetes D'El-Rey, Separata do Boletim do Arquivo Histórico Militar* (Vol. 24º). Lisboa.
- Moura, A. d. (1963). *Pequenas Histórias de Portugal* (Vol. 3º). Lisboa.
- Nicolle, D. (1983). *Italian medieval armies, 1300-1500*. London: Osprey Publishing.
- Oman, C. (1924). *A History of The Art Of War In The Middle Ages* (Vols. II 1278-1485). London: Methuen & Co. Ltd.
- Osório, J. d. (1956). *Cancioneiro de Lisboa Vol. I (Séculos XIII-XX)*. Lisboa: Publicações Culturais.
- Page, M. (2002). *The First Global Village*. Alfragide: Casa das Letras.
- Pais, P. (1945). *História da Etiópia* (Vol. I). Porto: Livraria Civilização.
- Paschoa, A. (1951). *Armamento* (Vol. I). Lisboa: Edições Infância.
- Peres, D. (1931). Descobrimentos e Conquista: Política Colonial de D. João II- O Tratado de Tordesilhas. In D. Peres, *História de Portugal Edição Monumental Vol. III*. Porto: Portucalense Editora.

- Pérez, J. I. (2001). *História Universal: Século XVI-I* (Vol. 9). Barcelona: Oceano-Instituto Gallach.
- Pernes, F. (1976). *História da Arte: Da Pré-História aos nossos dias*. Amadora: Livraria Bertrand.
- Pires, A. L. (1988). *O Castelo Estratégico Português e a Estratégia do Castelo em Portugal*. Lisboa: Direcção do Serviço Histórico Militar, EME.
- Renner, A. ((s.d)). *História Universal*. Lisboa: Arcádia.
- Riley, C. (1998). Ilhas Atlântica e Costa Africana. In F. Bethencourt, & K. Chaudhuri (Coord.), *História da Expansão Portuguesa: A Formação do Império (1415-1570)* (3925 ed., Vol. I, pp. 137-162). Navarra: Temas e Debates e Leitores.
- Rodrigues, V. L. (2004). A Guerra na Índia. In A. M. Hespanha (Coord.), *Nova História Militar de Portugal* (4839 ed., Vol. II, pp. 198-223). Rio de Mouro: Círculo de Leitores e Autores.
- Sanceau, E. (1959). *D. João II* (2ª ed.). Porto: Livraria Civilização.
- Sanceau, E. (1983). *Em Demanda do Preste João* (4ª ed.). Porto: Livraria Civilização.
- Santos, V. (1951). *O Missionário Quinhentista Fr. João dos Santos e o seu livro Etiopia Oriental*. Lisboa: Agencia Geral das Colónias.
- Saraiva, A. J. (1955). *História da Cultura em Portugal Vol II*. Lisboa: Jornal do Fôro.
- Saraiva, J. H. (2005). *História de Portugal* (23ª ed.). Mem Martins: Publicações Europa América.
- Schmulevitz, S. (1944). *A Abissínia- Pequena História de um Grande País*. Porto: Livraria Civilização.
- Selvagem, C. (1931). *Portugal Militar*. Lisboa: Imprensa Nacional.
- Selvagem, C. (1960). *Infante Dom Anrique: Cavaleiro de Cristo*. Lisboa: Empresa Nacional.
- Serrão, J. V. (1994). D. João II- O Rei de Cognome «O Esquecido». In C. P. Militar, *V Colóquio: «Do Infante e Tordesilhas»* (pp. 29-37). Lisboa.
- Soares, V. H., & Adelino, E. A. (1963). *Dicionário da Terminologia Militar*. Lisboa: Edições dos Autores.
- Sousa, L. C. (2008). *A Arte na Guerra: a arquitectura dos campos de batalha no Portugal de quinhentos*. Lisboa: Tribuna da História.
- Sousa, L. C. (2008). *Campanha da Etiópia, 1541-1543. 400 Portugueses em socorro do Preste João*. Lisboa: Tribuna da História.

- Souto, J. C. (s.d.). *Gigantes da Humanidade* (Vol. IV). Braga.
- Souto, J. C. (s.d.). *Gigantes da Humanidade* (Vol. II). Braga.
- Teles, P. B. (1989). *História da Etiópia a Alta*. Lisboa: Publicações Alfa.
- Wise, T. (1975). *Medieval european armies*. London: Osprey Publishing.

Anexos

Anexo A

A Campanha da Etiópia

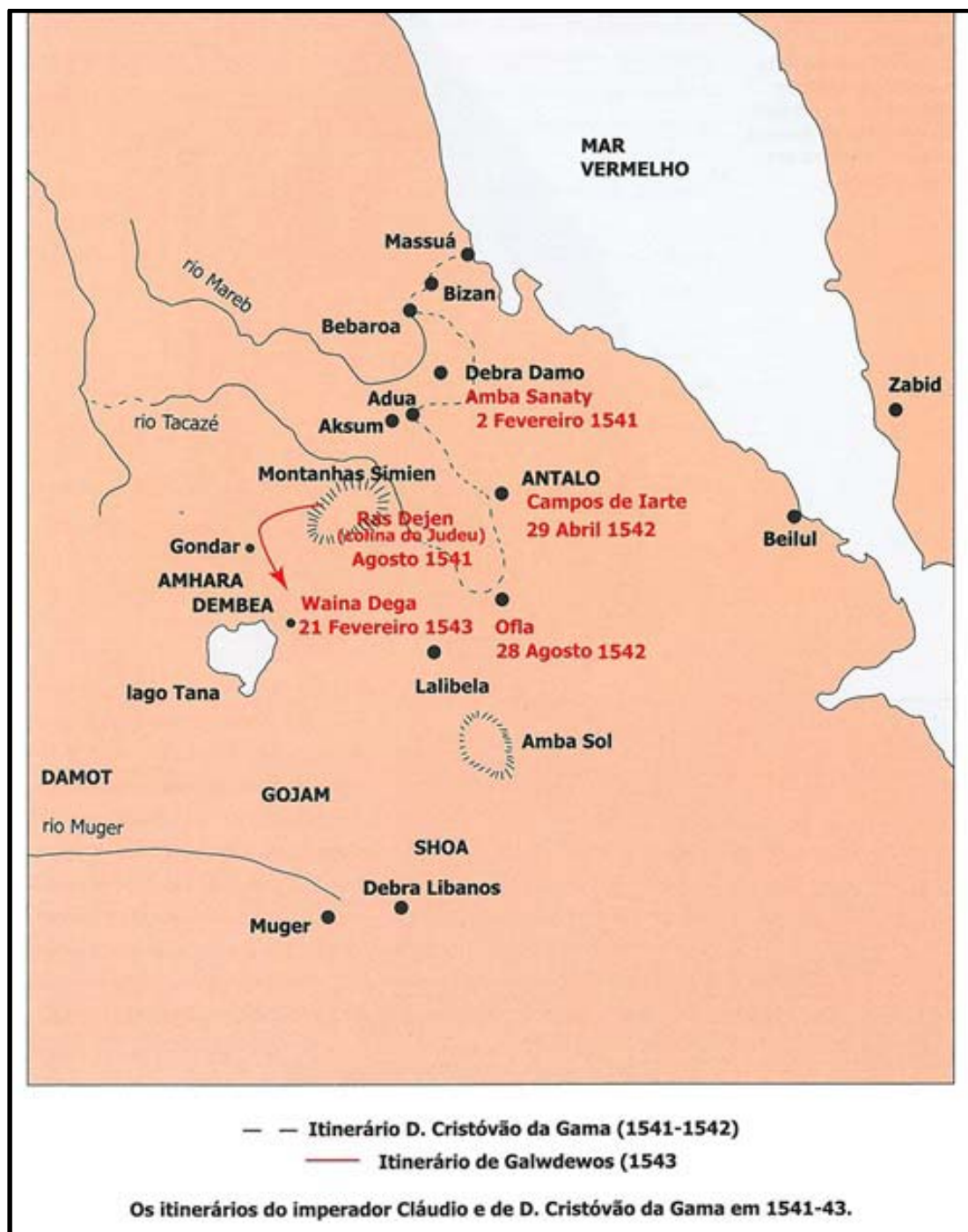


Figura 1 - A Campanha dirigida por D. Cristóvão da Gama, de 1541 a 1543

Fonte: (Sousa, 2008, p. 72)

Anexo B

História da Etiópia

São os persas que, no século III depois de Cristo, referem a existência do *Reino dos Aksumitas*, considerado como um dos maiores impérios na altura, a par com o Império Romano e a própria Babilónia. Ocupavam um território situado na atual Eritreia cujas fronteiras, limitadas por diversos acidentes geográficos, se estendia até ao Mar Vermelho. A capital Aksum situava-se no planalto do Tigre, a mais de 2000 metros de altitude. Esta civilização construiu-se, muito provavelmente, sobre uma cultura mais antiga. Em 1 d.C da era cristã um mercador de Alexandria nomeava o povo chamado *aksumita*. Este povo havia de alcançar grande prosperidade nos primeiros três séculos da era cristã, alargando progressivamente a sua influência a novos territórios. Estes estendiam-se á outra margem do Mar Vermelho, o que demonstra que os abissínios se encontravam plenamente envolvidos no florescente comércio que ali tinha lugar. Os contatos que assim se estabelecem com o Egito copta terão consequências de peso para a posterior história da Etiópia; nos finais do século IV, reinando então o imperador Ezana, foi introduzido finalmente o cristianismo, depois do primeiro concílio de Niceia, que teve lugar a 20 de Maio de 325 d.C. Estabeleceu-se assim uma forte ligação com a igreja Egípcia, que marcou as várias comunidades monásticas, algumas das quais ainda hoje subsistem, e pertencia ao patriarca de Alexandria, a ultima palavra na nomeação dos clérigos da igreja local. Também Bizâncio exerceu forte influência na Etiópia sobretudo, a partir do século VI, promovendo uma expansão territorial que mais tarde levará ao choque com os persas, e que trouxe o declínio do reino de Aksum. E o advento do Islão, que rapidamente se expandiu entre o século VI ao século VII, acelerou este declínio e alterou o “*status quo*” existente, afastando dos abissínios o controlo do Mar Vermelho e todo o comércio que aí se praticava. Isolado do mundo exterior, o reino cristão da Etiópia parecia confrontado com o seu fim, embora paradoxalmente o isolamento a que foram votados terá sido responsável pela sua sobrevivência. Cercados de ovos hostis, os cristãos da Abissínia congregaram-se em torno da Igreja Cristã, solidamente implantada desde a sua chegada a solo etíope. Ao mesmo tempo, o isolamento do mundo conferiu um cunho próprio ao cristianismo etíope, fortemente enraizado no Antigo Testamento, que desempenhará no futuro um papel crucial como símbolo de unidade nacional. Nos séculos XII-XIII, a dinastia Zgawe procurou reestabelecer os laços com o Egito e a Terra Santa. Em 10 de Agosto de 1270, chegou uma nova dinastia ao poder, de pois de derrubar o ultimo representante Zgawe. É conhecida pela designação de salomónica, uma vez que o novo rei, Yekuno Amalak (1270-85), proclamava a sua descendência direta do rei Salomão, além de uma ligação direta com a antiga casa real Aksumita, que havia sido destronada pela dinastia Zgawe.¹⁷⁵ A partir de 1332, Amda Sion I (1314-1344), moveu a guerra com o objectivo de submeter os principados muçulmanos ao poder central dos príncipes etíopes. Esta expansão forçou a separação dos principados em dois grandes partidos, um defendendo a coexistência com o império cristão, outro

¹⁷⁵ “A lenda acrescenta que o filho de Salomão e da rainha de Sabá, Menilek, visitou mais tarde o seu pai em Jerusalém de onde trouxe a arca da aliança, Fundou uma dinastia que havia de governar a Abissínia por mais de 3000 anos, cujo último descendente foi o imperador Haile Sellassié, deposto a 12 de Setembro de 1974” (Sousa, 2008, p. 24).

profundamente empenhado num movimento de resistência armada. Finalmente, Zara-Ya'qob (1434-68), através de um exercício de poder centralizador, pacificou as fronteiras durante cerca de 14 anos (Sousa, 2008, pp. 21-25). Por meados do século XV, o Reino da Abissínia ou do Preste João, como então era mais conhecido, conglobava aproximadamente os mesmos territórios de hoje, com a diferença de que se estendia, mais para leste, na direção do Mar Vermelho, e menos para sul, cujas tribos islamizadas lhe ofereciam longa resistência (Cortesão J. , 1958, p. 37). Aparentemente estabilizadas as fronteiras, em breve surgiria um novo adversário que iria mudar por completo o mapa do império. A partir de 1526, os muçulmanos reagrupam-se em torno do partido de Mafude, liderado por Ahmad bin Ibrahim al-Ghazi.- o granhe nas crónicas portuguesas. Procedeu à atualização do exército através da importação de armamento moderno e contratação de mercenários turcos, movendo uma guerra sem tréguas contra a Abissínia, que colocou o reino cristão à beira do fim. A situação militar na Etiópia deteriorava-se rapidamente em desfavor de David¹⁷⁶, que finalmente decide pedir auxílio aos portugueses (Sousa, 2008, pp. 41-49).

¹⁷⁶ Imperador David II da Etiópia, “que antes da sua morte (1540) contudo, tomou uma decisão crucial que iria inverter o curso dos acontecimentos” (Sousa, 2008, p. 47).

Anexo C

Guerras de Itália

Neste anexo, história das Guerras de Itália (1494-1559), não importa quais os motivos pelos quais se despoletou; não se vai ter em conta os comandantes; não se vai contar os desenvolvimentos dos acontecimentos; (...), os holofotes estão apenas centrados nos modelos militares que intervieram e que por sinal, eram os melhores, até se confrontarem e virem ao de cima as fragilidades de cada um. No final, todos aprenderam uns com os outros, mas o que melhor se adaptou, acabou por se tornar uma potência militar terrestre.

Arte Militar de Espanha

De acordo com Sousa (2008), as guerras de Granada¹⁷⁷ foram o acontecimento que marcam o despoletar de um novo modelo militar¹⁷⁸, que vigorará até ao século XVII, altura em que a escola holandesa com Conde de Nassau e a escola sueca de Gustavo Adolfo, se tornam elas nos novos modelos militares. Pode se ver em Lafuente (1888, p. 85), “La guerra de Granada fué la grande escuela práctica, en que se formaron los insignes capitanes¹⁷⁹, que algunos años despues habían de assombrar com su valor y su inteligencia á toda Europa”. Este novo modelo militar¹⁸⁰, designava-se por terço¹⁸¹, e na sua fase mais evoluída, encontrava-se:

¹⁷⁷ Conflito tendo como objectivo de expulsar os muçulmanos do seu ultimo reduto na Península Ibérica.

¹⁷⁸ Este novo modelo militar, segundo Sousa (2008), foi aperfeiçoado em diversos locais, como inicialmente na guerra de Granada, nas guerras de Itália e ainda no Norte de Africa, apesar deste ultimo não ter tido tanto sucesso.

¹⁷⁹ “Ello es que la teoria del arte militar obtuvo grandes adelantos en esta época, y que en ella se preparó una revolución en la organización, en la ordenanza, en la tactica en la disciplina y en la evoluciones de los ejército” (Lafuente, 1888, p. 88).

¹⁸⁰ “Gonzalo, comparando habilmente las que empleaba la infanteria romana y la que habia adoptado la infanteria Suiza, senaló los defectos que tenía una y otra, y se propuso corregirlos combinando sus ventajas” (Castro D. M., 1872, p. 122).

definindo um quantitativo fixo para o total de cada tipo de arma utilizada pelos soldados, os piques – as armas brancas – e os arcabuzes e mosquetes – as armas de fogo. O terço apoiava-se num sistema onde se combinavam as armas brancas e as de fogo¹⁸², que na sua forma clássica se resumem a dois tipos fundamentais, o pique e o arcabuz (Sousa, 2008, p. 126).

Os Suíços

Os suíços foram, segundo Wise (1975), nomeadamente devido á sua organização e aos seus piques¹⁸³, uma inspiração para muitos exércitos no final do século XV e início do século XVI. Contudo, também eles se inspiraram nos exércitos da antiguidade clássica. De acordo com Oman (1924), a combinação da flexibilidade e coesão da legião com a mobilidade e poder de choque dos suíços, tornaram o se protótipo, parecido com a Falange

¹⁸¹ “O esquadrão designaria uma unidade autónoma que se organiza no campo de batalha sem um efetivo orgânico pré-definido, e onde se agrupavam os soldados que compunham as companhias de um ou mais terços. Pode-se acrescentar que o terço era uma organização com carácter administrativo, enquanto o esquadrão era uma unidade com um cunho essencialmente tático. Numa primeira fase que se estende, talvez, até ao primeiro quartel do século XVI, os esquadrões são formados segundo um leque formal eclético que comporta analogias de índole conceptual/visual de diversas origens, como a galé cerrada ou o caracol. O caracol compreendia um conjunto de manobras visualmente pelativas ao gosto da época (...) que Oman define como uma manobra própria da cavalaria pesada armada com pistolas: na sequência da descarga das suas armas retirava para a retaguarda da formatura, onde procedia à sua recarga. A galé, ou galé cerrada: Referida por Matteo Giovanni Cicogna e Martim Afonso de Melo, apresenta uma analogia directa com a galé, um tipo de embarcação empregada frequentemente no apoio às tropas desembarcadas” (Sousa, 2008, pp. 127-130).

¹⁸² “As mangas eram agrupamentos de soldados constituídos exclusivamente e que existiam com o intuito de proporcionar apoio ao esquadrão, aquilo que hoje se designa por «apoio directo». As mangas eram invariavelmente constituídas por arcabuzeiros. Pela orgânica seguida em meados de quinhentos, o terço deveria contar no seu efectivo com duas companhias de atiradores. Porque a percentagem de arcabuzes nas unidades militares vai aumentando com o decorrer do século XVI, também a composição das mangas tenderá para maior número de efectivos; assim, dobra-se o seu número de dois para quatro agrupamentos” (Sousa, 2008, pp. 137-142). “A guarnição era o corpo de soldados que se encontrava mais próximo do esquadrão. Dispostos em fileiras pouco densas, os soldados da guarnição encontravam-se adjacentes ao esquadrão dos soldados piqueiros, e o seu efectivo consistia, tal como nas mangas, num certo número de soldados armados com arcabuzes. De um ponto de vista estritamente militar – ou «funcional» - a guarnição permitia quebrar o ímpeto do exército atacante, alvejando-os com uma «carga d’arcabuzaria. A sua função militar destinava-se a um eventual envolvimento do exército inimigo, uma manobra comum nas batalhas medievais, embora com uma eficácia variável” (Sousa, 2008, pp. 145-148). “As alas designavam as formações que ocupavam os flancos do exército, tal como acontecia na ordem de batalha dos Romanos. Eram geralmente constituídos pelos homens a cavalo; a cavalaria pesada com os homens de armas; a cavalaria ligeira com os arcabuzeiros montados, ginetes e os estradiotas – palavra derivada do grego, segundo Isidoro de Almeida, «de que naceo dizermos agora que cavalgam a estardiota, os que nisto imitam os Gregos da Albânia» ” (Sousa, 2008, pp. 149-152).

¹⁸³ “They struck with a shock almost equal to that of heavy cavalry” (Wise, 1975, p. 26).

Macedónica¹⁸⁴, tão eficiente que não era necessária nenhuma competência extraordinária dos seus generais. Conclui, mencionando que este modelo, constituído essencialmente por infantaria, estava adequado para enfrentar a cavalaria feudal¹⁸⁵, contudo, com a introdução de novas variantes no século XVI, foi perdendo espaço, tornando-se obsoleta.¹⁸⁶

Os Condottiere¹⁸⁷

Segundo Nicolle (1983), o período em que a cavalaria pesada predominava nos campos de batalha, tinham ficado no século XVI. Diz ainda que esta cavalaria pesada que a Itália apresentava nas suas guerras, era aparte de todas as outras e completa Oman (1924) dizendo que representava um retrocesso da história militar pois era a cavalaria ligeira, os stradiotti Albaneses ou Gregos que vigoravam. Um fato curioso é que Oman (1924), menciona que as campanhas no inverno eram evitadas sobretudo devido a fadiga e ao perigo¹⁸⁸.¹⁸⁹

Landsknecht¹⁹⁰

Na sua organização¹⁹¹, um aspeto a reter é que, os 4000 homens não são um número padrão, ou seja, a organização é realizada consoante o número de homens que

¹⁸⁴ Antes de definir o que é a Falange Macedónica, defino falange: “A composição das falanges gregas, foi muito diversa; variou com a república a que pertenciam e sofreu com o decorrer dos tempos muitas modificações. A falange, corpo de infantaria, cuja formação era em linha continua, dispondo de oito, dez, doze e, em casos extraordinários, vinte e quatro e mesmo quarenta e oito fileiras, e apresentando apenas pequeníssimos intervalos entre as suas principais divisões” (Junior, 1900, p. 31). “Foi no período macedónico que a falange atingiu o seu maior grau de perfeição. A falange macedónica, grande falange ou tetrafalangarchia, compunha-se de quatro falanges elementares ou phalangarchias. Entravam na sua constituição 16384 oplitos (infantaria que tinham por armamento ofensivo a sarissa (pique de cerca de oito metros de comprimento), e por armamento defensivo o oplon, grande escudo oval, que lhes deu o nome, elmo, couraça, e armadura na perna esquerda), pois que cada falange elementar se compunha de 4096” (Junior, 1900, p. 51).

¹⁸⁵ “A arma mais simples com a qual um homem a pé podia estar armado contra a cavalaria era a lança; e se as lanças fossem suficientemente compridas e as fileiras bastante densas e o moral dos homens suficientemente alto, uma tal formação podia ser quase invencível, a menos que fosse desfeita por qualquer tipo de bombardeamento” (Howard, 1997, pp. 26-27).

¹⁸⁶ Tradução livre da responsabilidade do autor

¹⁸⁷ “Condottiere: whose name came from the *condotta* or contract between himself and his employer” (Nicolle, 1983, p. 3).

¹⁸⁸ “Therefore, the condottieri, who were mostly heavily armoured cavalry, usually fought only in the summer, away from the mountains and marshes which were so called inconvenient for cavalry, and avoided pitched battles as much as possible” (Wise, 1975, p. 28).

¹⁸⁹ Tradução livre da responsabilidade do autor

¹⁹⁰ “Landsknechts, literally means “serveant of the country” yet as early as 1500 the word had already transformed into Lanzknecht as the pike became the trademark of the footsoldier” (Miller, 1976, p. 3). “Landsknechts were originally free agents, working especially in upper Germany on the borders of Switzerland; in Holstein such men were known as “Black Guards” (Gravett, 1985, p. 22).

comparecem. Na sua formação e tática, quando adotam uma posição defensiva¹⁹², tinham algumas semelhanças com o sistema suíço¹⁹³. A conceção original de Maximiliano, em que o grosso da força era constituído por piqueiros, foi suplantada com o surgimento das armas de fogo. À semelhança de outras tropas suas contemporâneas, eles tinham uma máxima que era “No Money – no Landsknecht”¹⁹⁴

Uma vez identificadas as tropas intervenientes, seguem-se algumas batalhas que ficaram para a história militar:

Marignano (1515): Scientific artillerists, however, such as Pietro Navarro and Alfonso of Este, made cannon a real power in battles, by inceasing its mobility and rapidity of its fire. None the less the Confederates continued to employ the frontal attack, which had become four or five times more dangerous in the space of forty years. A fearfull lesson as to the recklessness of such tactics was given them at Marignano, where, in spite of the gallantry of the French gendarmerie, it was the artillery which really won the day (Oman, 1924, p. 279).¹⁹⁵

Ravenna (1512), Bicoca (1522), Pavia (1525): It became common to entrench not merely permanent positions, but camps wich were to be held for a few days only. Advantage was taken of favourable sites, and lines of greater or less strength with emplacements for artillery were constructed for the protection of the army which felt itself inferior in the field. Many of the gratest battles of the Italian wars were fought in and around such positions; Ravenna, Bicocca and Pavia (Oman, 1924, pp. 277-278).¹⁹⁶

¹⁹¹ “Each regiment normally consisted of tem Fahnlein or companies – Fahnlein is the German word for a small flag or standart carried within unit. The Fahnlein, as already stated, was divided up into Rotten or platoons. Each rotte had ten common Landsknecht or six Doppelsoldner. A regiment therefore, usually numbering about 4000 men, was divided into ten units of 400, each unit having forty platoons of ten men” (Miller, 1976, p. 5).

¹⁹² “In this formation the pikemen and the halberdiers formed a solid square in the centre with the two-handed swordsmen in the front and rear ranks” (Miller, 1976, p. 7).

¹⁹³ “A sua única diferença em relação aos suíços era o facto de provirem de um aspecto social mais lato: a nobreza não tinha escrúpulos não só em criar e organizar como até em servir a pé nas suas fileiras” (Howard, 1997, p. 28).

¹⁹⁴ Tradução livre da responsabilidade do autor

¹⁹⁵ Artilheiros, tais como Pietro Navarro e Alfonso Este, tornaram os canhões numa arma muito importante na batalha, melhorando a sua mobilidade e rapidez de tiro. Com exceção dos Confederados, ninguém já usava o ataque frontal, uma vez que no espaço de quarenta anos tornou-se muito mais perigoso que anteriormente. Na batalha de Marignano, a lição aprendida foi o uso da artilharia que permitiu o sucesso nesta batalha e que se alastrou para todas as que se sucederam. Tradução livre da responsabilidade do autor

¹⁹⁶ Tornou-se comum não apenas as trincheiras em posições permanentes mas, também em campos onde se pretendia estar por alguns dias. A grande vantagem foi a colocação dos “carros” de artilharia construídos para a proteção da força que se encontrava numa posição desvantajosa. Muitas batalhas da guerra de Itália foram travadas desta forma tais como Ravenna (1512), Bicoca (1522) e Pavia (1525).

Um observador atento a estas guerras foi Maquiavel, com quem se termina este anexo: “The real future (...) combine the action of infantry, cavalry, and artillery¹⁹⁷ (Oman, 1924, p. 310).

¹⁹⁷ De futuro resultará a combinação das armas de infantaria, cavalaria e artilharia. Tradução livre da responsabilidade do autor

Anexo D

Espadas

Espada Portuguesa

O mais fiel companheiro de todos os portugueses, durante os séculos da expansão do Mundo Português, foi sempre a sua espada. Desde os primórdios do aparecimento da espada, no terceiro milénio antes de Cristo, até ao início do século XVI, usaram-se, basicamente, dois tipos de espadas: uma de lâmina direita e, outra, curva. A forma de espada mais utilizada na Europa Ocidental durante os diversos milénios da sua existência foi a de lâmina direita. A espada medieval segurava-se com quatro dedos à volta do punho e o polegar colocado na direção oposta. Apontando a espada para a frente, em direção ao adversário, poder-se-ia obter um ângulo máximo de utilização de 130 graus. Esta limitação da possibilidade de utilização permitiria, basicamente, dois movimentos: o golpe rotativo e a estocada horizontal. O fim da Idade Média trouxe consigo inovações significativas na busca de maior eficácia do armamento e das suas formas de utilização. Houve quem se lembrasse de colocar o dedo indicador por cima da guarda, encostando-o à lâmina. Pode-se agora perguntar, e com razão: mas que diferença faz colocar o dedo indicador à frente da guarda? Faz uma grande diferença, porque aumenta o ângulo de utilização da espada de 130 para 160°. Isto, por sua vez, exige uma combinação do avanço e recuo, não só dos braços, mas também das pernas, obrigando à frequência de escolas de esgrima¹⁹⁸. Nestas, ensinou-se não só os mais convenientes passos para melhor ajuda ao manejo da espada, como também o uso combinado da espada com a adaga de mão esquerda. Esta, embora fosse uma arma ofensiva por natureza, mais servia para a defesa (Daehnhardt, 2010, pp. 167-172).

Sabre Muçulmano

A lâmina curva, usada desde época muito remota foi sempre o tipo de arma branca preferida nos países muçulmanos, tanto no Norte de África como do Médio Oriente e da Ásia. O corte produzido por uma espada de lâmina direita é diferente do de uma lâmina curva. Enquanto um golpe de espada de lâmina direita, por exemplo, corta o braço de um adversário, estilhaçando os ossos, a lâmina curva provoca o mesmo corte sem, no entanto causar estilhaçamento. Isto, ao fim de diversas horas de combate, acaba por causar um menor desgaste no portador da espada com a lâmina curva. Também o ângulo da sua possibilidade de utilização é diferente. Segurando a pega de um sabre num ângulo de 90 graus em relação ao antebraço, encontrava-se a ponta da sua lâmina inclinada para trás em cerca de 10 graus. Assim, o sabre só permitia um ângulo de utilização favorável

¹⁹⁸ Segundo Monteiro & Braga (2009), também na antiguidade clássica, os legionários continham no seu treino militar o manejo de armas, onde se destaca o treino de esgrima.

de 120 graus, uma nítida desvantagem em relação à espada dos navegadores portugueses. O muçulmano também não usava adaga de mão esquerda (Daehnhardt, 2010, pp. 189-191).

Anexo E

Armas de Fogo

Em 1378, Schwarz, o frade alemão, fabricou as primeiras armas de fogo fundidas. Pouco portátil, pelo seu peso e volume, passa a estudar-se uma arma mais leve e em fins do século XIV surge o primeiro canhão de mão, simples tubo de ferro com um orifício, o ouvido, na parte posterior, por onde se comunicava o fogo à carga por meio dum ferro em brasa. Apoiava-se este tubo num suporte de madeira cuja extremidade posterior o atirador colocava debaixo do braço. É esta a arma que, na sua evolução, vem dar a espingarda atualmente generalizada. Estamos na presença do arcabuz.¹⁹⁹ Em 1423 um dispositivo se adapta a esta arma, que consiste numa pequena haste de ferro recurvada, ligada à coronha por uma alavanca, e que permite disparar a arma com mais rapidez e precisão. Num aperfeiçoamento deste dispositivo que já realiza um mecanismo de disparar mais perfeito, visto que começa já a dispor de mola e de gatilho, surgem os fechos de serpentina que se generalizam entre os anos de 1510 e 1520. No ano de 1521²⁰⁰, na época das conquistas de Carlos V, a Infantaria espanhola consegue assinalado prestígio com a sua nova arma, o mosquete, semelhante ao arcabuz, mais comprido e de maior peso do que este, utilizando depois o novo invento dum relojoeiro de Nuremberga – 1517 – que substituiu o fecho de serpentina (suprimindo assim o morrão) pelo fecho de roda (Paschoa, 1951, pp. 11-13).

Dados:

O mosquete, era um arcabuz transformado, com a coronha mais curva, o cano mais comprido para lhe aumentar o alcance para os 200 metros, a penetração e o calibre, do qual agora varia entre 18 e 23mm, lançava projéteis de 38 gramas. O carregamento fazia-se pela boca, introduzindo primeiro a pólvora, depois a bucha e a seguir a bala era imobilizada por outra bucha. O arcabuz e o mosquete, no fim do século XV e durante o século XVI, eram de alma lisa. O seu maior defeito era a dispersão ou falta de precisão. Basta dizer que à distância de 200 metros era preciso um círculo de 1,60 metros para conter 50% dos projéteis. Por esta razão só se abria fogo a 200 metros. A sua eficácia era a cem metros. Esta falta de precisão era devida ao vento- diferença entre o diâmetro do projétil e o calibre da arma (Castro A. d., pp. 65-66) .

¹⁹⁹ “This term, which, as already noted, is a corruption of the German Hackenbuchse, appears to have been applied during the first half of the sixteenth century to any form of long handgun. With the development of other types of gun in the second half of the century it came to be applied to the lightest form of military handgun. The harquebus was frequently used on horseback and by the end of the century it had apparently come to be what we should now call a heavy carbine” (Blair, 1983, p. 55).

²⁰⁰ “According to the contemporary writer Martin du Bellay (...), were invented at the same time of the Battle of Ghiara in Italy, fought in 1521 between the forces of the Emperor Charles V and the Pope on the one hand and of Francis I of France on the other” (Blair, 1983, p. 54).

No século XV (...), as duas armas (...) que iam dominar a condução da guerra (...) começaram a emergir de uma forma facilmente reconhecível; o canhão e a espingarda. Tal como hoje, os que se queixavam da presença dessas armas nos exércitos dos seus adversários não tinham qualquer pejo em armar com elas os seus próprios exércitos (Howard, 1997, p. 26).

Anexo F

Artilharia

Os Europeus começaram a utilizar canhões na guerra nas primeiras décadas do século XIV. Nenhuma descrição verbal consegue transmitir com mais clareza o aspeto tosco das primeiras armas de fogo europeias do que o impressionismo artístico. Mas na segunda metade do século XIV, o canhão normal era já largamente utilizado na guerra. Enormes canhões do tipo bombarda foram então fabricados, tornando-se muito populares. Os canhões podiam ser de ferro ou de bronze. O propósito de fundir canhões existira talvez desde o início, mas o ferro é muito difícil de fundir totalmente e, uma vez fundida, está sujeito a fracturas. A artilharia de bronze fundido (...) teve grande aceitação não só porque o bronze está menos sujeito à corrosão, mas também porque o processo de fundição permitia fabricar canhões de carregar pela boca e, conseqüentemente, evitar todos os perigos e problemas derivados das obturações e obstruções da culatra. No entanto, os canhões de ferro fundido tinham uma grande vantagem sobre artilharia de bronze: um custo muito inferior. Até ao século XVII, as principais desvantagens da artilharia na guerra terrestre eram a sua fraca capacidade de tiro e a pouca mobilidade. Graças à sua proximidade com a Europa, os Muçulmanos familiarizaram-se com a artilharia ocidental quando esta se encontrava ainda em fase de embrião e não tardaram em copiá-la. Perante as muralhas de fortalezas e cidades, os temidos cavaleiros muçulmanos eram impotentes. É notável a rapidez com que os Muçulmanos aprenderam a nova técnica. Mas não menos notável é o facto de nunca terem conseguido superar a fase inicial. Nunca desenvolveram a artilharia de modo a convertê-la numa arma de campanha. Várias razões contribuíram para este facto. Em primeiro lugar, os Muçulmanos não sentiam uma imperiosa necessidade de novas armas suplementares para lutar em campo aberto. Tinham perfeita consciência da sua capacidade tática e estratégica e, por outro lado, a artilharia primitiva caracterizava-se pela sua ineficácia em campo aberto. Além disso, as arraigadas tradições e estruturas sociais constituíam um obstáculo a uma adoção extensiva da artilharia de campanha. Com o século XVI, os Otomanos (...) continuaram a dedicar os seus maiores esforços à produção de artilharia de sítio²⁰¹, não acompanhando o Ocidente tanto na produção como na utilização de artilharia de campanha (Cipolla, 1965, pp. 21-93).

²⁰¹ “Os turcos adquiriram excepcional destreza no uso de artilharia de sítio. Desenvolveram a técnica de utilização de baterias compostas, nas quais enormes canhões operavam juntamente com peças de calibre médio para a destruição de muralhas. Esta técnica é descrita por Colliado, *Platica*, p.13” (Cipolla, 1965, p. 93).

Anexo G

Experiência em Combate

No princípio de outubro de 1534 saiu²⁰² de Malaca com uma armada de cinco naus, de que eram capitães, além d'elle. D' Christovam (...); passou o estreito de Singapura (...), e foi reconhecer a cidade de Viantana. O rei tinha consigo perto de oito mil homens, e havia fortificado a cidade. D. Estevam (...) bateu durante dous dias com a artilharia dos galeões. Depois d'isto fez desembarcar os Portugueses, que repartiu em dois corpos de duzentos e cincoenta homens cada um; o primeiro, que era na vanguarda, deu a D. Francisco de Lima indo com elle D. Christovam da Gama²⁰³ (Castanhoso, 1898, pp. XIII-XIV).

Durante o inverno de 1540, o rei de Porquá e um caimal roubaram o cairo, que em uma fusta vinha para Cochim. D. Christovam da Gama saiu com seiscentos homens, e foi dar um assalto nas terras do caimal, que eram situadas entre Porquá e Cochim. O caimal esperava-o com a sua gente de guerra; mas depois de uma rica peleja, e de serem mortos e feridos muitos dos seus, fugiu (Castanhoso, 1898, p. XVIII).

O Governador, vendo que o xeque não cumpria sua palavra, desembarcou na terra firme com mil homens, de que formou dois esquadrões, dos quaes deu um a seu irmão D. Christovam para ir na vanguarda e tomou outro consigo; e marchando apressadamente pela terra dentro cêrca de uma légua, até aonde o xeque tinha assentado o arraial, D. Christovam acommetteu, e poz em desbarate os musulmanos com a morte de muitos d'elles; mas o xeque fugiu para o sertão (Castanhoso, 1898, p. XXIV).

A 14 de abril a armada chegou ao porto de Alcocer; e quando estava perto da cidade, de terra lhe começaram a fazer tiros de bombarda e de espingarda, e a aparecer alguns Turcos e gente de cavallo. O Governador mandou desembarcar a gente da armada, e a repartiu em três companhias, das quaes fez capitães a D. Christovam da Gama, que ia na vanguarda (...). D. Christovam acommetteu a cidade, desbaratou os seus defensores e entrou de envolta com eles (Castanhoso, 1898, pp. XXV-XXVI).

A 21 de abril surgiu no porto de Tor. Á vista da armada acudiram á praia duzentos Turcos e muita gente da terra para impedir o desembarque, e começaram a fazer tiros de bombarda e de espingarda. O Governador armou-se, e mandou armar a gente, e desembarcaram na mesma ordem que em Alcocer. Sidos em terra, D. Christovam da Gama acommetteu os Turcos, que offereceram grande resistência, mas tanto os apertou, que os fez recolher para a cidade (Castanhoso, 1898, p. XXVI).

²⁰² Refere-se ao Governador D. Estevão da Gama.

²⁰³ “D. Estevam da Gama depois de estar em Malaca, fez carregar de cravo e drogas a nau Nossa Senhora da Graça, em que fora do reino, da qual deu a capitania a seu irmão D. Christovam da Gama, e a nau Santa Cruz, de que era capitão Vasco da Cunha, e as mandou para o reino (Castanhoso, 1898, p. XIV).